



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



EDITAL DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2026 – SEINFRA-PI
PROCESSO Nº 00114.000852/2025-86/SEINFRA-PI
UASG 450127 - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

O Estado do Piauí, através da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação/CPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na Forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual n. 21.872/2023 e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

SISTEMA ELETRÔNICO DE COMPRAS:

Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, desde que satisfaçam integralmente as condições deste Edital e que estejam cadastrados no **Portal de Compras do Governo Federal**.

CADASTRO ELETRÔNICO DE FORNECEDORES:

Os interessados em participar do certame deverão possuir cadastro no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**.

PARTE GERAL

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conforme as informações constantes na **Parte Específica** deste Edital, que indicará o sistema eletrônico e cadastro eletrônico de fornecedores utilizados no certame, além de data, horário e local.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Agente de contratação em contrário.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a execução do objeto descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, na Minuta de Contrato, Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, e Especificações Técnicas e Projeto, que integram o dossiê de informações sobre a licitação. Além das normas referidas, estará o adjudicatário do objeto da licitação obrigado a atender a todas as imposições da legislação relativas aos serviços a serem contratados.

2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes/grupos de itens.

2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no Projeto Básico em anexo constam o preço total da contratação, os preços unitários e globais estimados em relação a cada item ou os respectivos preços máximos aceitáveis, ressalvada a opção pelo caráter sigiloso dos valores.

2.3.1. O BDI utilizado como referencial para o cálculo dos preços unitários, pela Contratante, encontra-se definido na **Parte Específica** deste Edital.

2.4. A **Parte Específica** deste Edital definirá o regime de execução aplicável ao futuro contrato decorrente deste certame.

2.5. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do sistema eletrônico utilizado no certame e as especificações técnicas constantes neste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.

2.6. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso positivo, a formação do cadastro de reserva ocorrerá na forma a seguir detalhada:

2.6.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.

2.6.2. O registro a que se refere o subitem 2.6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo licitante vencedor, caso este não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

2.6.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 2.6.1, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

2.6.4. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

2.7. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços que vier anexa ao Edital irá dispor sobre:

2.7.1. Órgãos gerenciador e participantes;

2.7.2. Adesões;

2.7.3. Preços registrados e respectivos reajustes;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



2.7.4. Vigência.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

3.1.1. Os interessados devem providenciar cadastro e senha no sistema de compras indicado no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.2.1. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se a participação no certame será ampla, restrita ou com cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites acima estabelecidos ([art. 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.2.4. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública da Concorrência Eletrônica, sendo que a ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

3.2.5. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

3.3. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.3.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que será representante das consorciadas perante a Administração.

3.3.2. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](#)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



3.3.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, poderá haver um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido no item 8.17.3.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.3.4. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.3.5. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.3.6. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 3.3.1.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.11. Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.4.12. Os interessados que estejam incluídos no Cadastro de Inadimplentes com Débitos na Dívida Ativa do Estado do Piauí – **CADIPI** – nos termos do artigo 6º da Lei nº 5.533, de 30 de dezembro de 2005;

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. A **Parte Específica** definirá a permissão de participação de cooperativas no certame.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A **Parte Específica** deste Edital estabelecerá se a fase habilitação sucederá ou antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, conforme o item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.2 e 8.9.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, mediante apresentação da Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social.

4.4.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para menor aprendiz, mediante apresentação da Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



4.8. Caso o sistema de compras utilizado no certame não possua as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação, conforme definido na **Parte Específica**.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. A **Parte Específica** deste Edital irá definir eventual exigência de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação.

4.17. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial INICIAL, como por exemplo, a colocação do nome ou timbre da empresa, sob pena de desclassificação. Tal vedação se estende aos

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



documentos eventualmente anexados durante a inserção da proposta de preços (folders, prospectos, declarações, etc.), que não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

5. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados na **Parte Específica** deste Edital, devendo conter as informações similares à especificação do Projeto Básico.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de julgamento, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta será estabelecido na **Parte Específica** deste Edital.

5.9. Com a apresentação da proposta o licitante declara estar ciente de que, nos termos do artigo 1º da Lei estadual nº 6.344, de 12 de março de 2013 deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força do contrato de obra/serviço que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, **para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas.**

5.10. Com a apresentação da proposta o licitante declara estar ciente de que, nos termos do artigo 1º da Lei Estadual nº 6.480, de 03 de fevereiro de 2014, deverá reservar preferencialmente, no mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego diretos na área de construção civil, criadas por força do contrato de obra pública

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, **para pessoas do sexo feminino**, desde que compatível com o exercício das atividades inerentes ao objeto do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, conforme o critério de julgamento indicado na **Parte Específica**.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços globais ou unitários superiores aos fixados pela Contratante.

6.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado na forma definida na **Parte Específica** deste Edital.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será definido na **Parte Específica** deste Edital.

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, conforme indicado na **Parte Específica** deste Edital.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela,

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei n. 14.133/2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do Piauí;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo definido na **Parte Específica**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. A proposta a ser encaminhada deverá conter:

- a) Prazo de validade da proposta não inferior ao estabelecido no item 5.8 deste Edital;
- b) Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;
- c) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA que contenha os preços unitários e valor global da proposta, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;
 - c.1) Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
 - c.2) Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, mobilizações, desmobilização, ferramentas, transporte, deslocamento de empregados, estadia, alimentação, assistência médica prevista em Lei, equipamentos de proteção individual e coletiva, adicionais de periculosidade, quando aplicáveis, necessários ao perfeito cumprimento e execução do objeto desta licitação, e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto
 - c.3) Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
 - c.4) Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas;
 - c.5) Na planilha orçamentária, o somatório do produto dos preços unitários propostos pelos quantitativos apresentados deverá constituir o preço proposto;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.facebook.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



c.6) Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens que não se enquadrem nas especificações exigidas.

d) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme ANEXO IX;

d.1) O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra ou serviço especial de engenharia.

e) COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS, BEM COMO PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DAS TAXAS DE BDI (BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS) E DE ENCARGOS SOCIAIS APLICADOS, CONFORME LEI Nº 12.844/13;

e.1) As composições de preços unitários deverão ser apresentadas para todos os itens de serviços constantes das Planilhas Orçamentárias, sem exceção, inclusive as composições de preços unitários auxiliares, que se fizerem necessárias para sua complementação, e, não poderão conter divergência entre os valores constantes em ambos os documentos. Qualquer incoerência nessas composições, como utilização de valores diferentes de salários-hora para uma mesma categoria profissional e/ou de preços unitários para um mesmo material e/ou de custos horários de utilização de um mesmo equipamento, poderá implicar na desclassificação da proposta, à exceção de erros meramente formais;

e.2) Nos preços propostos pelo Licitante deverão estar incluídos todos os componentes das despesas incidentes sobre os serviços, tais como: salário de mão de obra, encargos sociais (legislação previdenciária e trabalhista e seguros em geral), transporte de materiais, todo e qualquer imposto ou taxa incidente, encargos complementares (uniformes, vale-transporte, vale-refeição e quaisquer outros encargos decorrentes do objeto licitado), que são de exclusiva responsabilidade do Licitante, como também o Bonificação de Despesas Indiretas - BDI, não cabendo à Contratante qualquer outro pagamento além dos preços propostos para a prestação dos serviços;

e.3) Será desclassificada a Empresa que apresentar composição de preços unitários, cujos valores de mão de obra, estejam inferiores aos pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por Dissídio Coletivo, Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho do Município onde ocorrerá a obra ou serviço especial de engenharia, ou, quando esta abranger mais de um Município, o daquele que contemplar a maior extensão do trecho a ser contratado;

e.4) A licitante deverá apresentar discriminação detalhada do BDI adotado, para cada um dos grupos (administração central, tributos, etc.), os seus subcomponentes e seus respectivos percentuais, de modo a permitir que se verifique a adequabilidade dos percentuais utilizados e a não ocorrência de custos computados em duplicidade na Planilha Orçamentária e no BDI;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.facebook.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



e.5) Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra ou serviço especial de engenharia, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

e.6) As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

e.7) Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

e.8) As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

e.9) As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

e.10) A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

e.11) Quando se tratar de cooperativa de serviço, a licitante incluirá na proposta o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).

e.12) A **Parte Específica** deste Edital irá definir a possibilidade de apresentação de percentual reduzido de BDI.

6.22.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14](#)

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](#)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



[da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

7.1.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).

7.1.5. *Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.*

7.1.6. *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.*

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.2.1 e 4.6 deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 108 a 114 [Decreto estadual n. 21.872/2023](#).

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.8.1. Contiver vícios insanáveis;
- 7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;
- 7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 7.9, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](#)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

7.10.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

7.10.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

7.10.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

7.10.4 Verificação de notas fiscais dos objetos adquiridos pelo proponente;

7.10.5 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

7.10.6 Estudos setoriais;

7.10.7 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

7.10.8. Consulta à Controladoria-Geral do Estado;

7.10.9. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Serão ainda desclassificadas as propostas que apresentarem, na composição de seus preços:

a) Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

b) Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

c) Quantitativos de mão de obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

7.14. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.facebook.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

7.14.1. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

7.15. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

7.16. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Caso o item 4.16 da **Parte Específica** deste Edital tenha estabelecido garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, será verificado o recolhimento da garantia.

8.2. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da Parte Específica deste Edital (habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira)*.

8.2.1. A apresentação de regularidade cadastral junto ao cadastro eletrônico somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.2.2. Caso a empresa não esteja inscrita no cadastro eletrônico ou não apresente alguma das informações comprováveis através da declaração apresentada, deverá apresentar toda a documentação exigida a seguir discriminada para fins de habilitação.

8.2.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº](#)

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](#)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



[8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.4.1. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo Agente de Contratação.

8.4.2. Os documentos a serem apresentados em arquivo PDF deverão ser obtidos a partir de digitalização do arquivo original ou da respectiva cópia autenticada.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no cadastro eletrônico de fornecedores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido na **Parte Específica** deste Edital.

8.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.10. A verificação no cadastro eletrônico de fornecedores ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](#)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1 da **Parte Específica**.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. Para a habilitação na presente Concorrência serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

8.17.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

i) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

j) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, do IBGE.

k) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.

l) Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

8.17.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.17.2.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade, conforme definido na **Parte Específica** deste Edital e as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](#)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



8.17.2.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Os itens de serviços e parcelas de maior relevância com quantidades mínimas a serem comprovadas são os definidos na **Parte Específica** deste Edital.

8.17.2.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.17.2.3. Quanto à capacitação técnico-profissional: comprovação da empresa licitante de possuir em seu quadro, na data prevista no subitem 1.1 deste Edital, profissional (is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, CAU, ou CRT, detentor (es) de **atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente (CREA, CAU, ou CRT) da região onde os serviços foram executados**, acompanhados(s) da(s) correspondente(s) Certidão (es) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) ter o(s) profissional (is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares às do objeto licitado. Os itens de serviços e parcelas de maior relevância com quantidades mínimas a serem comprovadas são os definidos na **Parte Específica** deste Edital.

8.17.2.3.1. Para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, a empresa licitante poderá apresentar tantos atestados quanto julgar necessário, desde que, de profissionais pertencentes ao seu quadro e que comprovem o seu vínculo com a empresa.

8.17.2.3.2. Os atestados deverão possuir informações suficientes para qualificar e quantificar os serviços executados, bem como possibilitar aferir sua veracidade junto aos emitentes dos documentos.

8.17.2.3.3. A comprovação do vínculo dos profissionais detentores do acervo técnico, do quadro da licitante, será atendida mediante a apresentação da declaração formal de sua disponibilidade, acompanhada de comprovação da anuência do profissional, ou através da apresentação dos documentos a seguir:

a) **Empregado:** Cópia do livro de registro de empregado registrado na Delegacia Regional do Trabalho - DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS anotada ou ainda, contrato de prestação de serviços, na forma da legislação trabalhista;

b) **Sócio:** Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

c) **Diretor:** Cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

d) **Profissional Autônomo:** Cópia do contrato de prestação de serviços, devidamente assinado pelas partes e com firmas reconhecidas;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.facebook.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



e) Responsável Técnico: Além da cópia da Certidão expedida pelo CREA, CAU ou CRT da sede ou filial da licitante onde consta o registro do profissional como responsável técnico, deverá comprovar o vínculo em uma das formas contidas do subitem 8.17.2.3.3 ou nas alíneas "a" "b" "c" ou "d" retro.

8.17.2.3.4. Caso a licitante seja sociedade cooperativa, os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica de que trata o subitem 8.6.2.3.3 devem ser cooperados, demonstrando-se tal condição através da apresentação das respectivas atas de inscrição, da comprovação da integralização das respectivas quotas-partes e de três registros de presença desses cooperados em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, bem como da comprovação de que estão domiciliados em localidade abrangida na definição do artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 5.764, de 1971.

8.17.2.3.5. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Contratante.

8.17.2.4. Será exigida ainda declaração formal da licitante de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, indicados na **Parte Específica** deste Edital.

8.17.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atestando a boa situação financeira, conforme art. 7.2 da IN/MARE 05/95, Portaria GAB. SEAD. Nº 88/15:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

c) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

d) A **Parte Específica** deste Edital definirá se o atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

e) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior ao percentual definido na **Parte Específica** deste Edital, calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

g) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.17.3.1. Para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido na **Parte Específica**, salvo justificativa anos autos.

8.17.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa);

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.17.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17.4.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.18. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.18.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.18.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.18.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.18.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.18.5. A comprovação de integralização das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.18.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



8.18.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.19. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;
- b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;
- d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;
- e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

8.20. A **Parte Específica** poderá exigir apresentação de atestado de vistoria como documento de habilitação, conforme art. 62, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

8.20.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de e-mail ou telefone definidos na **Parte Específica** deste Edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.20.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à sessão pública.

8.20.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

8.20.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, através dos contatos indicados no item 8.20.1 da **Parte Específica** deste Edital, antes da data fixada para a sessão pública.

8.20.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.20.6. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

- 9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios definidos na **Parte Específica** deste Edital.
- 9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](#)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado na **Parte Específica** deste Edital.

11. DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Para a execução dos serviços pelo licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.

11.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

11.3. A recusa da execução do serviço ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

11.4. O fornecedor será convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, para a realização do ato, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6.1. A regra do item 11.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.5.1, "a".

11.7. As obrigações da contratante e da contratada, os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, as sanções ao contratado, as condições de pagamento, a vigência do contrato e eventual



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



possibilidade de subcontratação encontram-se previstos no Termo de Contrato ou Projeto Básico anexos a este Edital.

11.8. As disposições relativas ao preço e respectivo reajuste encontram-se previstas na minuta de **Contrato** anexa a este Edital.

11.9. A minuta de **Contrato** anexa a este Edital definirá eventual prestação de garantia de execução pelo licitante vencedor.

11.10. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços ao presente certame, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

11.10.1. Após a homologação da licitação, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.10.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.10.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no subitem 11.10.1, e observado o disposto no item 2.7.2, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções ao vencedor que se recusar a assinar a ata.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS LICITANTES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente de contratação/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.6. Fraudar a licitação;
- 12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. Advertência;
- 12.2.2. Multa;
- 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](#)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 12.1.3 e 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item 12.10 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](#)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de contratação.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

13.11. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo agente de contratação.

13.12. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.facebook.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



13.13. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

13.14. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

- A) ANEXO I – Projeto Básico, Planilhas Orçamentárias e Especificações Técnicas;
- B) ANEXO II – Modelo de Declaração de Anuência ao Edital;
- C) ANEXO III – Modelo de Declaração de Garantia de Execução Contratual;
- D) ANEXO IV – Declaração de Instalação do Canteiro de Obras e de Disponibilidade das Máquinas e Equipamentos;
- E) ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços;
- F) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- G) ANEXO VII – Minuta do Contrato.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	<p>Sistema Eletrônico utilizado no certame: Portal de Compras do Governo Federal.</p> <p>Cadastro eletrônico de fornecedores: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.</p> <p>Data de Abertura: 08/04/2026 (quarta-feira).</p> <p>Horário de Abertura: 10:00 (dez horas), horário de Brasília/DF.</p> <p>Local: https://www.gov.br/compras/pt-br</p> <p>Qualquer informação poderá ser obtida no endereço: Av. Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo, Bloco G, 1º Andar, ou através do telefone: (0**86) 3222-0038, ou ainda pelo e-mail: licitacao@seinfra.pi.gov.br</p>
2.1	<p>O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa de engenharia especializada para a Execução dos Serviços de Infraestrutura Rodoviária no município de Curralinhos – PI, referente à Duplicação da Avenida São Raimundo, abrangendo uma área total de 5.654,24 m², conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico em anexo.</p>
2.2	<p>(x) A licitação compõe-se de item único, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o menor preço.</p> <p>() A licitação será dividida em itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.</p> <p>() A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.</p>

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



	<p>() O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global, haja vista a natureza indivisível do objeto.</p> <p>() O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global, com vistas a evitar o prejuízo para o conjunto ou a perda de economia de escala.</p>
2.3	<p>(X) Foi estimado o Preço Total de R\$ 824.233,38 (oitocentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e oito centavos), conforme planilha orçamentária que integra o projeto básico em anexo, ou anteprojeto no caso de contratação integrada ou semi-integrada (orçamento sintético), sendo que os preços unitários e globais estimados representam os preços máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item.</p> <p>() Foi estimado o Preço Total de (...), sendo que os preços máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item correspondem aos preços unitários e globais estimados acrescidos do percentual definido na planilha orçamentária que integra o projeto básico em anexo, ou anteprojeto no caso de contratação integrada ou semi-integrada (orçamento sintético).</p> <p>() Os documentos referentes aos orçamentos, bem como o preço estimado da contratação, possuem caráter sigiloso e serão disponibilizados exclusivamente aos órgãos de controle interno e externo, conforme o disposto no art. 24 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>2.3.1. O preço estimado ou o preço máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após definido o resultado do julgamento das propostas, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.</p>
2.3.1	<p>O BDI utilizado como referencial para o cálculo dos preços unitários, pela Contratante, é de:</p> <p>BDI – Taxa de Bonificação de 23,38 % sem desoneração para serviços/mão de obra;</p> <p>BDI – Taxa de Bonificação de 15,00 % para aquisições de materiais e insumos, incluindo material betuminoso, cujo patamar será considerado por ocasião do julgamento das propostas.</p>
2.4	<p>(X) A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário.</p>

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



	<p>() A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global.</p> <p>() A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada integral.</p> <p>() A execução do serviço ocorrerá sob o regime tarefa.</p> <p>() A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação integrada.</p> <p>() A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação semi-integrada.</p>
2.6	<p>(X) A presente licitação não adotará o Sistema de Registro de Preços.</p> <p>() A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços.</p>
3.2.1	<p>(X) O presente certame não é restrito a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado à ampla concorrência.</p> <p>() Para os itens (...), (...), a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, e às sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.</p> <p>() Para os itens (...), (...), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006; e para os itens (...), (...), haverá reserva de (máximo de 25%) para as referidas entidades, na forma do art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006.</p> <p>3.2.1.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, na forma do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.</p> <p>3.2.1.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a Adjudicação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.</p>

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



3.3	<p>() Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes no subitem 3.3 da Parte Geral deste Edital.</p> <p>(X) Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.</p>
3.11	<p>() Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.</p> <p>(X) Não será permitida a participação de cooperativas no certame.</p>
4.1	<p>1.1. (X) A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.</p> <p>1.2.</p> <p>1.3. () A fase habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.</p>
4.8	<p>(X) Considerando que o sistema de compras utilizado no certame não possui as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação.</p> <p>() As declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser assinaladas no campo próprio do sistema.</p>

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



4.16	<p>(X) Será exigido o recolhimento de R\$ 8.242,33 (oito mil, duzentos e quarenta e dois reais e trinta e três centavos) a título de garantia de proposta, equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.</p> <p>4.16.1. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.</p> <p>4.16.2. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:</p> <p>a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;</p> <p>b) seguro-garantia, anexando comprovante de pagamento da apólice;</p> <p>c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>1.4.</p> <p>() Não será exigida garantia de proposta como requisito de pré-habilitação.</p> <p>1.5.</p>
5.1	Execução dos Serviços de Infraestrutura Rodoviária no município de Curralinhos – PI, referente à Duplicação da Avenida São Raimundo, abrangendo uma área total de 5.654,24 m ² .
5.8	A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.
6.6	O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
6.9	O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
6.11	<p>() Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>(X) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.</p>

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



	() Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “ <i>fechado e aberto</i> ”, em que somente poderão participar da etapa aberta os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço até 10% (dez por cento) inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
6.22.4	O prazo para o licitante detentor da melhor proposta encaminhar proposta readequada ao último lance ofertado, em formato digital, via sistema, é de 02 (duas) horas contadas a partir da solicitação do agente de contratação.
6.22.5, “e.12”	() Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital, que indicará quais materiais e equipamentos terão BDI reduzido. (X) Não será permitido ao licitante a apresentação de percentual reduzido de BDI.
8.9.1	Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.
8.17.1, “k”	k) No caso de exercício de atividade de (...): ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo (órgão competente), nos termos do artigo (...) da (o) (...Lei/Decreto...) nº (...)/(...
8.17.1, “l”	() Serão exigidos os seguintes documentos adicionais: I (...); II (...); (X) Não serão exigidos documentos adicionais.
8.17.2. 1	(X) Será exigido registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia); e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo); e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



8.17.2.2	<p>Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução do serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:</p> <p><i>Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor licitado.</i></p> <p>Para a demonstração da capacidade técnico-operacional da licitante será admitida a comprovação da execução mínima dos quantitativos das parcelas consideradas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, assim considerados:</p> <table><tr><th>ITEM</th><th>UND</th><th>20% PROJETO</th></tr><tr><td>Aquisição de Cimento asfáltico CAP 50/70</td><td>t</td><td>7,52</td></tr><tr><td>Assentamento de guia(meio-fio), confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm</td><td>M</td><td>420,69</td></tr></table>	ITEM	UND	20% PROJETO	Aquisição de Cimento asfáltico CAP 50/70	t	7,52	Assentamento de guia(meio-fio), confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm	M	420,69
ITEM	UND	20% PROJETO								
Aquisição de Cimento asfáltico CAP 50/70	t	7,52								
Assentamento de guia(meio-fio), confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm	M	420,69								
8.17.2.3	<p>Quanto à capacitação técnico-profissional, os itens de serviços e parcelas de maior relevância com quantidades mínimas a serem comprovadas são os seguintes:</p>									



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



	ITEM		
	UND	20% PROJETO	
	Aquisição de Cimento asfáltico CAP 50/70	t	7,52
	Assentamento de guia(meio-fio), confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm	M	420,69
8.17.2.4	Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a saber: <ul style="list-style-type: none">• Motoniveladora - 125 HP• Placa vibratória• Betoneira• Caminhão basculante		
8.17.3, "d"	(X) O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. () O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 <u>não</u> necessita ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.		
8.17.3, "e"	() A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital social mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do preço estimado da contratação ou item pertinente.		

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



	<p>(X) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do preço estimado da contratação ou item pertinente.</p>
8.17.3.1	<p>() Para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de (10% a 30%) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme art. 15, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.</p> <p>(X) Não haverá acréscimo quanto aos requisitos de habilitação econômico-financeira para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme justificativa constante nos autos.</p>
8.20	<p>(X) Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.</p> <p>() Não se aplica ao caso a realização de vistoria.</p>
8.20.1	Informações para agendamento de vistoria e dúvidas: A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07h30 às 13h30, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (0**86) 3216-2199.
9.3	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao endereço eletrônico licitacao@seinfra.pi.gov.br ou para o endereço físico Avenida Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo, Bloco G, 1º Andar, CEP: 64.018-900, sendo que a resposta será divulgada no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br
10.10	Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço eletrônico https://sei.pi.gov.br/sei

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



13.12	<p>O presente edital poderá ser retirado nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br ou https://www.tcepi.tc.br/fiscalizado/sistemas/licitacoes-e-contratos/</p> <p>Poderá também ser encontrado na sede da Contratante, conforme endereço constante no item 1.1 desta Parte Específica.</p>
13.14	<p>Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, além dos Anexos mencionados na Parte Geral deste edital, os seguintes documentos:</p> <p>A) ANEXO I – Projeto Básico, Planilhas Orçamentárias e Especificações Técnicas; B) ANEXO II – Modelo de Declaração de Anuência ao Edital; C) ANEXO III – Modelo de Declaração de Garantia de Execução Contratual; D) ANEXO IV – Declaração de Instalação do Canteiro de Obras e de Disponibilidade das Máquinas e Equipamentos; E) ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços; F) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços; G) ANEXO VII – Minuta do Contrato.</p>

Teresina, Piauí, 17 de março de 2026.

DANÍSIO GUIMARÃES MARABUCO

Agente de Contratação
(Matrícula: 373169-3)

APROVO:

FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR

Secretário de Estado da Infraestrutura do Piauí

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



ANEXO I

PROJETO BÁSICO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA (Modelo)

(Em papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA Nº ____/2026 - SEINFRA

(Local e Data)

Atendendo as exigências da Concorrência em epígrafe, declaramos expressamente que:

1. Aceitamos e concordamos integralmente e sem qualquer restrição com as condições dessa licitação, expressas no Edital e todos os seus Anexos.
2. Não existe nenhum fato superveniente para nossa habilitação, nem estamos impedidos de licitar, contratar ou transacionar com o Poder Público ou qualquer de seus órgãos descentralizados, nem fomos declarados inidôneos por qualquer órgão Federal, Estadual, Municipal ou Concessionária de energia elétrica e/ou água.
3. Entre os nossos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnico se demais profissionais, não figuram empregados da Secretário de Estado da Infraestrutura/SEINFRA, nem da empresa CONTRATANTE ou outro órgão ou entidade a ela vinculada.
4. Temos pleno conhecimento dos locais e das condições de execução dos serviços.
5. Não possuir, no quadro pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.
6. Cumprir as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e de outras disposições acerca da matéria.
7. Manteremos válida a nossa Proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação e abertura.

Atenciosamente,

Assinatura do Representante Legal

Nome:

Cargo:

CPF(MF) nº

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



ANEXO III

GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (Modelo)

À (Contratante)

CONSIDERANDO que (**nome da CONTRATADA**), doravante denominada "**CONTRATADA**", compromete-se, conforme Contrato nº. ____/20__, datado de ____ de ____ de 20 __, a executar as obras (**breve descrição das obras**) nele descritos;

CONSIDERANDO que ficou estabelecido no Edital que a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de Garantia de Execução Contratual no valor especificado no Contrato; e

CONSIDERANDO que concordamos em dar esta garantia da **CONTRATADA**.

DECLARAMOS nossa condição de fiador, sem benefício de ordem, em conformidade com o disposto nos artigos 1.491, 1.500 e 1.503 do Código Civil Brasileiro e dos artigos 261 e 262 do Código Comercial, perante (**qualificar a CONTRATANTE**), pela **CONTRATADA**, até a soma de (**valor da garantia em algarismos e por extenso**), comprometendo-nos pelo presente documento a pagar, mediante solicitação da **CONTRATANTE**, por escrito, declarando a inadimplência da **CONTRATADA**, com cumprimento de suas obrigações contratuais, e sem contraditar a quantia, até o limite de (**valor da garantia**), como acima mencionado, dispensada a apresentação de provas ou razões quanto ao valor especificado na sua solicitação.

ATESTAMOS que esta fiança não é gratuita e está regularmente contabilizada, satisfazendo as formalidades exigíveis, em especial a legislação bancária e demais resoluções, instruções e circulares do Banco Central do Brasil, achando-se os signatários devidamente autorizados à prática deste ato.

Esta garantia terá validade até 30 (trinta) dias após a vigência do Contrato, conforme as condições estabelecidas.

(Local e Data)

(Assinatura do representante do Banco)

(Testemunha)

(Chancela)

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS E DE DISPONIBILIDADE DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

CONCORRÊNCIA Nº ____/2026 - SEINFRA

(Local e Data)

A (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do C.P.F. n.º, DECLARA, sob as penas da Lei, que por ocasião da contratação, disporá das instalações do canteiro de obras, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação.

Assinatura do Representante Legal

Nome:
Cargo:
CPF(MF) n.º

OBS: Esta declaração deve ser feita em papel timbrado.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



ANEXO V

PROPOSTA DE PREÇOS

À SEINFRA

CONCORRÊNCIA Nº ____/2026 - SEINFRA

(Local e Data)

Prezados Senhores,

(NOME DA EMPRESA), (n.º do CNPJ), (inscrição estadual), sediada (endereço completo), (CEP), por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) (cargo), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º (e-mail), residente e domiciliado no (endereço completo), firmado abaixo e que será o responsável pela assinatura do contrato, tendo examinado as condições do Edital e dos Anexos que o integram, propomos executar e concluir as obras previstas no mencionado Edital, pelo preço global de R\$ ____ (____).

Outrossim, declaramos que:

- a) Temos conhecimento do local onde serão executadas as obras e aceitamos todas as condições impostas pelo edital e seus anexos;
 - b) A obra será executada e concluída no prazo máximo de ____ (____) dias, contado da data estabelecida na ordem de serviço;
 - c) A garantia dos serviços será de 05 (cinco) anos;
 - d) Esta proposta compreende todas as despesas com mão-de-obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução de toda a obra;
 - e) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado da data final prevista para sua entrega.
 - f) O pagamento deve ser efetuado na Conta corrente ____, Agência ____, banco ____
 - g) Para contato com a empresa, poderão ser utilizados os seguintes meios: telefone nº ____, fax nº e e-mail ____
- Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições deste Edital.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

Cargo:

CPF(MF) nº

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º ____/2026
CONCORRÊNCIA Nº 012/2026 – SEINFRA
PROCESSO SEI Nº 00114.000852/2025-86

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA NO MUNICÍPIO DE CURRALINHOS – PI, REFERENTE À DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO, ABRANGENDO UMA ÁREA TOTAL DE 5.654,24 M², QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO PIAUÍ POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO OUTRO, COMO CONTRATADA A EMPRESA: (.....)

O Estado do Piauí, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.531/0001-98, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede no Centro Administrativo, Bloco G, 1º andar, nesta Capital, neste ato representado por seu Secretário, Sr. FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JUNIOR, portador da cédula de identidade nº 1.712.191 SSP-PI, inscrito no CPF sob o nº 651.754.843-20; e a Empresa (.....) com sede e foro na cidade de (.....) Estado do (.....), estabelecida à (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (.....), aqui representada por (nome completo, cargo) inscrito(a) no CPF sob o nº (.....), portador(a) da carteira de identidade RG nº (.....), doravante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da Concorrência Eletrônica nº 012/2026, constante do Processo Administrativo nº 00114.000852/2025-86, Parecer PGE/CS, SEINFRA Nº 001/2026; PGE_DESPACHO - PLC - Revisão PGE-PI/GAB/PLC Nº 115/2026 e PGE_DESPACHO APROVAÇÃO PGE-PI/GAB/AP3 Nº 134/2026 e o que mais consta do citado Processo Administrativo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei n. 14.133/2021, bem como com o Decreto Estadual n. 21.872/2023 e Decreto Estadual n. 21.938/2023, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

Comentado [11]:

PARTE GERAL

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Projeto Básico constante dos autos, conforme Processo Administrativo discriminado na **Parte Específica** deste Contrato e tem como fundamento a Lei Federal n. 14.133/2021, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

1.2. A **Parte Específica** definirá se o contrato se origina de Concorrência Eletrônica ou contratação direta, indicando o fundamento legal utilizado para a dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação da obra/serviço especial de engenharia descrito na **Parte Específica** deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico e na proposta da Contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2.2. A **Parte Específica** deste Contrato definirá o regime de execução do objeto.

2.3. A **Parte Específica** deste Contrato definirá se a elaboração de Projeto Executivo encontra-se inserida no objeto deste Contrato, conforme especificado no Projeto Básico.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APARELHAGEM E DO MATERIAL NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1.A aparelhagem e o material necessários à execução dos trabalhos serão de responsabilidade e ônus exclusivamente da CONTRATADA, ficando estabelecido que a CONTRATANTE não emprestará nem fornecerá quaisquer ferramentas, aparelhos ou veículos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS NORMAS E ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E DA EXECUÇÃO

4.1. As obras e serviços ora contratados obedecem às especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos constantes do processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, reservado à CONTRATANTE o direito de rejeitar as obras ou serviços que não estiverem de acordo com as referidas especificações, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

CLÁUSULA QUINTA - DA APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA declara conhecer perfeita e integralmente, as especificações e demais elementos técnicos referentes à execução dos serviços. Declara, ainda, que conhece perfeitamente todas as condições e locais de execução dos serviços, tudo o que foi previamente considerado quando da elaboração da proposta que apresentou no processo administrativo de que decorre este contrato, em razão do que declara que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas e encargos que terá que suportar, representando aqueles preços a única contraprestação que lhe será devida pela CONTRATANTE pela realização do objeto deste

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



contrato.

5.2. O representante da CONTRATADA declara sob as penas da lei que dispõe de poderes suficientes à celebração deste contrato e para obrigar de pleno direito à mesma CONTRATADA. Assim sendo, os termos deste contrato obrigam as partes de pleno direito.

CLAUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DOS DETALHES EXECUTIVOS

6.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de, em qualquer fase ou ocasião, fazer alterações nos detalhes executivos, seja reduzindo ou aumentando o volume de serviços das obras, na forma prevista na lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor deste Contrato está previsto na **Parte Específica** e representa o montante da proposta da CONTRATADA, baseada nas planilhas de quantitativos constantes no processo administrativo citado na Cláusula Primeira e multiplicado pelos respectivos preços unitários.

7.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos de transporte, carga e descarga de materiais, despesas de materiais, despesas de execução, mão-de-obra, leis, encargos sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, bem como despesas de conservação até o seu recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;
- b) Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra;
- c) Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou no processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, bem como as mesmas condições de habilitação;
- d) Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arrecimação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;
- e) Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;
- f) Zelar pelos interesses da CONTRATANTE relativamente ao objeto do contrato;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.facebook.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



- g) Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses da CONTRATANTE relativamente aos serviços;
- h) Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a CONTRATADA frente à CONTRATANTE;
- i) Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela CONTRATANTE e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.
- j) Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto a necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço. A CONTRATADA responde solidariamente, no caso de subempreitada.
- k) Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato;
- l) Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra.
- m) Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos.

8.2. O Contratado deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força de contrato de obra pública e/ou prestação de serviços de engenharia que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas.

8.3. A obrigação estipulada no item 8.2 só será exigível após a devida contratação e emissão de ordem de serviço ou outro instrumento pelo qual é dado comando para o início das obras e/ou serviços referidos, e desde que haja compatibilidade entre os beneficiários da política pública e as funções a serem desempenhadas por estes.

8.4 O Contrato deverá reservar as vagas previstas item 8.2 na seguinte proporção:

- a) No mínimo 5% (cinco por cento) dos empregos diretos criados, no caso de o contratado vir a admitir 20 (vinte) ou mais empregados.
- b) Ao menos 1 (um) empregado, no caso de o contratado vir a admitir entre 6 (seis) e 19 (dezenove) empregados; e
- c) Admissão facultativa, no caso de o contratado vir a admitir 5 (cinco) ou menos empregados.

8.5. As vagas, mencionadas no item 8.4, serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação estabelecida em processo único de seleção a cargo da Secretaria da Justiça - SEJUS, nos termos de regulamentação própria.

8.6. No caso de não haver beneficiários selecionados na forma do item 8.5, o contratado deverá preencher os

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.

8.7. O Contratado deverá reservar, preferencialmente, o mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego diretos na área de construção civil criadas por força do contrato de obra pública que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para pessoas do sexo feminino, desde que compatível com o exercício das atividades inerentes ao objeto do contrato.

8.8. A obrigação estipulada no 8.7 só será exigível após a devida contratação e emissão da ordem de serviços ou outro instrumento pelo qual é dado comando para início das obras e/ou serviços referidos.

8.9. No caso de não haver beneficiários habilitados na forma item 8.7, o Contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.

8.10. A ausência de beneficiários habilitados será consignada pelo Contratado no "Livro de Ocorrências" juntamente com as diligências que empregou para encontrá-los, tais como avisos veiculados em jornais locais e programas de rádio, e será revista pelo Fiscal do Contrato a tempo e modo.

8.11. A CONTRATADA estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização da CONTRATANTE, quer seja exercida por servidores do quadro da própria CONTRATANTE, quer por terceiros especialmente contratados para este fim.

8.12. As determinações da fiscalização obrigam a CONTRATADA, respeitados os limites deste contrato e o orçamento aprovado, à elaboração de detalhamentos dos projetos e à realização de atividades específicas. Nos casos em que a CONTRATADA não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular da CONTRATANTE, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.

8.13. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Disponibilizar o local das obras;
- b) Aprovar as medições em tempo hábil;
- c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula onze deste Contrato;
- d) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;
- e) Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato;
- f) Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação;
- g) Aplicar penalidades, conforme o caso;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



h) Observar as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, que trata do cadastramento e acompanhamento de contratos e obras nos Sistemas Licitações, Contratos e Obras WEB;

i) Observar as disposições do Decreto Estadual nº 16.199/2015, que trata do cadastramento e alimentação dos dados da obra no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Ações Estratégicas – SIMO;

j) Disponibilizar a presente contratação no Portal Nacional de Compras Públicas ou, em caso de indisponibilidade, em página da Contratante na Internet e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2758/2021 – Plenário.

9.2. Constituem direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 104, 147 a 149 e 137 a 139 da Lei n. 14.133/2021.

9.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

10.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA ONZE - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento do preço contratual deverá guardar estreita relação com a execução dos serviços contratados e apresentação de seus efeitos ou resultados nos termos estabelecidos nos documentos constantes no processo administrativo citado na Cláusula Primeira, em especial no cronograma físico-financeiro.

11.2. Os pagamentos dos serviços serão feitos por medições mensais, pelo Estado do Piauí, através da CONTRATANTE, em moeda legal e corrente no País, através de ordem bancária em parcelas compatíveis com o Cronograma Físico e Financeiro, contra a efetiva execução dos serviços e apresentação de seus efeitos, tudo previamente atestado pelo setor competente da CONTRATANTE, em consonância com o SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios, mediante apresentação, no que couber, dos seguintes documentos:

- I – Carta da Contratada encaminhando a medição;
- II – Memória de cálculo;
- III – Planilha de medição atestada e boletim de faturamento;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.facebook.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



- IV – Certificado de medição, definindo o período correspondente;
- V – Cronograma executivo (físico) realizado;
- VI – Quadro resumo financeiro;
- VII – Relatório fotográfico, contendo comentários por foto;
- VIII – Cópia do diário de obras referente aos dias de execução dos serviços objetos da medição, assinada pelo engenheiro responsável (da contratada) e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização;
- IX – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- X – Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos estaduais e à Dívida Ativa do Estado;
- XI – Certidão Negativa de Débitos junto ao governo municipal do domicílio ou sede da contratada, na forma da lei;
- XII – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- XIII – cópia do seguro-garantia;
- XIV – Relação dos trabalhadores constantes na SEFIP;
- XV – Guia de recolhimento do FGTS;
- XVI – Guia de recolhimento previdenciário – GFIP;
- XVII – Comprovante de pagamento do ISS;
- XVIII – Relatório pluviométrico, quando couber;
- XIX – Planta iluminada contendo trechos realizados na medição atual (cor amarela), nas medições anteriores acumuladas (cor azul) e trecho restante (cor vermelha), quando se tratar de obras de característica unidimensional;
- XX – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- XXI – Declaração de cumprimento da Lei Estadual nº 6.344/2013, que trata da reserva de vagas em obras públicas para egressos do sistema prisional, conforme parágrafos 1º a 5º da Cláusula Oitava, ou justificativa para eventual impossibilidade de cumprimento de tal obrigação.

11.3. Os documentos especificados nos incisos II, III, IV, V e VII acima deverão estar assinados pela empresa contratada e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização.

11.4 Além dos documentos elencados no **item 11.2**, deverão constar da primeira medição:

- I – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – dos responsáveis técnicos pela execução da obra, com o respectivo comprovante de pagamento;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



II – Cópia da ordem de serviço;

III – Cópia dos demais seguros exigidos no contrato;

IV – Matrícula no cadastro específico do INSS (CEI).

11.5. Para a última medição, além dos documentados discriminados no caput, serão exigidos:

I – Baixa da matrícula no cadastro específico do INSS (CEI);

II – Projeto “As Built”, caso previsto na **Parte Específica**;

III – Termo de recebimento definitivo.

11.6. Contratada poderá apresentar à CONTRATANTE para pagamento, fatura ou documento equivalente.

Recebida, a fatura ou cobrança será examinada pela CONTRATANTE durante, no máximo, 10 (dez) dias. No exame a CONTRATANTE, preliminarmente, verificará e certificará a efetiva execução dos serviços indicados na fatura e a regular entrega de seus efeitos. Estando tudo em ordem, o pagamento será feito em até 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo de exame da fatura, sem nenhum acréscimo ou agregado financeiro. Havendo correção a fazer, caso o pagamento seja efetuado a partir do 15º dia após o vencimento, a fatura retificada ou ajustada será processada como nova fatura, quanto aos prazos aqui estabelecidos.

11.7. As parcelas de pagamento seguirão a programação do Cronograma Físico-Financeiro da obra ou serviço, suas etapas, sub-etapas e respectivas porcentagens.

11.8. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro estiverem executados em sua totalidade e aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE.

11.9. O Cronograma Físico-Financeiro da obra/serviço, após revisado e aprovado pela CONTRATANTE, terá sua versão final anexada a este termo contratual.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe caiba, sem prejuízo do que a referida obrigação pendente poderá ser descontada do pagamento devido pela CONTRATANTE, pagando-se então, apenas o saldo, se houver.

11.11. Serão retidos na fonte os demais tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.

11.12. No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100)$$

$$I = 0,00016438$$

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.facebook.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.13. Entende-se por atraso imputável ao Poder Público, para fins do item anterior, o não pagamento do preço ou de parcela deste, conforme acordado neste instrumento contratual e desde que admissível a divisão da prestação devida pelo contratado em tantas quantas sejam as etapas da obra, serviço ou fornecimento contratado, por mais de 30 (trinta) dias contados do seu recebimento devidamente atestado por servidor ou comissão responsável.

11.14. Caso a execução dos serviços se estenda por mais de um ano, os preços da proposta vencedora poderão ser reajustados segundo índice que reflita o incremento de custos setoriais da Contratada, a cada período anual, conforme fixado na cláusula referente a reajustamento de preço, desde que não tenha dado causa ao atraso.

11.15. A primeira fatura a ser paga deverá estar acompanhada da ART expedida pelo CREA da região onde estarão sendo executados as obras e serviços, comprovando o registro do Contrato naquele Conselho.

11.16. Conforme art. 75, § 4º, da Lei n. 14.133/2021, o pagamento será efetuado preferencialmente por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, caso indisponível, no sítio da Contratante na internet.

11.17. Em caso de impossibilidade de utilização de cartão de pagamento, este deverá ser efetuado através de ordem bancária, para crédito na Conta Corrente indicada na **Parte Específica** deste Contrato, valendo à CONTRATANTE como comprovantes de pagamento e como instrumento de quitação, os recibos dos depósitos ou transferências bancárias.

11.18. A **Parte Específica** deste Contrato irá definir a necessidade de pagamento de serviços de instalação, mobilização e desmobilização.

11.19. Caso o item 2.3 da **Parte Específica** deste Contrato tenha definido a elaboração de Projeto Executivo como obrigação da Contratada, deverão ainda ser observadas as disposições de pagamento indicadas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DOZE - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

12.1. Os preços são fixos e irajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme a seguinte fórmula:



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



$$R = V \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual da obra/serviço a ser reajustado;

I_0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data do orçamento a que a proposta se refere, *pro rata dia*;

I = Índice relativo à data do reajuste, *pro rata dia*.

12.3. O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional da Construção Civil – Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica, salvo de outro índice for indicado na **Parte Específica** deste Contrato.

12.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.5. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, cujos efeitos terão início somente após o requerimento, não sendo devidos valores referentes a medições de serviços executados anteriormente.

12.6. Ocorrendo a hipótese de alteração do prazo de reajuste estabelecido neste Contrato, este se adequará de pronto às condições que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.

12.7. Em caso de atraso na execução das obras/serviços atribuível à licitante adjudicatária, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem precedente, obedecendo-se os seguintes critérios:

- a) Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a etapa das obras/serviços seria realizada de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;
- b) Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as obras/serviços forem executadas.

12.8. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.

12.9. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



12.10. A partir do reajustamento dos preços a empresa contratada passará a apresentar, para cada pagamento que pretenda receber, duas Faturas, sendo que uma conterá os preços originais contratados e a segunda será composta apenas pelo reajustamento devido, que será calculado conforme a fórmula constante no parágrafo segundo.

CLÁUSULA TREZE - DOS TRIBUTOS

13.1. Todos os tributos que incidirem ou vierem a incidir sobre este Contrato ou sobre os serviços contratados, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA e deverão ser pagos nas épocas devidas.

13.2. No caso de criação de novos tributos ou alteração nas alíquotas de tributos existentes, os preços sobre os quais incidirem esses tributos serão revistos a partir da época em que ocorrer a alteração da legislação tributária, aumentando-se ou reduzindo-se aqueles preços da maneira apropriada.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

14.1. O prazo para execução das obras e serviços encontra-se previsto na **Parte Específica** deste Contrato.

14.2. O início da vigência contratual ocorrerá a partir da data da assinatura deste contrato, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

14.3. Em caso de indisponibilidade das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverá o extrato do contrato ser publicado na página da internet da Contratante e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2458/2021 – Plenário.

14.4. O presente contrato terá vigência definida na **Parte Específica** deste Contrato.

14.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei n.14.133/2021.

14.6. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.7. O contrato se extinguirá 5 (cinco) dias após o recebimento definitivo da obra.

CLÁUSULA QUINZE - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

15.1. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade profissional pela execução das obras e serviços contratados, obrigando-se, ainda, a comunicar à CONTRATANTE a designação do dirigente técnico, cabendo a esse a responsabilidade total de agir em nome da CONTRATADA, acumulando, se for o caso, as responsabilidades administrativas decorrentes, bem como comunicar previamente todas as substituições que



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



vier a operar em sua equipe técnica alocada aos trabalhos objeto do presente Contrato.

15.2. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo citado na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

16.1. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade por danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros na execução das obras e serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, parciais ou totais, a pessoas, materiais ou coisas, isentando a CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir em consequência deste Contrato, ainda que tais reclamações resultem de atos de prepostos seus ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas na execução dos trabalhos.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

17.1. A contratada obriga-se a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em consequências da execução dos trabalhos. Será de exclusiva responsabilidade da contratada a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

17.2. A contratada será única, integral e exclusivo responsável em qualquer caso por todos os prejuízos, de qualquer natureza, que causar a CONTRATANTE ou, ainda, a terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços objeto do Contrato, respondendo por si e por seus sucessores.

17.3. A contratada será, também, responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive despesas com instalações e equipamento necessários às obras e serviços e, em resumo, todos os gastos e encargos de material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto do Contrato e sua entrega perfeitamente concluída.

17.4. A contratada deverá:

- a. Providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessários à assinatura do Contrato, como também no decorrer da execução das obras e serviços;
- b. Registrar o Contrato no CREA e apresentar, à FISCALIZAÇÃO, o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica";
- c. Responsabilizar-se pela efetivação de seguros para garantia de pessoas e bens;
- d. Fornecer e colocar no Canteiro de Obras as placas ou outras formas de divulgação das fontes de financiamento e de coordenação das obras e serviços, conforme modelos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



- e. Manter permanentemente no local das obras e serviços, equipe técnica composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, que assuma perante a FISCALIZAÇÃO a Responsabilidade Técnica pelas obras e serviços, até a entrega definitiva do objeto do Contrato, inclusive com poderes para deliberar determinações de emergência caso se tornem necessárias;
- f. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção das obras e serviços em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;
- g. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, no sentido de garantir a salubridade e segurança no canteiro de obras e serviços;
- h. Quando, por motivo de força maior, houver necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter, previamente e por escrito à FISCALIZAÇÃO, a pretendida substituição;
- i. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, os defeitos ou incorreções verificadas nas obras ou serviços, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais inadequados ou não correspondentes às especificações.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. Alterações do contrato observarão o disposto nos artigos 124 a 134 da Lei n. 14.133/2021 e serão incorporadas ao Contrato durante sua vigência, mediante termos aditivos com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE:

- a) Quando, por sua iniciativa, houver modificações dos detalhes executivos ou das especificações, para melhor adequação técnica do objeto;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto até o limite permitido na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato ou instrumento equivalente.

18.1.2. Por acordo entre as partes:

- a) Quando houver a substituição de garantia de execução, por deliberação conjunta das partes;
- b) Quando necessária à modificação do regime de execução, em fase de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos do contrato original;
- c) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao Cronograma Financeiro fixado, sem correspondente contraprestação da execução do objeto.

18.2. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

18.3. No caso de supressão de parte do objeto do Contrato, se a contratada já houver adquirido os materiais e os colocados no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

18.4. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

18.5. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

18.6. A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários na contratação, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato.

18.7. Durante todo o período de execução do contrato será exercida estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no neste Contrato em relação à vantagem originalmente ofertada pela empresa vencedora, de forma a evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.

18.8. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamento que modifique a planilha orçamentária.

18.9. A diferença a que se refere no parágrafo 7º poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda melhor proposta, se houver.

18.10. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pela CONTRATANTE, na forma prevista no capítulo II do Decreto nº 7.983/13, observado o disposto no art. 14 e mantidos os limites do previsto no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

18.11. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- I – para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- II – por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021;
- III – por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.facebook.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



da Lei n. 14.133/2021;

IV – por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A FISCALIZAÇÃO da execução das obras e serviços será feita pela CONTRATANTE, através de seus representantes, equipes ou grupos de trabalho, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições estabelecidas no Projeto Básico, a PROPOSTA DE PREÇOS e as disposições do Contrato.

19.2. Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, no Canteiro de Obras, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissão não previsto no Projeto Básico, nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas da CONTRATANTE, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.

19.3. Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO:

- a) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada da obra;
- b) Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;
- c) Decidir quanto à aceitação de material “similar” ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;
- d) Exigir da contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;
- e) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de Serviços;
- f) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;
- g) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;
- h) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- i) Promover, com a presença da contratada, as medições de obras e serviços executados.
- j) Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos e de cronogramas;
- k) Dar à CONTRATANTE imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;
- l) Relatar oportunamente à CONTRATANTE ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros.
- m) Examinar os livros e registros.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



19.4. A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução das obras e serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado.

19.5. Com relação ao "Diário de Ocorrência", compete à FISCALIZAÇÃO:

- a) Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pela contratada;
- b) Registrar o andamento das obras e serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos e cronogramas;
- c) Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da contratada no referido Diário;
- d) Dar solução às consultas feitas pela contratada, seus prepostos e sua equipe;
- e) Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da contratada, seus prepostos e sua equipe;
- f) Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações;
- g) Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.

19.6. A **Parte Específica** deste Contrato poderá incluir rotinas específicas de fiscalização da execução do objeto, de acordo com as respectivas peculiaridades.

CLÁUSULA VINTE - DA CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

20.1. A **Parte Específica** poderá prever a prestação de garantia pelo licitante vencedor.

20.2. No caso de prestação de garantia mediante seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

20.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

20.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

20.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 20.1 da **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA VINTE E UM - DAS PENALIDADES

21.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



21.2. Conforme art. 155 da Lei n. 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

21.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.4. A sanção prevista na alínea "a" do subitem 21.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea "a" do subitem 21.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.5. A sanção prevista na alínea "b" do subitem 21.3, calculada na forma do item 12.11 deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 21.2.

21.6. A sanção prevista na alínea "c" do subitem 21.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem 21.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.7. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 21.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](#)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



previstas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l", do subitem 21.2, bem como pelas infrações administrativas previstas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 21.6 e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.8. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 21.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do referido subitem.

21.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.10. Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

21.11. Multas

21.11.1. Caso haja a inexecução parcial do objeto será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o saldo contratual. Para inexecução total, a multa aplicada será de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.11.1.1. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

- a) O CONTRATADO executar, até o final do prazo de execução de conclusão da obra, menos de 80% (oitenta por cento) do total do contrato;
- b) Houver atraso injustificado por mais de 60 (sessenta) dias após o término do prazo fixado para a conclusão da obra.

21.11.1.2. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de serviço.

21.11.2. Além das multas previstas no item 21.11.1 e subitens, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 1.1, 1.2 e 2 abaixo.

Tabela 1.1 – Obra até 10 milhões

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.facebook.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00
6	R\$ 5.000,00

Tabela 1.2 – Obra acima de 10 milhões

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 1000,00
5	R\$ 5.000,00
6	R\$ 10.000,00

Tabela 2

INFRAÇÃO		GRAU
Item	DESCRIÇÃO	
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	01
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	01
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02
	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI),	

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



5	quando necessários; por empregado, por ocorrência.	03
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	03
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	03
9	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	04
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06
12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	06
Para os itens a seguir, deixar de:		
13	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato; por dia de atraso.	01
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
18	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	02
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia.	02

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.facebook.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
22	Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências"- DIÁRIO DE OBRAS; por dia.	04
23	Registrar diariamente o andamento dos serviços e os fatos relativos à execução das obras, no DIÁRIO DE OBRAS. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da CONTRATANTE; por dia.	03
24	Encaminhar semanalmente para arquivamento na pasta do contrato na CONTRATANTE, a 1ª via do DIÁRIO DE OBRAS relativo à semana anterior. Por semana.	03
25	Inserir no DIÁRIO DE OBRAS, as justificativas apresentadas para subsidiar as alterações do contrato na data de sua ocorrência anexando os registros no pedido; Por ocorrência.	06
26	Iniciar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas no projeto básico; por dia.	04
27	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e deste Contrato , mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	04
28	Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, tickets-refeições, seguros, encargos fiscais sociais, bem como arcar com quaisquer despesas direta e/ou indiretas relacionadas a execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência.	05

21.11.3. Quando o CONTRATADO deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro por ela apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, serão aplicadas multas conforme Tabela 3. A apuração dos atrasos será feita mensalmente.

21.11.3.1. A(s) multa(s) por atraso injustificado na execução dos serviços incidirá (ão) sobre os valores previstos para o pagamento do mês em que ocorrer o atraso, de acordo como cronograma físico-financeiro inicialmente apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

21.11.3.2. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitara o CONTRATADO a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do(s) atraso(s), conforme Tabela 3 a seguir:

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



Tabela 3

GRAU	MULTA (sobre o valor previsto a ser executado no mês)	TIPO DE ATRASO
1	0,10%	BRANDO E EVENTUAL
2	0,30%	MEDIANO E EVENTUAL BRANDO E INTERMITENTE
3	0,50%	GRAVE E EVENTUAL BRANDO E CONSTANTE
4	0,70%	MEDIANO E INTERMITENTE
5	0,90%	GRAVE E INTERMITENTE MEDIANO E CONSTANTE
6	1,10%	GRAVE E CONSTANTE

21.11.3.3. Quanto a gravidade, o atraso será classificado como:

- a) brando: quando acarretar um atraso de 5% até 15% na execução dos serviços no mês;
- b) mediano: quando acarretar um atraso de 15% a 25% na execução dos serviços no mês;
- c) grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% na execução dos serviços no mês.

21.11.3.4. Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

- a) eventual: quando ocorrer apenas uma vez;
- b) intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;
- c) constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.

21.11.3.5. A gravidade do atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa, procedendo-se a comparação entre o valor total acumulado previsto pelo CONTRATADO no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão. A multa poderá ser aplicada no decorrer da obra, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso.

21.11.3.6. No primeiro mês em que ocorrer atraso poderá ser aplicada, a critério da FISCALIZACAO, a sanção de advertência. A qualquer tempo a FISCALIZACAO poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso da obra de até 5%.

21.11.3.7. Se o CONTRATADO apresentar, nos períodos de medição seguintes ao do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a FISCALIZACAO poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa.

21.11.3.8. A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos.

21.11.4. Por atraso na conclusão da obra poderá ser aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 60 (sessenta) dias.

21.11.4.1. Após o sexagésimo dia, será aplicada a sanção de inexecução parcial, conforme definido



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



anteriormente.

22.11.5. O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

22.12. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

22.13. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

22.14. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - DA RESCISÃO

22.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

22.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

22.3. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021:

I) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III) Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

22.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III) Indenizações e multas.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



CLÁUSULA VINTE E TRÊS - SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

23.1. A **Parte Específica** do Contrato irá definir a permissão ou não de subcontratação.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

24.1. Concluídos os serviços, após comunicação formal por escrito do adimplemento total da conclusão pelo contratado, a CONTRATANTE procederá ao recebimento provisório do objeto, no prazo indicado na **Parte Específica**, mediante termo detalhado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico.

24.2. A CONTRATANTE receberá os serviços em caráter definitivo no prazo indicado na **Parte Específica**. Durante o período compreendido entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, ficará o contratado obrigado a efetuar reparos que, a juízo da CONTRATANTE se fizerem necessários quanto à qualidade e segurança do objeto.

24.3. Encerrado o prazo fixado no subitem anterior, o objeto será recebido definitivamente por servidor ou comissão designada para tal fim, mediante termo detalhado assinado pelas partes, desde que se comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no art. 140, I, "b" da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções civis.

24.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA VINTE E CINCO - DOS CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos e os que se tornarem controvertidos serão decididos com base na Lei nº 14.133/2021, garantido à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa de seus interesses.

CLÁUSULA VINTE E SEIS - DA EFICÁCIA

26.1. A validade deste instrumento decorrerá de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

26.2. Em caso de indisponibilidade das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverá o extrato do contrato ser publicado na página da internet da Contratante e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2458/2021 – Plenário

CLAUSULA VINTE E SETE - DA CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO

27.1. Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



destas operações ficará condicionada à análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

CLAUSULA VINTE E OITO - DA PROTEÇÃO DE DADOS

28.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

28.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

28.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

28.4. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e 14 da Lei n. 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
- c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades. Eventualmente, podem as partes convencionar, por escrito, que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para atender ao disposto acima, esta garante que:

e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

e.1.4) sempre que necessário, orientará a Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí - ETIPI, ou a entidade que a substituir, durante o período de tratamento de dados pessoais, também em relação aos dados transferidos para país estrangeiro, para que ocorra em conformidade com a legislação sobre proteção de dados aplicável e com as cláusulas do contrato;

e.1.5) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

e.1.6) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

e.1.7) zelar pelo cumprimento das medidas de segurança;

e.1.8) tratará os dados pessoais apenas em nome da CONTRATANTE e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente a CONTRATANTE que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.9) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas da CONTRATANTE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



alteração a CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.10) notificará imediatamente a CONTRATANTE sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso acidental ou não autorizado.

e.1.11) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação da CONTRATANTE, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;

e.1.12) a pedido da CONTRATANTE apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.

e.1.13) em caso de subcontratação, informará previamente a CONTRATANTE que poderá anuir por escrito;

e.1.14) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste contrato;

e.1.15) enviará imediatamente a CONTRATANTE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato

28.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e/ou prepostos das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE.

28.6. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.

28.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

28.8. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

28.9. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

28.10. A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

28.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

28.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

28.13. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI da LGPD.

28.14. As disposições elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

CLAUSULA VINTE E NOVE - DO FORO

29.1. Fica eleito o foro da comarca de Teresina-PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

E, para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (duas) vias, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Teresina, Piauí, _____ de _____ de 2026.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre o Contrato deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Processo Administrativo: 00114.000852/2025-86
1.2	(X) A presente contratação decorre da Concorrência Eletrônica nº 012/2026 e Ata de Registro de Preços n. (...). () A presente contratação ocorre por Dispensa/Inexigibilidade de licitação fundamentada no (art. ... Lei...).
2.1	O objeto do presente contrato é a contratação da obra/serviço especial de engenharia Execução dos Serviços de Infraestrutura Rodoviária no município de Curralinhos – PI, referente à Duplicação da Avenida São Raimundo, abrangendo uma área total de 5.654,24 m ² .
2.2	(X) A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada integral. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime tarefa. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação integrada. () A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação semi-integrada.
2.3	(X) Inclui-se no objeto contratual a elaboração de Projeto Executivo, conforme especificado no Projeto Básico.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



	() Não se inclui no objeto contratual a elaboração de Projeto Executivo, considerando que já foi previamente preparado pela Contratante.
7.1	O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ (...) (...por extenso...).
8.13	<p>Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral, são deveres da CONTRATADA:</p> <p>A CONTRATADA se obriga a:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;2. Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra;3. Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou no processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, bem como as mesmas condições de habilitação;4. Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;5. Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;6. Zelar pelos interesses da CONTRATANTE relativamente ao objeto do contrato;7. Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses da CONTRATANTE relativamente aos serviços;8. Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a CONTRATADA frente à CONTRATANTE;9. Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela CONTRATANTE e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.10. Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra_pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



de Proteção Individual – EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto a necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço. A CONTRATADA responde solidariamente, no caso de subemprego.

11. Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato;

12. Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra.

13. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos.

§ 1º O Contratado deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força de contrato de obra pública que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas.

§ 2º A obrigação estipulada no § 1º só será exigível após a devida contratação e emissão de ordem de serviço ou outro instrumento pelo qual é dado comando para o início das obras e/ou serviços referidos, e desde que haja compatibilidade entre os beneficiários da política pública e as funções a serem desempenhadas por estes.

§ 3º O Contrato deverá reservar as vagas previstas no § 1º na seguinte proporção:

a) No mínimo 5% (cinco por cento) dos empregos diretos criados, no caso de o contratado vir a admitir 21 (vinte e um) ou mais empregados.

b) Ao menos 1 (um) empregado, no caso de o contratado vir a admitir entre 6 (seis) e 20 (vinte) empregados; e

c) Admissão facultativa, no caso de o contratado vir a admitir 5 (cinco) ou menos empregados.

§ 4º As vagas, mencionadas no § 3º, serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação estabelecida em processo único de seleção a cargo da Secretaria Estadual de Trabalho e Empreendedorismo – SETRE, nos termos de regulamentação própria.

§ 5º No caso de não haver beneficiários selecionados na forma do § 4º, o contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.

§ 6º O Contratado deverá reservar, preferencialmente, o mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego diretos na área de construção civil criadas por força do contrato

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



	<p>de obra pública que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para pessoas do sexo feminino, desde que compatível com o exercício das atividades inerentes ao objeto do contrato.</p> <p>§ 7º A obrigação estipulada no § 6º só será exigível após a devida contratação e emissão da ordem de serviços ou outro instrumento pelo qual é dado comando para início das obras e/ou serviços referidos.</p> <p>§ 8º No caso de não haver beneficiários habilitados na forma do § 6º, o Contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.</p> <p>§ 9º A ausência de beneficiários habilitados será consignada pelo Contratado no "Livro de Ocorrências" juntamente com as diligências que empregou para encontrá-los, tais como avisos veiculados em jornais locais e programas de rádio, e será revista pelo Fiscal do Contrato a tempo e modo.</p> <p>§ 10º A CONTRATADA estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização da CONTRATANTE, quer seja exercida por servidores do quadro da própria CONTRATANTE, quer por terceiros especialmente contratados para este fim.</p> <p>§ 11º As determinações da fiscalização obrigam a CONTRATADA, respeitados os limites deste contrato e o orçamento aprovado, à elaboração de detalhamentos dos projetos e à realização de atividades específicas. Nos casos em que a CONTRATADA não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular da CONTRATANTE, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.</p>
9.3	<p>Sem prejuízo das obrigações previstas na Parte Geral, são deveres da CONTRATANTE:</p> <p>A CONTRATANTE se obriga a:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Disponibilizar o local das obras;2. Aprovar as medições em tempo hábil;3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula sétima deste Contrato;4. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;5. Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato.6. Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



	<p>7. Aplicar penalidades, conforme o caso.</p> <p>8. Observar as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, que trata do cadastramento e acompanhamento de contratos e obras nos Sistemas Licitações, Contratos e Obras WEB.</p> <p>9. Observar as disposições do Decreto Estadual nº 16.199/2015, que trata do cadastramento e alimentação dos dados da obra no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Ações Estratégicas – SIMO.</p>
10.1	<p>As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:</p> <p>Gestão/Unidade: 160101</p> <p>Fonte: (...)</p> <p>Programa de Trabalho: (...)</p> <p>Elemento de Despesa: (...)</p>
11.5, "II"	<p>(X) Para fins de pagamento da última medição, a Contratada deverá apresentar Projeto "As Built".</p> <p>() Para fins de pagamento da última medição, não será necessária a apresentação de Projeto "As Built".</p>
11.17	<p>Conta Corrente (.....), Banco (.....), Agência (.....).</p>
11.18	<p>(X) O pagamento da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização ocorrerá no valor do preço apresentado na proposta, conforme especificado abaixo:</p> <p>a) Instalação e manutenção do canteiro: de acordo com o cronograma financeiro proposto;</p> <p>b) Mobilização: serão medidos e pagos (....%) do valor proposto para o item na primeira medição. Os (....%) restantes serão medidos e pagos após efetiva mobilização de suas máquinas e equipamentos conforme programado no Cronograma;</p> <p>c) Desmobilização: após a total desmobilização, comprovada pela Fiscalização.</p>

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



	<p>d) Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) – será pago conforme o percentual de serviços executados no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item:</p> <p>%AL = (Valor da Medição Sem AL / Valor do Contrato (incluso aditivo financeiro) Sem AL).</p> <p>11.18.1. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) terão como unidade na planilha orçamentária “global” e será pago o quantitativo do percentual em número inteiro em valor absoluto com no máximo duas casas decimais.</p> <p>() Não haverá necessidade de pagamento de serviços de instalação, mobilização e desmobilização.</p>						
11.19	<p>(X) 11.19.1. Para a elaboração do Projeto Executivo, a(s) medição(ões) se processará (ão) em parcela(s), no(s) seguinte(s) percentual (is) em relação ao preço global do projeto executivo, constante da proposta de preços da contratada:</p> <table><tr><th>PARCELA(S)</th><th>% DO PREÇO GLOBAL DO PROJETO EXECUTIVO</th><th>EVENTOS</th></tr><tr><td>1ª</td><td>100</td><td>Na elaboração do Projeto e recebimento pela fiscalização da CONTRATANTE</td></tr></table> <p>11.19.2. A(s) medição (ões) relativa(s) ao serviço de elaboração do projeto executivo de engenharia constará(ão) de folha resumo contendo a relação de serviços executados.</p> <p>() Não se aplica, considerando que o item 2.3 da Parte Específica não estabeleceu a elaboração de Projeto Executivo como objeto do presente contrato.</p>	PARCELA(S)	% DO PREÇO GLOBAL DO PROJETO EXECUTIVO	EVENTOS	1ª	100	Na elaboração do Projeto e recebimento pela fiscalização da CONTRATANTE
PARCELA(S)	% DO PREÇO GLOBAL DO PROJETO EXECUTIVO	EVENTOS					
1ª	100	Na elaboração do Projeto e recebimento pela fiscalização da CONTRATANTE					
12.4	<p>(X) Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o Índice Nacional da Construção Civil – Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas, conforme já indicado na Parte Geral deste Contrato.</p>						

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



	() Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice (...).
14.1	O prazo de execução do serviço é de 90 (noventa) dias , contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, prorrogável justificadamente pelo prazo necessário à conclusão do objeto, na forma do art. 111 da Lei n. 14.133/2021.
14.4	O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.
19.6	<p>A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:</p> <p>A FISCALIZAÇÃO da execução das obras e serviços será feita pela CONTRATANTE, através de seus representantes, equipes ou grupos de trabalho, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições estabelecidas no Projeto Básico, a PROPOSTA DE PREÇOS e as disposições do Contrato.</p> <p>§ 1º Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, no Canteiro de Obras, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos não previsto no Projeto Básico, nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas da CONTRATANTE, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.</p> <p>§ 2º Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada da obra;b) Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;c) Decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;d) Exigir da contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;e) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



	<p>Serviços;</p> <p>f) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;</p> <p>g) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;</p> <p>h) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;</p> <p>i) Promover, com a presença da contratada, as medições de obras e serviços executados.</p> <p>j) Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos e de cronogramas;</p> <p>k) Dar à CONTRATANTE imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;</p> <p>l) Relatar oportunamente à CONTRATANTE ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros.</p> <p>m) Examinar os livros e registros.</p> <p>§ 3º A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução das obras e serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado.</p> <p>§ 4º Com relação ao “Diário de Ocorrência”, compete à FISCALIZAÇÃO:</p> <p>a) Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pelo licitante contratado;</p> <p>b) Registrar o andamento das obras e serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos e cronogramas;</p> <p>c) Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da contratada no referido Diário;</p> <p>d) Dar solução às consultas feitas pela contratada, seus prepostos e sua equipe;</p> <p>e) Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da contratada, seus prepostos e sua equipe;</p> <p>f) Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações;</p> <p>g) Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.</p>
20.1	<p>() Não será exigida garantia de execução da contratada.</p> <p>(X) No prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá prestar garantia contratual, correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, em</p>

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



	conformidade com o disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.
23.1	<p>(X) Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.</p> <p>() É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de (...) % do valor total do contrato, em relação às parcelas das obras e serviços de natureza específica destacados como de menor relevância técnica e valor não significativo, nos termos do Parecer Técnico nº (...):</p> <p>(...)</p> <p>(...)</p> <p>23.1.1. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.</p> <p>23.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.</p>
24.1	Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita do contratado, mediante Termo Detalhado assinado pelas partes.
24.2	Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo não superior a 90 (noventa) dias do recebimento provisório.
28.14	<p>A aplicação da LGPD ao presente contrato abrange, ainda, as seguintes disposições:</p> <p>(...)</p>

Para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (DUAS) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br



SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA
SEINFRA



Teresina, Piauí, _____ de _____ de 2026.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98
E-mail: seinfra@seinfra.gov.br
Redes sociais: @seinfra.pi

www.pi.gov.br

SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.

PROJETO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA NO MUNICÍPIO DE CURRALINHOS (PI)

PROJETO DE ENGENHARIA


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

2025

ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

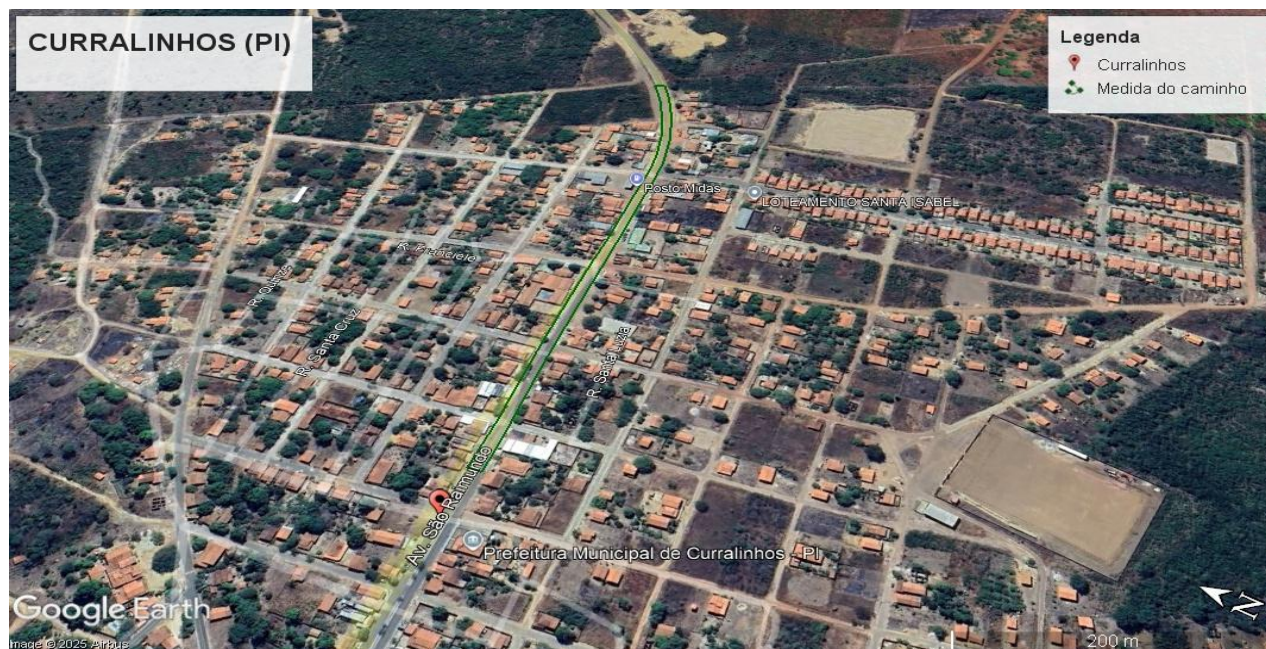


FOTO 01: VISTA GERAL DO LOCAL DA OBRA



FOTO 02



FOTO 03


 Tiago Queiroz Madelra Campos
 Eng. Civil
 CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



23M 740757 9378518
Avenida São Raimundo
Bairro:Centro_Curralinhos-PI

FOTO 04



23M 740731 9378513
Avenida São Raimundo
Bairro:Centro_Curralinhos-PI

FOTO 05



23M 740839 9378529
Avenida São Raimundo
Bairro:Centro_Curralinhos-PI

FOTO 06



23M 740902 9378538
Avenida São Raimundo
Bairro:Centro_Curralinhos-PI

FOTO 07



23M 740729 9378514
Avenida São Raimundo
Bairro:Centro_Curralinhos-PI

FOTO 08



23M 740720 9378513
Avenida São Raimundo
Bairro:Centro_Curralinhos-PI

FOTO 09



MEMORIAL DESCRITIVO

SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



1.0 – APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Projeto de Engenharia para Execução da obra de Infraestrutura Rodoviária no município de Curralinhos (PI): Duplicação da Avenida São Raimundo.

Este volume consta de Projeto Técnico composto de:

- Memorial descritivo;
- Relatório fotográfico da área de intervenção;
- Especificações Técnicas.
- Planilhas orçamentárias, composições de custo unitário e cronograma físico-financeiro;
- Memorial de cálculo;
- Plantas Técnicas.

2.0 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

- **FONTE:** TESOURO MUNICIPAL
- **OBJETO:** INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA NO MUNICÍPIO DE CURRALINHOS (PI)
- **INVESTIMENTO:** R\$ 824.233,38

3.0 – ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O município está localizado na microrregião de Teresina, compreendendo uma área irregular de 355,73 km², tendo como limites ao norte o município de Teresina, ao sul Palmeirais, São Pedro do Piauí e Miguel Leão, a leste Teresina e Monsenhor Gil, e a oeste Palmeirais.

A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 05°34'58" de latitude sul e 42°46'40" de longitude oeste de Greenwich e dista cerca de 89 km de Teresina.


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



MEMORIAL DESCRITIVO

SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA

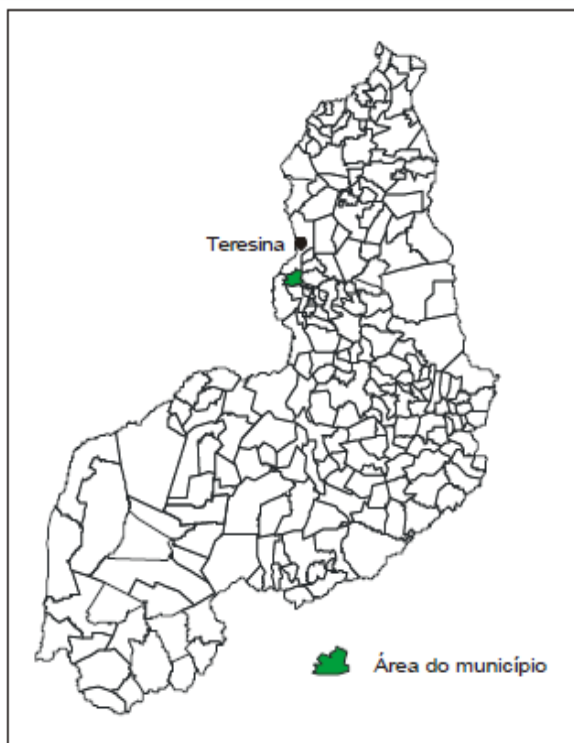


Figura 01 – Mapa de localização

4.0 – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Os dados socioeconômicos relativos ao município foram obtidos a partir de pesquisa nos sites do IBGE (www.ibge.gov.br) e do Governo do Estado do Piauí (www.pi.gov.br).

O município foi criado pela Lei Estadual nº 4.810 de 14/12/1995. A população total, segundo o Censo 2021 do IBGE, é de 4.475 habitantes e uma densidade demográfica de 12,09 hab/km², onde 78,1% das pessoas estão na zona rural. Com relação a educação, 62,7% da população acima de 10 anos de idade são alfabetizadas.

A sede do município dispõe de energia elétrica distribuída pela Companhia Energética do Piauí S/A, terminais telefônicos atendidos pela TELEMAR Norte Leste S/A, agência de correios e telégrafos, e escola de ensino fundamental.

A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de arroz, feijão, mandioca, milho e melancia.



MEMORIAL DESCRITIVO

SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



5.0 – ASPECTOS FISIOGRAFICOS

As condições climáticas do município de Curralinhos (com altitude da sede a 126 m acima do nível do mar) apresentam temperaturas mínimas de 22oC e máximas de 36oC, com clima quente tropical. A precipitação pluviométrica média anual é definida no Regime Equatorial Continental, com isoietas anuais entre 800 a 1.400 mm, cerca de 5 a 6 meses como os mais chuvosos e período restante do ano de estação seca. Os meses de janeiro, fevereiro e março correspondem ao trimestre mais úmido. Estas informações foram obtidas a partir do Projeto Radam (1973), Perfil dos Municípios (IBGE–CEPRO, 1998)

e Levantamento Exploratório-Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986). Os solos da região são provenientes da alteração de arenitos, siltitos, folhelhos, calcários e silexitos. Compreendem solos litólicos, álicos e distróficos, de textura média, pouco desenvolvidos, rasos a muito rasos, fase pedregosa, com floresta caducifólia e/ou floresta sub-caducifólia/cerrado. Associados ocorrem solos podzólicos vermelho-amarelos, textura média a argilosa, fase pedregosa e não pedregosa, com misturas e transições vegetais de floresta sub-caducifólia/caatinga.

Secundariamente, ocorrem areias quartzosas, que compreendem solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos, drenados, desprovidos de minerais primários, de baixa fertilidade, com transições vegetais, fase caatinga hiperxerófila e/ou cerrado sub-caducifólio/floresta sub-caducifólia. Estas informações foram obtidas a partir do Projeto Sudeste do Piauí II (CPRM, 1973) e Levantamento Exploratório-Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986).

As formas de relevo, da região em apreço, compreendem, principalmente, superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 300 metros; superfícies tabulares cimeiras (chapadas altas), com relevo plano, altitudes entre 400 a 500 metros, com grandes mesas recortadas e superfícies onduladas com relevo



MEMORIAL DESCRITIVO

SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



movimentado, encostas e prolongamentos residuais de chapadas, desníveis e encostas mais acentuadas de vales, elevações (serras, morros e colinas), com altitudes de 150 a 500 metros. Seqüência de platôs e chapadas de altitudes médias de 600 a 400 metros acima do nível do mar, podendo alcançar 800 metros. Dados obtidos a partir do Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986), Projeto Radam (1973) e Geografia do Brasil–Região Nordeste (IBGE, 1977).

6.0 - JUSTIFICATIVA

A cidade de Curralinhos, localizada no estado do Piauí, vem apresentando um crescimento significativo nos últimos anos, tanto em termos populacionais quanto econômicos. Esse desenvolvimento tem resultado em um aumento expressivo do fluxo de veículos na principal via de acesso à cidade, gerando congestionamentos, riscos de acidentes e comprometendo a mobilidade urbana.

A atual infraestrutura da avenida de acesso não atende mais às demandas de tráfego, especialmente em horários de pico, prejudicando o transporte de mercadorias e o deslocamento da população. A duplicação da via se faz necessária para garantir maior segurança, fluidez e conforto aos usuários, além de fomentar o desenvolvimento local ao facilitar o acesso de turistas, investidores e trabalhadores.

7.0 – OBJETIVOS

Diante da grande importância da presente obra para a população local, tem-se a mesma como principais objetivos:

- Melhoria da mobilidade urbana com conforto e segurança;
- Melhoria nas condições de tráfego e escoamento do trânsito.


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



MEMORIAL DESCRITIVO

SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



8.0 – METAS

Infraestrutura Rodoviária no município de Curralinhos (PI): Duplicação da Avenida São Raimundo.

9.0 – FONTE DE RECURSOS

A obra será executada com recurso referente ao tesouro municipal. O projeto totaliza R\$ 824.233,38 (oitocentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e oito centavos), conforme Planilhas orçamentárias em anexo.

10.0 – METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Os custos para implantação desta obra no Município de Curralinhos (PI) contêm todas as despesas decorrentes de mão-de-obra, encargos sociais, materiais de construção, equipamentos, transportes, fretes, taxas e impostos.

Conforme estabelece o Decreto Nº 7.983/2013 da Presidência da República, o custo global de referência da obra foi obtido a partir das composições dos custos unitários previstos menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

Além do SINAPI, foram utilizadas como referências as tabelas do ORSE – Sistema de obras de Sergipe e Tabela SICRO – Sistema de Custos Rodoviários do DNIT, considerando os Encargos Sociais sem desoneração.

A composição de BDI foi obtida a partir dos valores de referência dos Acórdãos Nº 2622/2013 – TCU Plenário, e de acordo com a Lei Federal Nº 13.161/2015.

11.0 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

11.1 – Localização da obra:


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



MEMORIAL DESCRITIVO

SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



As áreas para implantação do projeto estão inseridas na zona urbana do município de Curralinhos (PI), conforme coordenadas UTM com referência DATUM WGS-84 e Fuso 24, informadas no mapa de localização da obra.

11.2 – Concepção técnica do projeto:

Este projeto apresenta a concepção básica dos serviços de pavimentação de vias. Serão executados os serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem e sinalização, com a finalidade de atender as especificações técnicas vigentes, considerando o menor custo e beneficiando um número maior de famílias.

Antes da implantação do revestimento asfáltico, serão feitos os serviços de terraplenagem para as correções na definição do greide de projeto (acostamento de acesso/ alargamento da via). A pavimentação será executada em concreto asfáltico (C.B.U.Q), na espessura de 5,00 cm, utilizando areia, brita, pedrisco e CAP 50/70, após aplicação da pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-1C sobre a camada de base existente. A massa asfáltica será confeccionada na usina da cidade de Teresina (PI), distante 58,29 km de Curralinhos (PI). Vale ressaltar que, em alguns pontos haverá a necessidade da correção do greide existente (acostamento de acesso/ alargamento da via). Para esses casos, será utilizada os serviços de imprimação com emulsão asfáltica para imprimação.

A drenagem superficial acompanhará o nível adotado para o greide da via com uma inclinação mínima de 0,5% através de sarjetas com contenção de meio-fio.

A sinalização viária será executada com a implantação de placas de sinalização vertical e pintura horizontal com uso de tinta retrorrefletiva para orientação de veículos, ciclistas, pedestres e cadeirantes.

O local selecionado para implantação do projeto fica localizado no acesso a área urbana de Curralinhos (PI), necessitando de melhoria na sua infraestrutura beneficiando a população com a obra.


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



MEMORIAL DESCRITIVO

SECRETARIA
DA **INFRAESTRUTURA**
SEINFRA



A obra será executada conforme o projeto e de acordo com as Normas Brasileiras da ABNT.

11.3 – Comprovação do exercício pleno da propriedade do imóvel:

O local onde será executada a obra é de propriedade do Município de Curralinhos (PI) sendo área de domínio público.

11.4 – Cronograma Físico-Financeiro:

O cronograma para execução da obra foi definido com o prazo de 90 (noventa) dias compatibilizado com a planilha orçamentária. O cronograma demonstra os valores que serão gastos ao longo do tempo e em cada etapa da obra, permitindo que o gestor da obra faça a programação de compra e estocagem de materiais, mobilização de mão de obra e equipamentos.


Tiago Queiroz Madalga Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GERAL

1.0 – ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA

- Os custos diretos de administração local são constituídos por todas as despesas incorridas na montagem e na manutenção da infraestrutura da obra compreendendo as seguintes atividades básicas de despesa: Chefia da obra, Administração do contrato, Engenharia e planejamento, Segurança do trabalho, Produção e Gestão de materiais. Essas despesas são parte da planilha de orçamento em itens independentes da composição de custos unitários, especificados como administração local.

2.0 – PLACA DE OBRA

- A placa da obra deverá ter dimensões de (3,60 x 1,80) m – 01 und, com formato e inscrições a serem definidas pela Prefeitura e de acordo com o manual de cores e proporções de placas de obra. Será executada em chapa galvanizada nº 22 e já fornecida com pintura em esmalte sintético. Terá sustentação em peças de madeira de lei de 1ª qualidade 2,5 x 7,5 cm e peças de madeira de 3ª qualidade 7,5 x 7,5 cm, na altura estabelecida pelas normas. Será assentada com o material oriundo da escavação do mesmo. As inscrições deverão ter todas as informações básicas sobre a obra.


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



**MAIS UMA OBRA DO
GOVERNO DO ESTADO**

NOME DA OBRA

CONTRATADO:
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

INVESTIMENTO:
R\$ XXX.XXX,XX

**PRAZO DE
EXECUÇÃO:**
XX DIAS

MODELO DA PLACA DE OBRA

3.0 E 4.0 – MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO:

- O serviço de mobilização e desmobilização compreende as despesas para transporte de ida e volta dos equipamentos, considerando seu lugar de origem até o local onde se implantará o canteiro, conforme memorial de cálculo das distâncias de transporte;
- A contratada deverá tomar todas as providências relativas à mobilização imediatamente após assinatura do contrato de forma a poder dar início efetivo e concluir a obra dentro do prazo contratual;
- No final da obra, a empreiteira deverá remover todas as instalações do acampamento e canteiro de serviço, equipamentos, construções provisórias, detritos e restos de materiais, de modo a entregar as áreas utilizadas totalmente limpas;
- Os custos correspondentes a estes serviços incluem, mas não se limitam necessariamente aos seguintes:



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- a) Despesas relativas ao transporte de todo o equipamento de construção, de propriedade da empreiteira ou sublocado, até o canteiro de obra e sua posterior retirada;
- b) Despesas relativas à movimentação de todo o pessoal ligado à empreiteira ou às suas subempreiteiras, em qualquer tempo, até o canteiro de obras e posterior regresso a seus locais de origem;
- c) Despesas relativas às viagens necessárias para execução dos serviços, ou determinadas pelo órgão responsável, realizadas por qualquer pessoa ligada à empreiteira, qualquer que seja sua duração ou natureza.

DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO

1.0 – SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 – Fresagem contínua de revestimento asfáltico:

- Especificação de Serviço – NORMA DNIT 159/2011-ES.

1.2 – Demolição de camada de piso existente, de forma mecanizada com martelete:

- A Execução de demolições deverá obedecer, rigorosamente, o disposto na NBR-5682 e será conforme destacado no projeto de arquitetura. O material remanescente da demolição é de propriedade do construtor, a quem caberá a providência de remoção do local para não prejudicar o início dos trabalhos;
- Os serviços de demolição e remoção de materiais deverão atender as normas de proteção ao trabalho, pois emprega mão-de-obra que realiza atividades de difícil rotina, devendo ser programada e dirigida por responsável técnico legalmente habilitado;
- A camada de piso existente deverá ser demolida, mecanicamente com auxílio de martelete, de modo que permita melhor aderência com o novo



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

piso que será construído sobre a base existente.

1.3 – Aterro manual e compactação mecanizada:

- Com o intuito de regularizar a camada de base existente, deixando a mesma propícia a execução dos serviços de pavimentação asfáltica. Faz-se necessário a utilização do aterro compactado nas espessuras de 0,10 cm. Conforme indicado em planilha orçamentária.
- O aterro deverá ser executado em camada, uniformemente umedecido, próximo da umidade ótima e fortemente apiloado;
- A execução dos aterros será sempre em camadas horizontais, não se admitindo a execução de camadas inclinadas;
- Os materiais a serem utilizados na confecção dos aterros deverão ser de preferência, solos areno-argilosos, provenientes ou não das cavas das fundações, podendo ser utilizado areia fina quando as condições de umidade do terreno assim o indicarem;
- A compactação será mecanizada com a utilização do compactador de solos de percussão (soquete);
- O solo deverá ser umedecido, com a utilização de caminhão pipa até atingir a umidade adequada para a execução da compactação.

2.0 – TERRAPLENAGEM

2.1 e 2.2 – Limpeza mecanizada, incluindo estocagem do material de limpeza, destocamento, expurgo e limpeza da jazida:

Os serviços limpeza superficial da área de jazida e reconformação da plataforma consistem em todas as operações de limpeza, destocamento, retiradas de restos de raízes envoltos em solo, solos orgânicos, entulhos e outros materiais impeditivos à



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

implantação do empreendimento ou exploração de materiais das áreas de empréstimo.

Entende-se por:

Limpeza sem destocamento

Operação de remoção total de material vegetal e da camada de solo orgânico.

Limpeza com destocamento

Operação de escavação e remoção dos tocos e raízes e da camada de solo vegetal.

Solos Orgânicos

Solos com elevado percentual de matéria orgânica, geralmente existente superficialmente como proteção do corpo estradal e das áreas de empréstimo.

Áreas de empréstimo

Áreas definidas em projeto para exploração de materiais que são utilizados na implantação da rodovia.

– Considerações Gerais:

Os serviços de destocamento, expurgo, limpeza e reconformação da plataforma devem preservar os elementos de composição paisagística, assinalados no projeto.

Nenhum movimento de terra deve ter início enquanto as operações de destocamento, expurgo, limpeza e reconformação da plataforma não tenham sido totalmente concluídas.

São de responsabilidade da empresa contratada a manutenção e preservação dos marcos poligonais, de RN e de amarrações implantados até o recebimento provisório do objeto do contrato.

– Equipamentos:



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Antes do início dos serviços, todo equipamento deve ser examinado e aprovado pela fiscalização. Os equipamentos básicos para a execução das operações de destocamento e limpeza compreendem as seguintes unidades: Serras mecânicas portáteis, Tratores de esteira com lâmina frontal, Pequenas ferramentas, enxadas e pás picaretas etc.

– Execução:

Não é permitida a execução em dias de chuva. Inicialmente deve-se proceder a verificação geral, mediante nivelamento geométrico, comparando as cotas da superfície existente, com as cotas previstas no projeto para a camada final de terraplenagem. Segue-se, posteriormente, a escarificação geral da superfície do subleito obtido até a profundidade de 0,20m abaixo da plataforma de projeto, nos segmentos em que a terraplenagem estiver concluída. Caso seja necessária a complementação de materiais, deve-se lançá-los preferencialmente antes da escarificação, para em seguida, efetuar as operações de pulverização e homogeneização do material. Eventuais fragmentos de pedra com diâmetro superior a 76 mm, raízes ou outros materiais estranhos devem ser removidos. Com atuação da motoniveladora, através de operações de corte e aterro, deve-se conformar a superfície existente, adequando-a projeto, de acordo com os perfis transversais e longitudinais. Os materiais excedentes resultantes das operações de corte que possuam as características que permitam a sua utilização em: aterros, camada final de terraplenagem ou em outras camadas do pavimento devem ser transportados para locais designados pela fiscalização para utilização posterior, de acordo com o estabelecido em projeto ou indicado pela fiscalização. Operações de corte ou aterro que excedam a espessura de 0,20m devem ser executadas conforme discriminado nas especificações de terraplenagem sendo elas: escavação e carga de material e aterro. O material espalhado e escarificado, após ter atingido a cota desejada, deve ser, umedecido, se necessário, e homogeneizado mediante ação combinada da grade de discos e operações com a motoniveladora. Essas operações devem prosseguir até



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

que o material apresente visualmente homogêneo, isento de grumos ou torrões.

– Controle e aceitação:

As operações de destocamento, expurgo, limpeza e reconformação da plataforma devem ser verificadas visualmente, e são aceitas se atenderem às exigências preconizadas nesta especificação e forem consideradas satisfatórias pela fiscalização. O controle geométrico é feito com trena para verificação das larguras além do off-set.

– Controle ambiental:

Os serviços de destocamento, expurgo, limpeza e reconformação da plataforma somente devem ser iniciados após a obtenção da autorização para supressão da vegetação do órgão ambiental competente.

- O destocamento deve obedecer rigorosamente aos limites estabelecidos no projeto, aprovado pelo órgão ambiental competente, evitando acréscimos desnecessários; deve ser suficiente para garantir o isolamento, das operações de construção e a visibilidade dos motoristas, com a precaução de não expor os solos e taludes naturais à erosão;
- As áreas destinadas às atividades de destocamento, expurgo, limpeza e reconformação da plataforma devem ser delimitadas fisicamente, por meio de fiatas ou redes sinalizadoras ou material similar, de forma a orientar os responsáveis pelas atividades;
- Nas operações de limpeza, a camada vegetal deve ser estocada sempre que possível, para futuro uso da recomposição vegetal dos taludes e de outras áreas, conforme a necessidade;
- Não é permitida a queima do material removido;
- O material originado destas atividades não pode permanecer nos locais de obras, devem ser encaminhados para áreas devidamente regulamentadas, como



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

aterro classe 2;

- O tráfego de máquinas e funcionários deve ser disciplinado de forma a evitar a abertura indiscriminada de caminhos e acessos, o que acarretaria destocamentos desnecessários;

- A executante deve dispor de equipamentos específicos para trituração de restos vegetais de pequenos porte, galhadas e folhas; a critério da fiscalização, o subproduto gerado deverá ser utilizado nas adubações orgânicas previstas nos serviços de manutenção ou plantio arbóreo e arbustivos, nos locais ou áreas indicadas.

- Critérios de medição e pagamento:

Os serviços de destocamento, limpeza e regularização do terreno são medidos em função da área e do diâmetro da vegetação retirada.

- É medido e pago por metro quadrado (m²), considerando a área de projeção horizontal;

A medição de carga e transporte dos materiais resultantes da limpeza do terreno é aplicável quando os materiais tiverem que ser transportados para distâncias maiores que 50,00 m, menores ou iguais a 1.000,00 m ou além de 1,00 km.

Quando aplicável, a carga do material de limpeza é medida e paga pelo volume resultante do produto da superfície efetivamente limpa, pela sua espessura que não dever ser superior:

- A 15,0 cm, quando se tratar apenas de limpeza sem destocamento;
- A 20,0 cm, quando se tratar de limpeza e destocamento.

Os serviços de trituração de restos vegetais estão inclusos nos preços unitários de limpeza do terreno.

Os itens relativos à produção do meio ambiente não são objeto de medição, exceto o transporte, dos solos orgânicos do local da estocagem até o local de



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

aplicação, quando autorizada pela fiscalização, e estiver em distância superior a 5 dam.

Neste caso, a medição é feita com produto resultante do volume obtido na cava ou no corte, pela distância de transporte. Os serviços de limpeza do terreno são pagos uma única vez em cada local, mesmo que seja necessário repetir as operações executivas no todo ou parte. Por isso, os serviços devem ser executados à medida que se fizerem necessários.

Os serviços recebidos e medidos da forma descrita são pagos conforme os respectivos preços unitários contratuais, nos quais estão inclusos: toda a mão de obra com encargos sociais, BDI, equipamentos e ferramentas manuais necessárias à retirada da camada vegetal de qualquer porte, galhos, raízes, seccionamento de troncos em segmentos de comprimentos menores que viabilizem seu transporte, limpeza, amontoamento dos materiais, carga, transporte até 50m, descarga e espalhamento dos materiais.

2.3, 2.4 e 2.5 – Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria:

– Definição:

Escavação, carga e transporte de material consiste nas operações de remoção do material constituinte do terreno nos locais onde a implantação da geometria projetada requer a sua remoção, ou escavação de áreas de empréstimo de material, incluindo a carga e o transporte dos materiais para seu destino final: aterro ou depósito de materiais de excedentes.

As operações de escavação e carga compreendem:

- Escavação, carga e transporte de material em áreas de corte até o greide de terraplenagem;
- Escavação, carga e transporte de material em áreas de corte situadas abaixo do



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

greide de terraplenagem no caso em que o subleito é constituído por materiais impróprios, na espessura fixada em projeto ou pela fiscalização;

- Escavação, carga e transporte de material, quando houver necessidade de remoção da camada vegetal, em profundidades superiores a 20,0 cm;

- Escavação, carga e transporte de material de área de empréstimo;

– Materiais:

Compreendem os solos em geral, de natureza residual ou sedimentar e seixos rolados ou não com diâmetro máximo de 0,15 cm.

Em geral todos os materiais são escavados por tratores escavo-transportadores de pneus, empurrados por tratores esteiras de peso compatível ou por escavadeiras hidráulicas.

– Equipamentos:

Antes do início da execução dos serviços todos os equipamentos devem ser examinados e aprovados pela fiscalização.

Os equipamentos utilizados são os seguintes:

- Tratores de esteiras equipados com lâmina;
- Escavo-transportador ou escavadores conjugados;
- Caminhões basculantes;
- Pás carregadeiras;
- Motoniveladoras e escavadeiras hidráulicas;
- Tratores para operação de push.

– Execução:

Todas as escavações devem ser executadas nas larguras e com a inclinação dos taludes indicados no projeto.



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A operação de escavação deve ser precedida dos serviços de destocamento e limpeza.

A escavação dos cortes deve obedecer aos elementos técnicos fornecidos pelo projeto de terraplenagem e nas notas de serviço. O desenvolvimento dos trabalhos deve aperfeiçoar a utilização adequada, ou rejeição dos materiais extraídos.

Apenas são transportados para constituição dos aterros, os materiais que pela classificação e caracterização efetuados nos cortes, sejam compatíveis com as especificações de execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de materiais escavados em cortes, para execução de camadas superficiais da plataforma, é recomendável o depósito dos referidos materiais em locais indicados pela fiscalização para sua oportuna utilização.

Em situações em que o nível de água situe-se acima da cota do greide de terraplenagem, os taludes apresentem teor de umidade elevado, é necessário que se execute a drenagem adequada, com a instalação de um sistema de drenos profundos ou drenos sub-horizontais. A quantidade, posicionamento, diâmetro e comprimentos destes drenos devem ser executados de acordo com o projeto. Imediatamente após a conclusão da execução deve ser iniciada a execução do aterro de proteção de taludes de corte, utilizando-se solo superficial, argilo-arenoso, areno-argiloso laterizado ou aqueles no projeto.

Quando a escavação atingir o greide de terraplenagem, e os solos do subleito forem inadequados, isto é, constituídos por solos de expansão maior que 2%, possuírem baixa capacidade de suporte ou orgânicos, é necessário o rebaixamento do greide de terraplenagem na espessura estabelecida em projeto, ou de 60,0 cm no mínimo, ou a definida pela fiscalização, nos casos não previstos em projeto. As espessuras e as características dos materiais constituintes das camadas de aterro devem estar em conformidade com as normas do DNIT e, com as determinações de



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

projeto.

Os taludes ao final das escavações devem possuir a geometria indicada em projeto e superfície desempenada.

Somente devem ser efetuadas alterações de inclinação caso novos dados geotécnicos justifiquem a alteração da inclinação, ou quando ocorrerem escorregamentos durante a execução.

As cristas de corte e entradas dos taludes devem ser arredondadas e as banquetas, sempre que possível, devem possuir concordância com terreno natural, o que pode envolver escavações não previstas em projeto, cabendo a fiscalização autorizar estas escavações adicionais.

Os taludes em que houver diferentes inclinações, a concordância deve ser contínua, e executada de modo evitar a formação de elevações e depressões.

Desde o início das obras até seu recebimento definitivo, as escavações já executadas ou em execução devem ser protegidas contra a ação erosiva das águas e mantidas em condições que assegurem drenagem eficiente.

Durante a execução, o executante é responsável pela manutenção dos caminhos de serviços sem ônus ao contratante.

Todos os danos ou prejuízos que porventura ocorram em propriedades lindeiras, durante a execução dos serviços são de responsabilidade exclusiva do executante.

– Aceitação:

Os serviços são aceitos e passíveis de medição desde que sejam executados de acordo com esta especificação e o controle geométrico esteja dentro da faixa de tolerância permitida.

Os serviços rejeitados devem ser corrigidos ou complementados.

– Controle ambiental:



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Nas operações de escavação é exigida a adoção dos seguintes procedimentos:

Nas áreas de cortes:

- Evitar o quanto possível o trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho; evitar o excesso de carregamentos dos veículos e controlar a velocidade usada;
- Aspergir água permanentemente nos trechos poeirentos, principalmente nas passagens por áreas habitadas;
- O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deve ser executado imediatamente após a execução dos cortes;
- Implantar, caso necessário, sistema de drenagem provisório e de controle de processos erosivos, como carreamento.

Nas áreas de empréstimo:

- A empresa executante deve licenciar a área de empréstimo, localizada fora da faixa de domínio, junto ao órgão ambiental responsável, antes do início de qualquer atividade na área;
- O destocamento e limpeza devem ser executados de acordo com as normas de DNIT, dentro do limite da área licenciada, e o material retirado deve ser estocado de forma que, após a exploração do empréstimo, o solo orgânico possa ser reutilizado na recuperação da área;
- Não é permitida a queima da vegetação removida;
- Deve ser evitada a localização de empréstimo em áreas com restrições ambientais e de boa aptidão agrícola;
- Não devem ser explorados empréstimos em áreas legalmente protegidas tais como: reservas ecológicas ou florestais, de preservação cultural, ou mesmo em suas proximidades;
- O tráfego de equipamentos e veículos de serviço deve ser controlado para evitar a implantação de vias ou trilhas desnecessárias;



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- As áreas de empréstimo devem ser mantidas, durante sua exploração, convenientemente drenadas de modo a evitar o acúmulo das águas, bem como os efeitos da erosão;
- A exploração deve se dar de acordo com o projeto aprovado pela fiscalização e licenciado ambientalmente; qualquer alteração deve ser objeto de complementação do licenciamento ambiental.

– Critérios de medição e pagamento:

A escavação e carga de material são medidas e pagas por metro cúbico (m³) do volume escavado, medido no corte.

A medição dos serviços executados é realizada da seguinte forma:

- A área da seção a ser considerada, para cálculo e medição do volume escavado, é a da seção medida após a escavação;
- O volume das escavações não previstas em projeto, mas autorizadas pela fiscalização, é obtido através da seção medida após a escavação;
- Quando ocorrem, em uma região, materiais de categorias diferentes, os volumes devem ser medidos para cada categoria, e se não for possível definir, na cava, horizontes ou linhas de separação entre os materiais, é feita a classificação em porcentagens dos volumes;
- Os volumes de blocos, matacões ou fragmentos de rochas maiores que 0,50 m, isolados uns dos outros, são calculados considerando sua forma geométrica;
- Blocos de dimensões menores que 0,50 m são amontoados e o volume do monte é obtido considerando sua forma geométrica e dimensões aproximadas, o total de espaços vazios no monte admitido é de 40%;
- No caso dos blocos de dimensões menores que 0,50 m misturados com material de outra categoria, o volume de cada material é obtido com base na avaliação da composição percentual da mistura.



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- É objeto de medição a escavação e carga de material estocado, para posterior utilização, cujo volume é determinado através da seção transversal medida no corte, após a escavação.
- A unidade de transporte de material escavado é o metro cúbico pela distância de transporte.
- A distância de transporte é a menor distância real entre os centros de gravidade de corte e aterro ou depósito de materiais excedentes, considerando o percurso de ida e volta.
- A menor fração a ser considerada para efeito de medição é de 10,0 dam (100m).
- Não é objeto de medição o transporte de terra vegetal brejosa, quando a distância de transporte for inferior a 5,0 decâmetros; e de qualquer categoria quando a distância de transporte for inferior ou igual a 1,0 decâmetro.

Pagamento

Os serviços executados e medidos da forma descrita são pagos de acordo com os seus respectivos preços contratuais, que variam de acordo com a natureza do material escavado.

Nos preços unitários estão inclusos: mão de obra necessária para execução dos serviços, com encargos sociais, BDI, todos os equipamentos e recursos utilizados na execução dos serviços de escavação, carga e transporte do material.

2.6 – Compactação de aterro a 100 % proctor normal:

A Descarga, o espalhamento, a homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, a compactação dos materiais selecionados procedentes de cortes ou empréstimos, são fundamentais para a construção do corpo do aterro até a cota correspondente ao greide da terraplenagem, destinados a substituir eventualmente os



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

materiais de qualidade inferior, previamente retirados, a fim de melhorar as fundações dos aterros.

O lançamento do material para a construção dos aterros deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu umedecimento e compactação de acordo com o previsto nesta Norma. Para o corpo dos aterros a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,30m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,20m.

Todas as camadas do solo deverão ser convenientemente compactadas. Para o corpo dos aterros, na umidade ótima, mais ou menos 3%, até se obter a massa específica aparente seca correspondente a 95% da massa específica aparente máxima seca, do ensaio DNER-ME 092/94 ou DNER-ME 037/94. Para as camadas finais aquela massa específica aparente seca deve corresponder a 100% da massa específica aparente máxima seca, do referido ensaio. Os trechos que não atingirem as condições mínimas de compactação deverão ser escarificados, homogeneizados, levados à umidade adequada e novamente compactados, de acordo com a massa específica aparente seca exigida.

No caso de alargamento de aterros a execução será obrigatoriamente procedida de baixo para cima, acompanhada de degraus nos seus taludes. Desde que, justificado em projeto, a execução poderá ser realizada por meio de arrasamento parcial do aterro existente, até que o material escavado preencha a nova seção transversal, complementando-se com material importado toda a largura da referida seção transversal.

Em regiões onde houver ocorrência predominante de areia, admite-se a execução de aterros com o emprego da mesma, desde que previsto em projeto, protegidos por camadas subseqüentes de material terroso devidamente compactadas.

Os aterros de acesso próximos aos encontros de pontes, o enchimento de



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

cavas das fundações e as trincheiras de bueiros, bem como todas as áreas de difícil acesso ao equipamento usual de compactação, serão compactados mediante o uso de equipamento adequado, como soquetes manuais e sapos mecânicos, na umidade descrita para o corpo dos aterros.

As determinações do grau de compactação (GC) serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca de laboratório e da massa específica aparente “in situ” obtida no campo. Deverão ser obedecidos os limites seguintes:

- a) corpo do aterro $GC \geq 95\%$;
- b) camadas finais $GC \geq 100\%$.

A compactação será medida em m^3 , sendo considerado o volume de aterro executado de acordo com a seção transversal do projeto.

3.0 – REVESTIMENTO

3.1 – Imprimação com emulsão asfáltica:

3.1.1 – Definição

Imprimação consiste na aplicação de material asfáltico sobre a superfície da base concluída, antes da execução do revestimento asfáltico, objetivando conferir coesão superficial, impermeabilização e permitir condições de aderência entre está e o revestimento a ser executado.

3.1.2 – Material

O ligante asfáltico empregado na imprimação será emulsão asfáltica para imprimação, em conformidade com a norma DNIT 101/2009-ES;

A taxa de aplicação “T” é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente na obra. As taxas de aplicação do asfalto diluído usuais são da ordem de 0,9 a 1,7 l/m², conforme o tipo e a textura da base.

3.1.3 – Equipamentos

Para a varredura da superfície da base usam-se vassouras mecânicas



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

rotativas, podendo, entretanto, a operação ser executada manualmente. O jato de ar comprimido também pode ser usado;

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento que permitam a aplicação do ligante asfáltico em quantidade uniforme;

Os carros distribuidores de ligante asfáltico, especialmente construídos para esse fim, devem ser providos de dispositivos de aquecimento, dispondo de tacômetro, calibradores e termômetros com precisão de 1 °C, instalados em locais de fácil observação e, ainda, possuir espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo de ajustamento vertical e larguras variáveis de espalhamento uniforme do ligante asfáltico;

O depósito de material asfáltico, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter capacidade para armazenar a quantidade de ligante asfáltico a ser aplicada em, pelo menos, um dia de trabalho.

3.1.4 – Execução

Antes da execução dos serviços, deve ser implantada a adequada sinalização, visando à segurança do tráfego no segmento rodoviário, e efetuada sua manutenção permanente durante a execução dos serviços;

Após a perfeita conformação geométrica da base, proceder à varredura da superfície, de modo a eliminar todo e qualquer material solto;

Antes da aplicação do ligante asfáltico a pista pode ser levemente umedecida;

Aplica-se, a seguir, o ligante asfáltico, na temperatura adequada, na quantidade recomendada e de maneira uniforme. A temperatura de aplicação do ligante asfáltico deve ser fixada para o tipo de ligante, em função da relação temperatura x viscosidade, escolhendo-se a temperatura



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

que proporcione a melhor viscosidade para seu espalhamento.

A tolerância admitida para a taxa de aplicação do ligante asfáltico definida pelo projeto e ajustada experimentalmente no campo é de $\pm 0,2 \text{ l/m}^2$;

Deve-se imprimir a largura total da pista em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao tráfego. Quando isto não for possível, trabalha-se em uma faixa de tráfego e executa-se a imprimação da faixa de tráfego adjacente assim que a primeira for liberada ao tráfego. O tempo de exposição da base imprimada ao tráfego, depois da efetiva cura, deve ser condicionado ao comportamento da mesma, não devendo ultrapassar 30 dias;

A fim de evitar a superposição ou excesso nos pontos iniciais e finais das aplicações devem ser colocadas faixas de papel transversalmente na pista, de modo que o início e o término da aplicação do ligante asfáltico situem-se sobre essas faixas, as quais devem ser, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do ligante asfáltico deve ser imediatamente corrigida.

3.1.5 – Controle do insumo

Os materiais utilizados na execução da imprimação devem ser rotineiramente examinados em laboratório, obedecendo à metodologia indicada pelo DNIT e satisfazer às especificações em vigor, mediante a execução dos seguintes procedimentos:

3.1.5.1 – Emulsão asfáltica

Para todo carregamento que chegar à obra:

-1 (um) ensaio de viscosidade cinemática a 60 °C (NBR 14.756:2001);

-1 (um) ensaio do ponto de fulgor e combustão (vaso aberto TAG) (NBR 5.765:2012).

Para cada 100 t:



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

-1 (um) ensaio de viscosidade Saybolt Furol (NBR 14.491:2007), no mínimo em 3 (três) temperaturas, para o estabelecimento da relação viscosidade x temperatura;

3.1.6 – Controle da execução

A temperatura do ligante asfáltico deve ser medida no caminhão distribuidor imediatamente antes de qualquer aplicação, a fim de verificar se satisfaz ao intervalo de temperatura definido pela relação viscosidade x temperatura;

O controle da quantidade do ligante asfáltico aplicado deve ser efetuado aleatoriamente, mediante a colocação de bandejas, de massa (P1) e área (A) conhecidas, na pista onde está sendo feita a aplicação. O ligante asfáltico é coletado na bandeja na passagem do carro distribuidor. Com a pesagem da bandeja depois da cura total (até massa constante) do ligante asfáltico coletado (P2) se obtém a taxa de aplicação do resíduo (TR) da seguinte forma:

A partir da taxa de aplicação do resíduo (TR) se obtém a Taxa de Aplicação (T) do material asfáltico, em função da porcentagem de resíduo verificada no ensaio de laboratório, quando do recebimento do correspondente carregamento do ligante asfáltico.

Para trechos de imprimação de extensão limitada ou com necessidade de liberação imediata, com área de no máximo 4.000 m², devem ser feitas 5 determinações de T, no mínimo, para controle;

Nos demais casos, para segmentos com área superior a 4.000 m² e inferior a 20.000 m², o controle da execução da imprimação deve ser exercido mediante a coleta de amostras para determinação da taxa de aplicação, feita de maneira aleatória, de acordo com o Plano de Amostragem Variável.

3.1.7 – Critérios de medição

Os serviços considerados conformes devem ser medidos de acordo com os



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

critérios estabelecidos no Edital de Licitação dos serviços ou, na falta destes critérios, de acordo com as seguintes disposições gerais:

A imprimação deve ser medida em metros quadrados, considerando a área efetivamente executada. Não devem ser motivo de medição em separado: mão-de-obra, materiais (exceto asfalto diluído ou emulsão asfáltica), transporte do ligante dos tanques de estocagem até a pista, armazenamento e encargos, devendo os mesmos estar incluídos na composição do preço unitário.

3.2 – Pintura de Ligação:

3.2.1 – Definição

- A pintura de ligação consiste na aplicação de ligante asfáltico sobre superfície de base (as ruas contempladas em Projeto possuem calçamento existente), objetivando promover condições de aderência entre esta e o revestimento a ser executado;
- A taxa recomendada de ligante asfáltico residual é de 0,3 l/m² a 0,4 l/m². Antes da aplicação, a emulsão deve ser diluída na proporção de 1:1 com água a fim de garantir uniformidade na distribuição desta taxa residual. A taxa de aplicação de emulsão diluída é da ordem de 0,8 l/m² a 1,0 l/m².

3.2.2 – Equipamentos

- A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento que permitam a aplicação do ligante asfáltico em quantidade uniforme.

3.2.3 – Execução

- A superfície a ser pintada deve ser varrida, a fim de ser eliminado o pó e todo e qualquer material solto;



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Aplica-se, a seguir, o ligante asfáltico na temperatura compatível, na quantidade recomendada e de maneira uniforme. A temperatura da aplicação do ligante asfáltico deve ser fixada em função da relação temperatura x viscosidade, escolhendo-se a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. A viscosidade recomendada para o espalhamento da emulsão deve estar entre 20 e 100 segundos;
- Após aplicação do ligante deve-se aguardar o escoamento da água e a evaporação em decorrência da ruptura;
- A tolerância admitida para a taxa de aplicação “T” da emulsão diluída é de $\pm 0,2 \text{ l/m}^2$;
- Deve ser executada a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deve ser deixada, sempre que possível, fechada ao tráfego. Quando isto não for possível, trabalhar em meia pista, executando a pintura de ligação da adjacente, assim que a primeira for permitida ao tráfego;
- A fim de evitar a superposição ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem ser colocadas faixas de papel transversalmente na pista, de modo que o início e o término da aplicação do ligante asfáltico estejam sobre essas faixas, as quais devem ser, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do ligante asfáltico deve ser imediatamente corrigida.

3.2.4 – Controle do insumo

- O ligante asfáltico deve ser examinado em laboratório, obedecendo à metodologia indicada pelo DNIT e satisfazer às especificações em vigor. Para todo carregamento que chegar à obra devem ser executados os seguintes ensaios na emulsão asfáltica:
 - a) Ensaio de viscosidade “Saybolt-Furol” (DNER-ME 004/94) a 50°C;
 - b) Ensaio de resíduo por evaporação (ABNT NBR14376/2007);
 - c) Ensaio de peneiramento (DNER-ME 005/95);



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- d) Determinação da carga da partícula (DNIT 156/2011-ME).
- Para cada 100 t devem ser executados os seguintes ensaios:
 - a) Ensaio de sedimentação para emulsões (DNER-ME 006/00);
 - b) Ensaio de viscosidade “Saybolt-Furol” (DNER-ME 004/94) a várias temperaturas, para o estabelecimento da relação viscosidade x temperatura.
- Os resultados dos ensaios realizados serão de responsabilidade do laboratório, uma vez que os materiais devem atender as necessidades da obra.

3.2.5 – Controle da produção

- A temperatura do ligante asfáltico deve ser medida no caminhão distribuidor imediatamente antes da aplicação, a fim de verificar se satisfaz ao intervalo de temperatura definido pela relação viscosidade x temperatura;
- O controle da quantidade do ligante asfáltico aplicado deve ser efetuado aleatoriamente, mediante a colocação de bandejas de massa (P1) e área (A) conhecidas, na pista onde está sendo feita a aplicação;
- O ligante asfáltico é coletado na bandeja na passagem do carro distribuidor;
- Com a pesagem da bandeja depois da ruptura total (até massa constante) do ligante asfáltico coletado (P2) se obtém a taxa de aplicação do resíduo (TR), da seguinte forma:

$$TR = \frac{P_2 - P_1}{A}$$

- A partir da taxa de aplicação do resíduo (TR) se obtém a Taxa de Aplicação (T) da emulsão RR - 1C, em função da porcentagem de resíduo verificada no ensaio de laboratório, quando do recebimento do correspondente carregamento do ligante asfáltico;
- Para trechos de pintura de ligação de extensão limitada ou com necessidade de liberação imediata, com área de no máximo 4.000 m², devem ser feitas cinco determinações de T, no mínimo, para controle.



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Nos demais casos, para segmentos com área superior a 4.000 m² e inferior a 20.000 m², o controle da execução da pintura de ligação deve ser exercido por meio de coleta de amostras para determinação da taxa de aplicação, feita de maneira aleatória, de acordo com o Plano de Amostragem Variável. Conforme descrito no subitem “7.4” da norma DNIT 145/2012 – ES.

3.2.6 – Verificação do produto

- Devem ser verificadas visualmente a homogeneidade da aplicação e a ruptura do ligante.

3.2.7 – Plano de amostragem – Controle tecnológico

- O número e a frequência de determinações da taxa de aplicação (T) do ligante devem ser estabelecidos segundo um Plano de Amostragem previamente aprovado pela Fiscalização, elaborado de acordo com os preceitos da Norma DNER-PRO 277/97.

3.2.8 – Critério de medição

Os serviços serão medidos de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Licitação dos serviços ou, na falta destes critérios, de acordo com as seguintes disposições gerais:

- A pintura de ligação deve ser medida em metros quadrados, considerando a área efetivamente executada;
- Não devem ser considerados quantitativos de serviço superiores aos indicados no projeto;
- Nenhuma medição deve ser processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios e determinações devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado;
- Execução de serviços baseado na norma DNIT 145/2012 – ES.



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.3 – Concreto asfáltico:

3.3.1– Definição

- O Concreto Asfáltico é uma mistura executada a quente, em usina apropriada, com características específicas, composta de agregado graduado, material de enchimento (filer) e cimento asfáltico, espalhada e compactada a quente.

3.3.2 – Condições gerais

- Não é permitida a execução dos serviços, objeto desta Especificação, em dias de chuva;
- O concreto asfáltico somente deve ser fabricado, transportado e aplicado quando a temperatura ambiente for superior a 10°C.

3.3.3 – Materiais

- Os materiais constituintes do concreto asfáltico são agregado graúdo, agregado miúdo, material de enchimento (filer) e ligante asfáltico, os quais devem satisfazer às Normas pertinentes, e às Especificações aprovadas pelo DNIT.

3.3.3.1 - Cimento asfáltico

Será empregado o cimento asfáltico de petróleo: CAP-50/70.

3.3.3.2 - Agregados

O agregado graúdo será pedra britada (brita 0, brita 1 e pedrisco).

O agregado miúdo será areia média;



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Será aplicado como material de enchimento a cal hidratada.

3.3.4 – Equipamentos

- Os equipamentos necessários à execução dos serviços serão adequados aos locais de instalação das obras, atendendo ao que dispõem as especificações para os serviços;
- Devem ser utilizados os seguintes equipamentos:
 - a) Usina para misturas asfálticas;
 - b) Caminhões basculantes para transporte da mistura;
 - c) Equipamento para espalhamento e acabamento – Vibroacabadora de asfalto;
 - d) Equipamento para compactação – Rolo compactador vibratório e rolo compactador de pneus.

3.3.5 – Execução

3.3.5.1 - Produção do concreto asfáltico

A produção do concreto asfáltico será efetuada em usina instalada, atendendo as necessidades da obra.

3.3.5.2 - Transporte do concreto asfáltico

O concreto asfáltico produzido será transportado da usina ao local da obra, em caminhões basculantes com caçamba térmica. Cada carregamento deve ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

3.3.5.3 - Distribuição e compactação da mistura

A distribuição do concreto asfáltico deve ser feita por equipamentos adequados. Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas devem ser sanadas pela adição manual de concreto asfáltico, sendo esse



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos;

Após a distribuição do concreto asfáltico, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura asfáltica possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso;

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual deve ser aumentada à medida que a mistura seja compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas;

A compactação deve ser iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compactação deve começar sempre do ponto mais baixo para o ponto mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada;

Durante a rolagem não são permitidas mudanças de direção e inversões bruscas da marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo devem ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

3.3.6 – Controle dos insumos

- Todos os materiais utilizados na fabricação de Concreto Asfáltico (insumos) devem ser examinados em laboratório, obedecendo à metodologia indicada pelo DNIT e satisfazer às especificações em vigor. Conforme descrito no subitem “7.1” da norma DNIT 031/2006 – ES.

3.3.7 – Controle da produção

- O controle da produção (Execução) do Concreto Asfáltico deve ser exercido



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória de acordo com o Plano de Amostragem Aleatória. Conforme descrito no subitem “7.4” da norma DNIT 031/2006 – ES.

3.3.8 – Verificação do produto

- A verificação final da qualidade do revestimento de Concreto Asfáltico (Produto) deve ser exercida através das seguintes determinações, executadas de acordo com o Plano de Amostragem Aleatório. Conforme descrito no subitem “7.4” da norma DNIT 031/2006 – ES:

a) Espessura da camada:

Deve ser medida por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos; antes e depois do espalhamento e compactação da mistura. Admite-se a variação de $\pm 5\%$ em relação às espessuras de projeto.

b) Alinhamentos:

A verificação do eixo e dos bordos deve ser feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Os desvios verificados não devem exceder $\pm 5\text{cm}$.

c) Acabamento da superfície:

Durante a execução deve ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento longitudinal da superfície deve ser verificado por aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta devidamente calibrados (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182) ou outro dispositivo equivalente para esta



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

finalidade. Neste caso o Quociente de Irregularidade – QI deve apresentar valor inferior ou igual a 35 contagens/km ($IRI \leq 2,7$).

d) Condições de segurança:

O revestimento de concreto asfáltico acabado deve apresentar Valores de Resistência à Derrapagem - VDR ≥ 45 quando medido com o Pêndulo Britânico (ASTM-E 303) e Altura de Areia – $1,20\text{mm} \geq HS \geq 0,60\text{mm}$ (NF P-98-216-7).

Os ensaios de controle são realizados em segmentos escolhidos de maneira aleatória, na forma definida pelo Plano da Qualidade.

Tiago Queiroz Madalga Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.3.9 – Critérios de medição

Os serviços serão medidos de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Licitação dos serviços ou, na falta destes critérios, de acordo com as seguintes disposições gerais:

- O concreto asfáltico será medido em toneladas de mistura efetivamente aplicada na pista;
- Nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade contendo os resultados dos ensaios e determinações devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado;
- Execução de serviços baseado na norma DNIT 031/2006 – ES.

4.0 – TRANSPORTE

4.1 – Transporte de material asfáltico:

- O transporte do asfalto diluído para imprimação, da emulsão asfáltica para pintura de ligação e do cimento asfáltico para a confecção da massa asfáltica, serão feitos com utilização de caminhão tanque de asfalto, com revestimento isotérmico e sistema de aquecimento;
- O transporte da massa asfáltica confeccionada na usina de asfalto (concreto asfáltico) será transportada em caminhão com caçamba térmica com capacidade de 6,0 m³;
- O material deverá ser lançado na caçamba de maneira que fique uniformemente distribuído, no limite geométrico da mesma, para que não ocorra derramamento pelas bordas durante o transporte;

Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- No transporte em canteiros de obra, o caminho a ser percorrido pelos caminhões deverá ser mantido em condições de permitir velocidade adequada, boa visibilidade e possibilidade de cruzamento. Os caminhos de percurso deverão ser umedecidos para evitar o excesso de poeira, e devidamente drenados, para que não surjam atoleiros ou trechos escorregadios;
- Tratando-se de transporte em área urbana, estradas ou em locais onde haja tráfego de veículos ou pedestres, a caçamba do caminhão deverá ser completamente coberta com lona apropriada, ainda no local da carga, evitando-se, assim, poeira e derramamento de material nas vias;
- Deverão ser utilizados caminhões basculantes em número e capacidade compatíveis com a necessidade do serviço e com a produtividade requerida;
- A carga deverá ser feita dentro do limite legal de capacidade do veículo (volume e/ou peso), mesmo dentro de canteiros de obras;
- A medição será feita multiplicando-se o peso, em toneladas, medido na carroceria do veículo, pela distância de transporte entre o local da carga e o local de depósito, obedecendo-se às seguintes condições:
 - a) O peso do material carregado será determinado pela simples pesagem, em balança de reconhecida precisão. O caminhão deverá ser pesado antes e depois da carga, mantidas as mesmas condições do veículo, tal como o volume de combustível no tanque. Caberá a fiscalização aceitar a balança a ser utilizada;
 - b) Caso não seja possível a pesagem, será procedido o cálculo do peso em função das dimensões e do peso específico do material;
 - c) A distância de transporte será medida ao longo do percurso seguido pelo caminhão, entre os centros de gravidade das massas. O percurso a ser utilizado deverá ser previamente aprovado pela fiscalização.


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Estão incluídos nos preços todos os custos de manutenção, drenagem e conservação dos caminhos de percurso, tempo de carga, descarga e manobra, todo o equipamento e pessoal necessários, bem como os encargos e outras despesas necessárias à sua execução;
- O pagamento será feito pelo preço unitário contratual, conforme medição aprovada pela fiscalização, incluindo toda a mão-de-obra, materiais, equipamentos e encargos necessários à execução do serviço.



INTER-RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS AGENTES QUE ATUAM NA PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, TRANSPORTE E APLICAÇÃO DOS PRODUTOS ASFÁLTICOS PARA A PAVIMENTAÇÃO RODOVIÁRIA

FIGURA 3: FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE TRANSPORTE DOS INSUMOS ASFÁLTICOS

4.2 - Transporte de brita, areia e entulho em caminhão basculante:

- O material deverá ser lançado na caçamba de maneira que fique uniformemente distribuído, no limite geométrico da mesma, para que não ocorra derramamento pelas bordas durante o transporte;


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- No transporte em canteiros de obra, o caminho a ser percorrido pelos caminhões deverá ser mantido em condições de permitir velocidade adequada, boa visibilidade e possibilidade de cruzamento. Os caminhos de percurso deverão ser umedecidos para evitar o excesso de poeira, e devidamente drenados, para que não surjam atoleiros ou trechos escorregadios;
- Tratando-se de transporte em área urbana, estradas ou em locais onde haja tráfego de veículos ou pedestres, a caçamba do caminhão deverá ser completamente coberta com lona apropriada, ainda no local da carga, evitando-se, assim, poeira e derramamento de material nas vias;
- Deverão ser utilizados caminhões basculantes em número e capacidade compatíveis com a necessidade do serviço e com a produtividade requerida;
- A carga deverá ser feita dentro do limite legal de capacidade do veículo (volume e/ou peso), mesmo dentro de canteiros de obras;
- O controle de carga, quanto à distribuição do material, será visual; quanto à determinação do volume, o procedimento será aquele descrito no critério de medição, a seguir;
- No caso de materiais a serem medidos na báscula, tais como os provenientes de demolições, deverá haver a distribuição homogênea, de modo a permitir o cálculo do volume transportado em cada viagem;
- Os caminhões deverão ter as dimensões de suas caçambas medidas e anotadas, previamente, visando-se facilitar a apropriação dos volumes, no caso de medição por volume solto carregado;
- A medição será feita multiplicando-se o peso, em toneladas, medido na carroceria do veículo, pela distância de transporte entre o local da carga e o local de depósito, obedecendo-se às seguintes condições:


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- a) O peso do material carregado será determinado pela simples pesagem, em balança de reconhecida precisão. O caminhão deverá ser pesado antes e depois da carga, mantidas as mesmas condições do veículo, tal como o volume de combustível no tanque;
- b) Caberá a fiscalização aceitar a balança a ser utilizada;
- c) Caso não seja possível a pesagem, será procedido o cálculo do peso em função das dimensões e do peso específico do material;
- d) A distância de transporte será medida ao longo do percurso seguido pelo caminhão, entre os centros de gravidade das massas. O percurso a ser utilizado deverá ser previamente aprovado pela fiscalização.
- Estão incluídos nos preços todos os custos de manutenção, drenagem e conservação dos caminhos de percurso, tempo de carga, descarga e manobra, todo o equipamento e pessoal necessários, bem como os encargos e outras despesas necessárias à sua execução;
- O pagamento será feito pelo preço unitário contratual, conforme medição aprovada pela fiscalização, incluindo toda a mão-de-obra, materiais, equipamentos e encargos necessários à execução do serviço.

5.0 – DRENAGEM

5.1 – Meio-fio em concreto pré-moldado:

- As valas para assentamento deverão ter profundidade tal que, o meio-fio fique enterrado no mínimo 20,0 cm. O fundo das valas onde serão assentados os meio-fios deverá ser regularizado e apiloado. O assentamento do meio-fio deverá ser executado após a regularização da via pública;

Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- O meio-fio será executado em concreto pré-moldado no traço 1:3:6 (cimento, areia grossa e seixo lavado ou brita). Deverá ter seção trapezoidal com dimensões de 13,0 cm na face superior e 15,0 cm na face inferior, 30,0 cm na altura e comprimento de 1,00 m e resistência superior ou igual a 10 MPa;
- Todo o rejuntamento do meio-fio pré-moldado deverá ser feito com argamassa de cimento e areia média isenta de argila, no traço 1:3.

5.2 – Sarjeta de concreto:

- As sarjetas serão executadas de concreto magro no traço 1:4,5:4,5 (cimento/ areia média/ brita 1), moldada in loco, com largura de 30 cm e espessura = 5cm, obedecendo o abaulamento da seção transversal da via urbana. As mesmas serão executadas como camada de reforço sobre as sarjetas existentes, acompanhando a mesma inclinação já estabelecidas anteriormente;
- Nas esquinas, as sarjetas deverão prosseguir, atravessando as ruas, de modo a permitir a continuidade do fluxo das águas da chuva;
- O concreto quando utilizado nos dispositivos que especificam este tipo de revestimento deverá ser dosado racionalmente e experimentalmente, para uma resistência característica à compressão mínima ($f_{ck;min}$), aos 28 dias, de 15MPa. O mesmo deverá ser preparado de acordo com o prescrito na norma NBR 6118/03, além de atender ao que dispõem as especificações do DNER –ES 330/97;
- As sarjetas revestidas de concreto poderão ser moldadas “in loco” ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto ou em consequência de imposições construtivas.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.3 – Canaleta:

- A canaleta será executada com meio-fio pré-moldado espessura 15,0 cm paralelo um ao outro indicado em projeto gráfico;
- Os meio-fios paralelos terão distância de 10,0 cm entre si ficando enterrados 20,0 cm e sobrepostos em lastro de concreto simples no traço 1:4,5:4,5 (cimento, areia média e pedra britada), conforme detalhamento gráfico.

6.0 – SINALIZAÇÃO

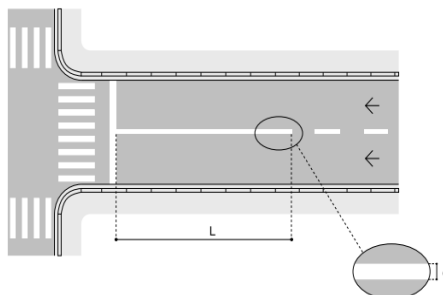
6.1 – Pintura de faixa com tinta acrílica emulsionada em água (esp. 0,5 mm):

- A sinalização horizontal tem a finalidade de transmitir e orientar os usuários sobre as condições de utilização adequada da via, compreendendo as proibições, restrições e informações que lhes permitam adotar comportamento adequado, de forma a aumentar a segurança e ordenar os fluxos de tráfego.
- Padrão de formas:
 - a) Contínua: corresponde às linhas sem interrupção, aplicadas em trecho específico de pista;
 - b) Tracejada ou Seccionada: corresponde às linhas interrompidas, aplicadas em cadência, utilizando espaçamentos com extensão igual ou maior que o traço;
 - c) Setas, Símbolos e Legendas: correspondem às informações representadas em forma de desenho ou inscritas, aplicadas no pavimento, indicando uma situação ou complementando a sinalização vertical existente.
- Padrão de cores:
 - a) Amarela, utilizada para: separar movimentos veiculares de fluxos opostos, regulamentar ultrapassagem e deslocamento lateral, delimitar espaços proibidos para estacionamento e/ou parada e demarcar obstáculos transversais à pista (lombada);

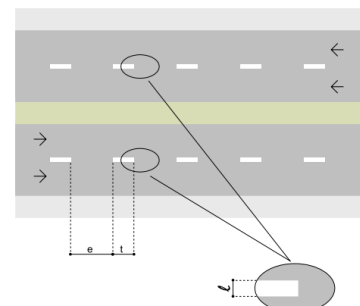
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- b) Branca, utilizada para: separar movimentos veiculares de mesmo sentido, delimitar áreas de circulação, delimitar trechos de pistas, destinados ao estacionamento regulamentado de veículos em condições especiais, regulamentar faixas de travessias de pedestres, regulamentar linha de transposição e ultrapassagem, demarcar linha de retenção e linha de “Dê a preferência” e inscrever setas, símbolos e legendas;
 - c) Vermelha, utilizada para: demarcar ciclovias ou ciclofaixas e inscrever símbolo (cruz);
 - d) Azul, utilizada como base para: inscrever símbolo em áreas especiais de estacionamento ou de parada para embarque e desembarque para pessoas portadoras de deficiência física;
 - e) Preta, utilizada para: proporcionar contraste entre a marca viária/inscrição e o pavimento, (utilizada principalmente em pavimento de concreto) não constituindo propriamente uma cor de sinalização;
- Serão usadas no Projeto:
 - a) Linhas de divisão de fluxos de mesmo sentido - linha simples contínua (LMS-1): largura de 0,10m, cor branca;
 - b) Linhas de divisão de fluxos de mesmo sentido - linha simples seccionada (LMS-2): largura de 0,10m, cor branca;

5.2.1 Linha simples contínua (LMS-1)



5.2.2 Linha simples seccionada (LMS-2)

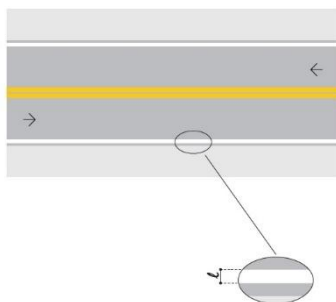


- c) Linha de bordo (LBO): largura de 0,10m, cor branca;
- d) Linha de retenção (LRE): largura de 0,40m, cor branca;

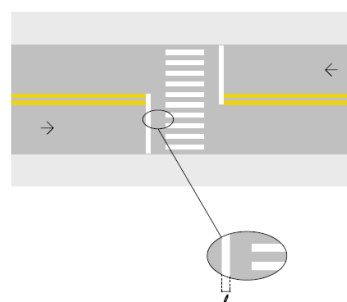
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

e) Faixa de travessia de pedestres (FTP): largura de 0,40m, cor branca;

5.3 Linha de bordo (LBO)

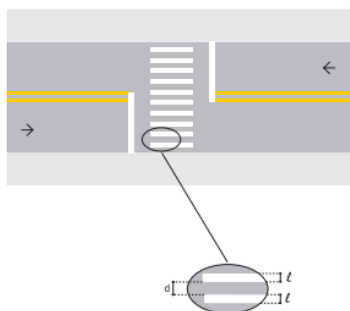


6.1 Linha de retenção (LRE)

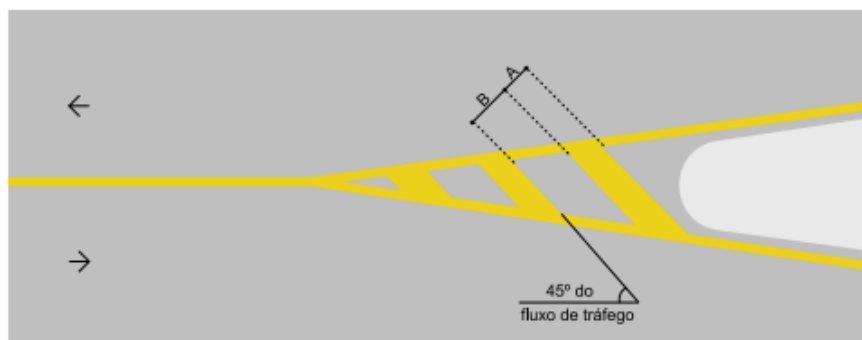


6.4 Faixa de travessia de pedestres (FTP)

FTP-1: "Tipo Zebrada"



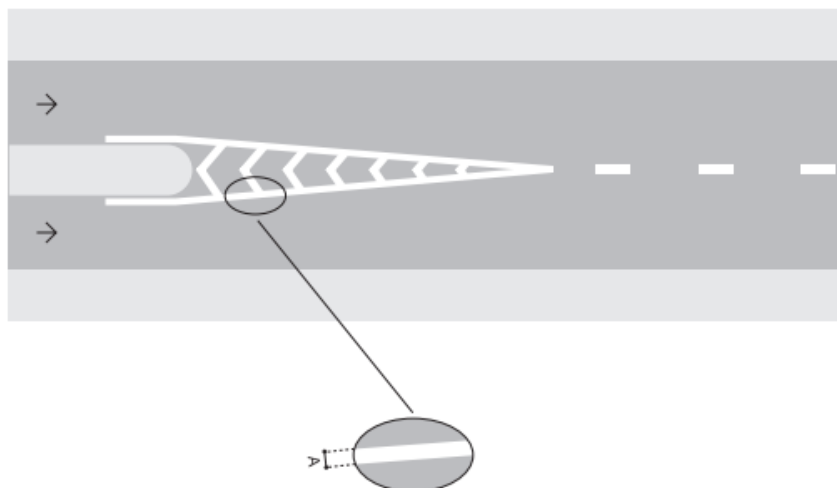
f) Zebrado de preenchimento da área de pavimento não utilizável (ZPA): largura de 0,40m e 0,10 m, cor amarela;



g) Linha de canalização (LCA): largura de 0,30m e 0,10 m, cor branca;

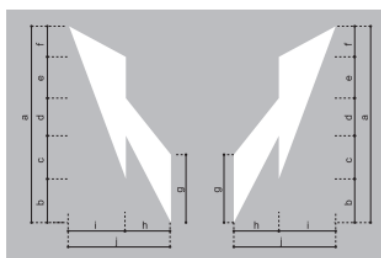
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

7.1 Linha de canalização (LCA)



- h) Inscrições no pavimento - Setas direcionais - Seta indicativa de mudança obrigatória de faixa: largura variável, cor branca;

9.1.2 Seta indicativa de mudança obrigatória de faixa (MOF)



DIMENSÕES (m)									
a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
5,00	1,11	1,10	0,96	1,05	0,78	1,73	1,15	1,45	2,60
7,50	1,67	1,65	1,44	1,57	1,17	2,60	1,15	1,45	2,60

- Quanto aos materiais, será aplicada pintura de faixa com tinta acrílica emulsionada em água, na espessura 0,5 mm;
- A execução do serviço será conforme as normas: DNIT - 100/2018 – ES e DNER-EM 276/00.

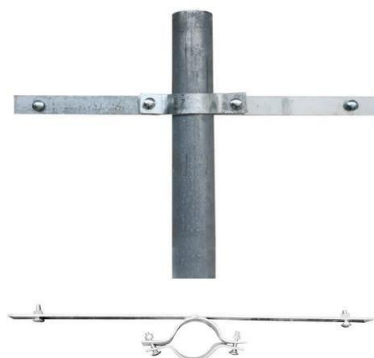
6.2 e 6.5 – Placa de sinalização vertical:

- As placas serão executadas com chapa metálica de aço carbono nº 16 nas dimensões indicadas no projeto, tratadas em imersão de anti-ferrugem com pintura do fundo em esmalte sintético semi-fosco e a frente com película refletiva com lentes inclusas, as quais permitem apresentar a mesma aparência, quer durante o dia, quer durante a noite, quando observada à luz

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

dos faróis de um veículo;

- As placas serão fixadas através de suporte de tubo de aço galvanizado de Ø50 mm para placa de sinalização. O tubo de aço terá altura definida no projeto, sendo 0,50 m engastado no solo com concreto fck = 20 mpa, traço 1:2,7:3 (cimento/ areia média/ brita 1), confeccionado com betoneira elétrica;
- A fixação da placa ao tubo de aço, será através de um conjunto composto por barra chata, abraçadeira, parafusos, porcas e arruelas. Com parafusos zincados nas dimensões 1.1/2"x3/16" com fenda e francês 4"x5/16". Conforme ilustrado abaixo:



Conjunto para fixação das placas de sinalização

- As placas serão destinadas para sinalizar as vias de circulação, que são para veículos, pedestres, motocicletas, ciclistas e cadeirantes;
- Especificação de Serviço – NORMA DNIT 101/2009 – ES.

7.0 – SERVIÇOS COMPLEMENTARES

7.1 – Piso tátil direcional/alerta de concreto:

- O piso tátil direcional e de alerta será executado em placas de concreto nas dimensões 25x25 cm e espessura de 2,00 cm frisado, na cor amarela, conforme projeto;
- Será assentado com argamassa industrializada sobre o aterro compactado;

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- As placas deverão ser assentadas uma a uma, devendo ser acomodadas sobre argamassa industrializada com o auxílio de martelo de borracha ou soquete de madeira;

7.2 – Pavimentação em piso intertravado, com bloco retangular:

- Serão do tipo bloco pré-moldado de concreto intertravado, modelo retangular (20x10) cm na espessura de 06 cm com fck=35 Mpa, na cor natural;
- Serão assentados sob um colchão de areia média na espessura de 6,00cm, no local previamente aterrado, compactado e regularizado;
- Após o assentamento das peças, deverá ser procedido a compactação e verificado o nivelamento de acordo com o projeto;
- Quando não indicado em projeto, deve ser considerada declividade mínima de 0,5% em direção às canaletas ou pontos de saída de água;
- O arremate dos blocos junto as sarjetas deverá ser feito com blocos cortados (meia peça) com guilhotina ou outra ferramenta que propicie o corte regular das peças (quando necessário);
- Concluído o assentamento deverá ser feita a compactação mecanizada como o auxílio de um compactador de placas. Será executada do meio-fio para o centro da via. Qualquer irregularidade ou depressão que venha a surgir na ocasião da compactação deverá ser imediatamente corrigida para que seja restabelecido o nível normal.

ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

Perfil Longitudinal

Relatório de volume entre seções

Seção	Corte (m²)	Aterro (m²)	Distância (m)	Vol. Corte (m³)	Vol. Aterro (m³)
E0	1,243	0,072	20,000	13,500	6,600
E1	0,107	0,588	20,000	3,230	7,730
E2	0,216	0,185	20,000	8,160	1,850
E3	0,600	0,000	20,000	11,430	1,750
E4	0,543	0,175	20,000	10,970	2,110
E5	0,554	0,036	8,286	4,947	0,481
E5+8,286	0,640	0,080	11,714	6,408	1,792
E6	0,454	0,226	20,000	9,660	2,260
E7	0,512	0,000	20,000	7,340	1,250
E8	0,222	0,125	20,000	11,000	1,250
E9	0,878	0,000	20,000	10,240	3,060
E10	0,146	0,306	20,000	1,680	4,990
E11	0,022	0,193	20,000	0,530	5,770
E12	0,031	0,384	20,000	9,850	3,850
E13	0,954	0,001	20,000	10,080	3,800
E14	0,054	0,379	20,000	6,750	5,720
E15	0,621	0,193	20,000	10,410	2,760
E16	0,420	0,083	20,000	5,460	3,180
E17	0,126	0,235	13,648	0,860	6,585
E17+13,648	0,000	0,730	6,352	0,016	4,644
E18	0,005	0,732	20,000	2,120	10,280
E19	0,207	0,296	20,000	8,860	5,180
E20	0,679	0,222	13,973	7,294	3,074
E20+13,973	0,365	0,218	6,027	1,829	1,989
E21	0,242	0,442	20,000	13,990	5,690
E22	1,157	0,127	1,138	1,378	0,121
E22+1,138	1,265	0,086	18,862	16,108	5,743
E23	0,443	0,523	20,000	10,420	10,570
E24	0,599	0,534	15,323	9,026	7,202
E24+15,323	0,579	0,406	4,677	2,023	2,121
E25	0,286	0,501	20,000	4,450	16,840
E26	0,159	1,183	20,000	1,740	29,860
E27	0,015	1,803	10,000	1,020	15,880
E27+10,000	0,189	1,373	10,000	2,875	15,940
E28	0,386	1,815	7,131	3,737	13,891
E28+7,131	0,662	2,081			

Corte (m²): Área de corte; Aterro (m²): Área de aterro; Distância (m): Distância entre as seções; Vol. Corte (m³): Volume parcial de corte; Vol. Aterro (m³): Volume parcial de aterro; Fórmula da semi-soma: (Area1 + Area2) x Dist / 2

Volume total de corte: 229,389 m³
Volume total de aterro: 215,813 m³
Volume total: 445,202 m³

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍ

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

FONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)

METAS

ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)	REFERÊNCIA
1.0	EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	un	1,00	824.233,38	824.233,38	
TOTAL GERAL (R\$)					824.233,38	


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍ

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

FONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - RESUMO DA OBRA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)	REFERÊNCIA
1.0	EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA				824.233,38	
1.1	GERAL					
1.1.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	un	1,00	17.481,91	17.481,91	COMPOSIÇÃO 01 (S/ REF. S/C)
1.1.2	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA 3,60 x 1,80 m - 1,00 UND.	un	1,00	1.411,78	1.411,78	COMPOSIÇÃO 02 (ORSE 51 - ADAPTADO)
1.1.3	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	un	1,00	7.354,18	7.354,18	COMPOSIÇÃO 03 (S/ REF. S/ REF.)
1.1.4	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	un	1,00	7.354,18	7.354,18	COMPOSIÇÃO 03 (S/ REF. S/ REF.)
1.2	DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO	un	1,00	790.631,33	790.631,33	PLANILHA EM ANEXO
TOTAL GERAL (R\$)					824.233,38	

LEGENDA:
S/ REF. = SEM REFERÊNCIA
S/C = SEM CÓDIGO


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍ

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

FONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)

PLANILHA RESUMO DAS VIAS
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	EXTENSÃO (m)	LARGURA DA PAVIMENTAÇÃO (m)	ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO (m²)	VALOR (R\$)
1.0	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS				
1.1	AVENIDA SÃO RAIMUNDO	567,13	9,96 (Larg. Média)	5.654,24	790.631,33
ÁREA TOTAL (m²)				5.654,24	
TOTAL GERAL (R\$)					790.631,33


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO**
PLANILHA ORÇAMENTÁRIALOGRADOURO=
COMPRIMENTO DA PAVIMENTAÇÃO=
LARGURA DA PAVIMENTAÇÃO =AVENIDA SÃO RAIMUNDO
567,13
9,96 (Larg. Média) m

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO =

5.654,24 m²

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	SUB-TOTAL	REFERÊNCIA
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	Fresagem contínua de revestimento asfáltico - espessura de 3 cm	m³	109,25	129,27	14.122,75	COMPOSIÇÃO 04 (DNIT-SICRO 4915655 - ADAPTADO)
1.2	Demolição de camada de piso existente, de forma mecanizada com martelete	m²	501,46	8,81	4.417,86	COMPOSIÇÃO 05 (SINAPI 97634 - ADAPTADO)
1.3	Aterro manual com areia para aterro e compactação mecanizada (canteiro central)	m³	101,90	113,13	11.527,95	COMPOSIÇÃO 06 (SINAPI 94342)
TOTAL DO ITEM (R\$):					30.068,56	
2.0	TERRAPLENAGEM					
2.1	Limpeza superficial de área de jazida	m²	143,88	0,96	138,12	COMPOSIÇÃO 07 (DNIT-SICRO 5502985 - ADAPTADO)
2.2	Expurgo de camada vegetal (área de jazida)	m³	28,78	5,45	156,85	COMPOSIÇÃO 08 (DNIT-SICRO 5502986 - ADAPTADO)
2.3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria DMT 50 m	m³	229,39	4,63	1.062,08	COMPOSIÇÃO 09 (DNIT-SICRO 5501710 - ADAPTADO)
2.4	Escavação e carga de material de jazida p/ aterro	m³	215,81	2,02	435,94	COMPOSIÇÃO 010 (DNIT-SICRO 4016096 - ADAPTADO)
2.5	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ de material de jazida (material de aterro) - rodovia em revestimento primário	t x km	215,92	0,93	200,81	COMPOSIÇÃO 011 (DNIT-SICRO 5915320 - ADAPTADO)
2.6	Compactação de aterros a 100% do Proctor Normal	m³	215,81	6,98	1.506,35	COMPOSIÇÃO 012 (DNIT-SICRO 5502978 - ADAPTADO)
TOTAL DO ITEM (R\$):					3.500,15	
3.0	REVESTIMENTO					
3.1	Aquisição de emulsão asfáltica para serviço de imprimação	t	7,35	3.063,55	22.517,09	COMPOSIÇÃO 013 (AQUISIÇÃO 01)
3.2	Aquisição de emulsão asfáltica RR-1C	t	2,54	4.359,08	11.072,06	COMPOSIÇÃO 014 (AQUISIÇÃO 02)
3.3	Aquisição de Cimento asfáltico CAP 50/70	t	37,62	5.083,43	191.238,64	COMPOSIÇÃO 015 (AQUISIÇÃO 03)
3.4	Imprimação com emulsão asfáltica	m²	5.654,24	0,85	4.806,10	COMPOSIÇÃO 016 (DNIT-SICRO 4011352 - ADAPTADO)
3.5	Pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-1C	m²	5.654,24	0,58	3.279,46	COMPOSIÇÃO 017 (DNIT-SICRO 4011353 - ADAPTADO)
3.6	Pavimentação c/ aplicação de concreto asfáltico, camada de rolamento, e=5,00 cm	t	678,50	246,62	167.331,67	COMPOSIÇÃO 018 (DNIT-SICRO 4011463 - ADAPTADO)
TOTAL DO ITEM (R\$):					400.245,02	
4.0	TRANSPORTE					
4.1	Transporte de emulsão asfáltica para serviço de pavimentação com caminhão tanque - rodovia pavimentada D=656,00 km (MARACANAÚ/CE - CURRALINHOS/PI)	t	7,35	597,62	4.392,51	COMPOSIÇÃO 019 (TRANSPORTE 01)
4.2	Transporte de material asfáltico (RR-1C) com caminhão tanque - rodovia pavimentada D=656,00 km (MARACANAÚ/CE - CURRALINHOS/PI)	t	2,54	597,62	1.517,95	COMPOSIÇÃO 020 (TRANSPORTE 02)
4.3	Transporte de material asfáltico (CAP 50/70), com caminhão tanque - rodovia pavimentada D=554,00 km (FORTALEZA/CE - TERESINA/PI)	t	37,62	517,67	19.474,75	COMPOSIÇÃO 021 (TRANSPORTE 03)
4.4	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ de brita D=9,00 km (TERESINA/PI)	t x km	5.554,41	0,84	4.665,70	COMPOSIÇÃO 022 (DNIT-SICRO 5915321 - ADAPTADO)
4.5	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ de areia D=9,00 km (TERESINA/PI)	t x km	247,41	0,84	207,82	COMPOSIÇÃO 022 (DNIT-SICRO 5915321 - ADAPTADO)
4.6	Transporte de mistura betuminosa a quente (massa asfáltica) com caminhão com caçamba térmica de 6 m³ - rodovia pavimentada D=58,29 km (TERESINA/PI - CURRALINHOS/PI)	t x km	39.550,00	1,10	43.505,00	COMPOSIÇÃO 023 (DNIT-SICRO 5914612 - ADAPTADO)
4.7	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ de material de bota-fora D=8,60 km (CURRALINHOS/PI - LOCAL DE DESCARTE)	t x km	452,79	0,84	380,34	COMPOSIÇÃO 022 (DNIT-SICRO 5915321 - ADAPTADO)
TOTAL DO ITEM (R\$):					74.144,07	


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO
PLANILHA ORÇAMENTÁRIALOGRADOURO=
COMPRIMENTO DA PAVIMENTAÇÃO=
LARGURA DA PAVIMENTAÇÃO =AVENIDA SÃO RAIMUNDO
567,13
9,96 (Larg. Média) m

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO =

5.654,24 m²

5.0	DRENAGEM					
5.1	Assentamento de guia (meio-fio), confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm	m	2.103,44	51,22	107.738,20	COMPOSIÇÃO 024 (SINAPI 94273)
5.2	Execução de sarjeta de concreto magro, moldada in loco, (30 x 5)cm	m	1.072,96	28,77	30.869,06	COMPOSIÇÃO 025 (SINAPI 94287 - ADAPTADO)
5.3	Canaleta com meio-fio de concreto pré-moldado dimensões 15x30x100 cm rejuntado com argamassa no traço 1:4	m	72,54	157,58	11.430,85	COMPOSIÇÃO 026 (S/ REF. S/C)
TOTAL DO ITEM (R\$):					150.038,11	
6.0	SINALIZAÇÃO					
6.1	Pintura de faixa com tinta acrílica emulsionada em água - espessura de 0,5 mm	m²	433,02	22,86	9.898,84	COMPOSIÇÃO 027 (DNIT-SICRO 5213403 - ADAPTADO)
6.2	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço, R1 lado 0,248 m - película retrorrefletiva tipo I + SI, com suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm	un	9,00	667,33	6.005,97	COMPOSIÇÃO 028 (S/ REF. S/C)
6.3	Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I + SI, com suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm	un	11,00	685,80	7.543,80	COMPOSIÇÃO 029 (S/ REF. S/C)
6.4	Fornecimento e implantação de placa de identificação de rua, com suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm	un	9,00	686,52	6.178,68	COMPOSIÇÃO 030 (S/ REF. S/C)
6.5	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço, D = 0,50 m - película retrorrefletiva tipo I + SI, com suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm	un	2,00	580,64	1.161,28	COMPOSIÇÃO 031 (S/ REF. S/C)
TOTAL DO ITEM (R\$):					30.788,57	
7.0	SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
7.1	Piso tátil direcional e/ou de alerta de concreto na cor amarelo 25x25 cm aplicado c/ argamassa industrializada	m²	14,16	197,00	2.789,52	COMPOSIÇÃO 032 (ORSE 7324 - ADAPTADO)
7.2	Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco retangular de 20 x 10 cm, espessura 06 cm, cor natural	m²	1.019,65	84,92	86.588,68	COMPOSIÇÃO 033 (SINAPI 92397)
TOTAL DO ITEM (R\$):					89.378,20	
8.0	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO					
8.1	Elaboração de projeto executivo	und	1,00	12.468,65	12.468,65	COMPOSIÇÃO 034
TOTAL DO ITEM (R\$):					12.468,65	
TOTAL GERAL (R\$)					790.631,33	

LEGENDA:

S/ REF. = SEM REFERÊNCIA
S/C = SEM CÓDIGO

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

LOGRADOURO= AVENIDA SÃO RAIMUNDO
COMPRIMENTO DA PAVIMENTAÇÃO= 567,13
LARGURA DA PAVIMENTAÇÃO = 9,96 (Larg. Média) m
A) LARGURA FAIXA DE ROLAMENTO= - m
ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO = 5.654,24 m²

1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES**1.1 Fresagem contínua de revestimento asfáltico - espessura de 3 cm**

Unidade: m³

Área (m²)	Espessura (m)	Volume (m³)
3.641,78	0,03	109,25
Total		109,25

1.2 Demolição de camada de piso existente, de forma mecanizada com martelo

Unidade: m²

Comprimento (m)	Largura (m)	Quantidade	Área (m²)
259,84	1,93 (Larg. Média)	-	501,46
Total			501,46

(Calçada existente)

1.3 Aterro manual com areia para aterro e compactação mecanizada (canteiro central)

Unidade: m³

Área (m²)	Altura (m)	Quantidade	Volume (m³)
1.019,00	0,10	1,00	101,90
Total			101,90

(Canteiro central)

2.0 TERRAPLENAGEM**2.1 Limpeza superficial de área de jazida**

Unidade: m²

Volume de material p/ aterro (m³)	Volume de material p/ base (m³)	Profundidade de escavação da jazida (m)	Área (m²)
215,81	-	1,50	143,88
Total			143,88

2.2 Expurgo de camada vegetal (área de jazida)

Unidade: m³

Área (m²)	Espessura da camada de expurgo (m)	Volume (m³)
143,88	0,20	28,78
Total		28,78

2.3 Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria DMT 50 m

Unidade: m³

Volume de corte 1 (m³)
229,39

Relatório de volumes 1

Total 229,39

2.4 Escavação e carga de material de jazida p/ aterro

Unidade: m³

Volume de material p/ aterro (m³)
215,81

Total 215,81

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

- 2.5 Transporte com caminhão basculante de 14 m³ de material de jazida (material de aterro) - rodovia em revestimento primário**

Unidade: t x km

Momento de transporte (t x km) - aterro
215,92

Total 215,92

(*) Momento calculado no Quadro de distribuição de material

- 2.6 Compactação de aterros a 100% do Proctor Normal**

Unidade: m³

Volume de material (m³)
215,81

Total 215,81

(*) Quadro de distribuição de material p/ aterro

3.0 REVESTIMENTO

- 3.1 Aquisição de emulsão asfáltica para serviço de imprimação**

Unidade: t

Extensão (m)	Largura (m)	Quantidade	Área (m²)	Taxa de aplicação (t/m²)	Peso (t)
567,13	9,96 (Larg. Média)	1,00	5.654,24	0,00130	7,35
Total					7,35

- 3.2 Aquisição de emulsão asfáltica RR-1C**

Unidade: t

Extensão (m)	Largura (m)	Quantidade	Área (m²)	Taxa de aplicação (t/m²)	Peso (t)
567,13	9,96 (Larg. Média)	1,00	5.654,24	0,00045	2,54
Total					2,54

- 3.3 Aquisição de Cimento**

Unidade: t

Extensão (m)	Largura (m)	Espessura (m)	Volume (m³)	taxa de aplicação (t/m³)	Peso (t)
567,13	9,96 (Larg. Média)	0,05	282,71	0,13308	37,62
Total					37,62

(*) Consumo = 2,40000 t/m³ (concreto asfáltico)

(**) Consumo de CAP 50/70 = 0,05545 t/t

(***) Taxa de aplicação = 0,05545 x 2,40000 = 0,133080 t/m³

- 3.4 Imprimação com emulsão asfáltica**

Unidade: m²

Comprimento (m)	Largura (m)	Quantidade	Desconto (m²)	Área (m²)
567,13	9,96 (Larg. Média)	1,00	-	5.654,24
Total				5.654,24

- 3.5 Pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-1C**

Unidade: m²

Comprimento (m)	Largura (m)	Quantidade	Desconto (m²)	Área (m²)
567,13	9,96 (Larg. Média)	1,00	-	5.654,24
Total				5.654,24

- 3.6 Pavimentação c/ aplicação**

Unidade: t

Área (m²)	Espessura (m)	Volume (m³)	Peso específico do CBUQ (t/m³)	Massa asfáltica (t)
5.654,24	0,05	282,71	2,40	678,50
Total				678,50

4.0 TRANSPORTE

- 4.1 Transporte de emulsão asfáltica para serviço de pavimentação com caminhão tanque - rodovia pavimentada D=656,00 km (MARACANAÚ/CE - CURRALINHOS/PI)**

Unidade: t

Área (m²)	taxa de aplicação (t/m²)	Peso (t)
5.654,24	0,0013	7,35
Total		7,35


Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO

- 4.2 Transporte de material asfáltico (RR-1C) com caminhão tanque - rodovia pavimentada D=656,00 km (MARACANAÚ/CE - CURRALINHOS/PI)

Unidade: t

Área (m²)	taxa de aplicação (t/m²)	Peso (t)
5.654,24	0,00045	2,54
Total		2,54

- 4.3 Transporte de material asfáltico (CAP 50/70), com caminhão tanque - rodovia pavimentada D=554,00 km (FORTALEZA/CE - TERESINA/PI)

Unidade: t

Volume (m³)	taxa de aplicação (t/m³)	Peso (t)
282,71	0,13308	37,62
Total		37,62

(*) Consumo = 2,40000 t/m³ (concreto asfáltico)

(**) Consumo de CAP 50/70 = 0,05545 t/t

(***) Taxa de aplicação = 0,05545 x 2,40000 = 0,133080 t/m³

- 4.4 Transporte com caminhão basculante de 14 m³ de brita D=9,00 km (TERESINA/PI)

Unidade: t x km

Volume (m³)	Consumo (m³/m³)	Peso específico (t/m³)	Distância (km)	Momento de transporte (t x km)
282,71	1,455336	1,50	9,00	5.554,41
Total				5.554,41

(*) Consumo da Brita 0 = 0,09003 m³/t

(**) Consumo da Brita 1 = 0,03215 m³/t

(***) Consumo de pedrisco = 0,14790 m³/t

(****) Consumo de pó de pedra = 0,33631 m³/t

(***** Coeficiente de concreto asfáltico = 2,40000 t/m³

(*****) Consumo de brita = (0,09003+0,03215+0,14790) x 2,40 = 0,648192 m³ (brita) / m³ (concreto asfáltico)

- 4.5 Transporte com caminhão basculante de 14 m³ de areia D=9,00 km (TERESINA/PI)

Unidade: t x km

Volume (m³)	Consumo (m³/m³)	Peso específico (t/m³)	Distância (km)	Momento de transporte (t x km)
282,71	0,064824	1,50	9,00	247,41
Total				247,41

(*) Consumo da areia = 0,02701 m³/t

(**) Coeficiente de concreto asfáltico = 2,40000 t/m³

(***) Consumo da areia = (0,02701) x 2,40 = 0,064824 m³ (areia) / m³ (concreto asfáltico)

- 4.6 Transporte de mistura betuminosa a quente (massa asfáltica) com caminhão com caçamba térmica de 6 m³ - rodovia pavimentada D=58,29 km (TERESINA/PI - CURRALINHOS/PI)

Unidade: t x km

Volume (m³)	Peso específico (t/m³)	Distância (km)	Momento de transporte (t x km)
282,71	2,40	58,29	39.550,00
Total			39.550,00

- 4.7 Transporte com caminhão basculante de 14 m³ de material de bota-fora D=8,60 km (CURRALINHOS/PI - LOCAL DE DESCARTE)

Unidade: t x km

Área (m²)	Espessura (m)	Volume (m³)	Peso específico (t/m³)	Distância (km)	Momento de transporte (t x km)
501,46	0,07	35,10	1,50	8,60	452,79
(Demolição de camada de piso existente)					
0,05	0,00	0,00	1,50	8,60	-
(Remoção de meio-fio granítico ou pre-moldado)					
Total					452,79

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS**MEMÓRIA DE CÁLCULO****5.0 DRENAGEM****5.1 Assentamento de guia (meio-fio), confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm**

Unidade: m

Comprimento (m)	Desconto (m)	Comprimento total (m)
2.103,44	-	2.103,44
Total		2.103,44

5.2 Execução de sarjeta de concreto magro, moldada in loco, (30 x 5)cm

Unidade: m

Comprimento (m)	Desconto (m)	Comprimento total (m)
1.072,96	-	1.072,96
Total		1.072,96

5.3 Canaleta com meio-fio de concreto pré-moldado dimensões 15x30x100 cm rejuntado com argamassa no traço 1:4

Unidade: m

Comprimento (m)	Quantidade	Comprimento total (m)
8,15	1,00	8,15
7,99	1,00	7,99
8,01	1,00	8,01
6,67	1,00	6,67
9,43	1,00	9,43
7,78	1,00	7,78
6,81	1,00	6,81
7,44	1,00	7,44
10,26	1,00	10,26
Total		72,54

6.0 SINALIZAÇÃO**6.1 Pintura de faixa com tinta acrílica emulsionada em água - espessura de 0,5 mm**

Unidade: m²

Tipo	Comprimento (m)	Largura (m)	Quantidade	Cadência	Área (m²)
LMS-1	80,00	0,10	1,00	1,00	8,00
LMS-2	1.030,29	0,10	1,00	1,00	103,03
LBO	2.072,88	0,10	1,00	1,00	207,29
LRE	4,80	0,40	8,00	1,00	15,36
FTP-1	4,00	0,40	48,00	1,00	76,80
ZPA	18,88	0,30	1,00	1,00	5,66
ZPA	34,60	0,15	1,00	1,00	5,19
LCA	18,08	0,30	1,00	1,00	5,42
LCA	36,31	0,10	1,00	1,00	3,63
MOF	1,32	1,00	2,00	1,00	2,64

Total 433,02

6.2 Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço, R1 lado 0,248 m - película retrorrefletiva tipo I + SI, com suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm

Unidade: un

Tipo	Quantidade
R-1 (PARE)	9,00


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍ

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO

- 6.3** Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I + SI, com suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm Unidade: un

Tipo	Quantidade
A-21c (ESTREITAMENTO DE PISTA À DIREITA)	1,00
A-42a (INÍCIO DE PISTA DUPLA)	1,00
A-32b (PASSAGEM SINALIZADA DE PEDESTRE)	8,00
MP-02 (MARCADOR DE PERIGO)	1,00
TOTAL	11,00

- 6.4** Fornecimento e implantação de placa de identificação de rua, com suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm Unidade: un

Tipo	Quantidade
IDENTIFICAÇÃO DE RUA	9,00

- 6.5** Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço, D = 0,50 m - película retrorrefletiva tipo I + SI, com suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm Unidade: un

Tipo	Quantidade
R-28 (DUPLO SENTIDO DE CIRCULAÇÃO)	1,00
R-26 (SIGA EM FRENTE)	1,00
TOTAL	2,00

7.0 SERVIÇOS COMPLEMENTARES

- 7.1** Piso tátil direcional e/ou de alerta de concreto na cor amarelo 25x25 cm aplicado c/ argamassa industrializada Unidade: m²

Quantidade
14,16

- 7.2** Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco retangular de 20 x 10 cm, espessura 06 cm, cor natural Unidade: m²

Quantidade
1.019,65

8.0 ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO

- 8.0** Elaboração de projeto executivo Unidade: m²

Quantidade
1,00

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS**IIÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA**
A MÉDIA DE TRANSPORTE - DMT

Empolamento (E): 15%
Peso específico (Pe): 1,50 t/m³
Distância entre estacas: 20,00 m
Largura da plataforma (I): Larg. variável - m AVENIDA SÃO RAIMUNDO (E0+0,00 - E28+7,13)

TERRAPLENAGEM**ATERRO**

Jazida Utilizada	Localização da jazida					Sub-trecho									Tamanho Sub-trecho L (m)	Volume de aterro V = Relatório de volumes (m³)	Volume empolado Ve = V x E (m³)	Peso P = Ve x Pe (t)	Dist. Fixa d (km)	Tamanho médio Subtrecho Ls (km)	Momento de Transporte Mt = P x (Ls + d) (t x km)
J-1	E	28	7,13	E	0	0,00	Até	E	28	7,13	567,13	215,81	248,18	372,27	0,30	0,28	215,92				
TOTAL											567,13	215,81	248,18	372,27			215,92				
DMT = Mt / P													0,58	km							


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PESO (%)	VALOR DAS	MESES		
				1	2	3
1.0	EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	100,00%	R\$ 824.233,38			
1.1	GERAL					
1.1.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	2,12%	R\$ 17.481,91	34,00% R\$ 5.943,85	33,00% R\$ 5.769,03	33,00% R\$ 5.769,03
1.1.2	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA	0,17%	R\$ 1.411,78	100,00% R\$ 1.411,78	0,00% R\$ 0,00	0,00% R\$ 0,00
1.1.3	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0,89%	R\$ 7.354,18	100,00% R\$ 7.354,18	0,00% R\$ 0,00	0,00% R\$ 0,00
1.1.4	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0,90%	R\$ 7.354,18	0,00% R\$ 0,00	0,00% R\$ 0,00	100,00% R\$ 7.354,18
1.2	DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO	95,92%	R\$ 790.631,33			
1.2.1	AVENIDA SÃO RAIMUNDO					
	SERVIÇOS PRELIMINARES	3,65%	R\$ 30.068,56	100,00% R\$ 30.068,56	0,00% R\$ 0,00	0,00% R\$ 0,00
	TERRAPLENAGEM	0,42%	R\$ 3.500,15	100,00% R\$ 3.500,15	0,00% R\$ 0,00	0,00% R\$ 0,00
	REVESTIMENTO	48,56%	R\$ 400.245,02	0,00% R\$ 0,00	60,00% R\$ 240.147,01	40,00% R\$ 160.098,01
	TRANSPORTE	9,00%	R\$ 74.144,07	0,00% R\$ 0,00	60,00% R\$ 44.486,44	40,00% R\$ 29.657,63
	DRENAGEM	18,20%	R\$ 150.038,11	50,00% R\$ 75.019,06	30,00% R\$ 45.011,43	20,00% R\$ 30.007,62
	SINALIZAÇÃO	3,74%	R\$ 30.788,57	0,00% R\$ 0,00	0,00% R\$ 0,00	100,00% R\$ 30.788,57
	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	10,84%	R\$ 89.378,20	25,00% R\$ 22.344,55	35,00% R\$ 31.282,37	40,00% R\$ 35.751,28
	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	1,51%	R\$ 12.468,65	100,00% R\$ 12.468,65	0,00% R\$ 0,00	0,00% R\$ 0,00
TOTAL	SIMPLES	100,00%		19,18%	44,49%	36,33%
	ACUMULADO	100,00%		19,18%	63,67%	100,00%
	VALOR TOTAL (R\$)		R\$ 824.233,38	158.110,78	366.696,28	299.426,32

LEGENDA:
 FLUXO DE EVOLUÇÃO DA OBRA
Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍ

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

FONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

TIPO DE VIA: RODOVIA
EQUIPAMENTO: VEÍCULOS RODOVIÁRIOS
TIPO DE PAVIMENTO: PAVIMENTADO

EQUIPAMENTOS DE GRANDE PORTE													
CÓDIGO	EQUIPAMENTO	ORIGEM	DESTINO (LOCAL DA OBRA)	DISTÂNCIA D (km)	FATOR DE RETORNO K	VELOCIDADE MÉDIA V (km/h)	TEMPO DE VIAGEM t = (D x K) / V (h)	FATOR DE UTILIZAÇÃO FU	QUANTIDADE (un)	TEMPO TOTAL T=t x F x Q (h)	PREÇO DO TRANSPORTE (*) P (R\$)	PREÇO TOTAL Pt = P x T (R\$)	EQUIPAMENTO
E9524	Motorizadora - 93 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	1,00	1,00	0,97	422,4322	409,78	Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 201 - 276 kW
E9577	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	0,50	1,00	0,49	422,4322	206,99	Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 201 - 276 kW
E9540	Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	0,50	1,00	0,49	561,7271	275,25	Cavalo mecânico com dolly intermediário e semirreboque de 4 eixos com capacidade de 521 - 364 kW
E9541	Trator sobre esteiras com lâmina - 259 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	1,00	1,00	0,97	561,7271	544,88	Cavalo mecânico com dolly intermediário e semirreboque de 4 eixos com capacidade de 521 - 364 kW
E9127	Escavadeira hidráulica com martelo hidráulico de 520 kg - 75 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	1,00	1,00	0,97	422,4322	409,78	Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 201 - 276 kW
E9515	Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	1,00	1,00	0,97	472,1302	457,97	Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 321 - 302 kW
E9545	Vibroacabadora de asfalto sobre esteiras - 97 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	0,50	1,00	0,49	561,7271	275,25	Cavalo mecânico com dolly intermediário e semirreboque de 4 eixos com capacidade de 521 - 364 kW
E9762	Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	0,50	1,00	0,49	472,1302	231,34	Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 321 - 302 kW
E9685	Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	0,50	1,00	0,49	472,1302	231,34	Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 321 - 302 kW
E9681	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	0,50	1,00	0,49	472,1302	231,34	Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 321 - 302 kW
E9678	Fresadora a frio - 455 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	1,00	1,00	0,97	472,1302	457,97	Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 321 - 302 kW
E9697	Minicarregadeira de pneus com vassoura de 1,68 m - 45,50 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	0,33	1,00	0,32	422,4322	135,18	Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 201 - 276 kW
TOTAL DE EQUIPAMENTOS DE GRANDE PORTE												3.867,03	(*) Custo Operacional Operativo - E9018

DS DE AUTOPROPELIDOS													
CÓDIGO	EQUIPAMENTO	ORIGEM	DESTINO (LOCAL DA OBRA)	DISTÂNCIA D (km)	FATOR DE RETORNO K	VELOCIDADE MÉDIA V (km/h)	TEMPO DE VIAGEM t = (D x K) / V (h)	FATOR DE UTILIZAÇÃO FU	QUANTIDADE (un)	TEMPO TOTAL T=t x F x Q (h)	PREÇO DO TRANSPORTE** P (R\$)	PREÇO TOTAL Pt = P x T (R\$)	EQUIPAMENTO
E9571	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	1,00	1,00	0,97	357,5728	346,85	Autopropelido
E9509	Caminhão tanque distribuidor de asfalto com capacidade de 6.000 l - 7 kW/136 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	1,00	1,00	0,97	331,7190	321,77	Autopropelido
E9520	Caminhão com caçamba térmica com capacidade de 6 m³ - 136 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	1,00	1,00	0,97	200,4663	194,45	Autopropelido
E9667	Caminhão basculante com capacidade de 14 m³ - 210 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	1,00	1,00	0,97	319,0394	309,47	Autopropelido
E9644	Caminhão demarcador de faixas com sistema de pintura a frio - 28 kW/129 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	1,00	1,00	0,97	456,2076	442,52	Autopropelido
E9687	Caminhão carroceria com capacidade de 5 t - 120 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	1,00	1,00	0,97	172,2650	167,10	Autopropelido
E9686	Caminhão guindauto com capacidade de elevação de 6,2 t e carroceria de 7 t - 136 kW	TERESINA/PI	CURRALINHOS/PI	58,29	1,00	60,00	0,97	1,00	1,00	0,97	321,0279	311,40	Autopropelido
DPELIDOS												2.093,56	**Custo Operacional Operativo
TOTAL DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS												5.960,59	
B.D.I. = 23,38%												1.393,59	
TOTAL DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS + BDI												7.354,18	

Observações:

- 1) Distância do deslocamento - TERESINA/PI ao local da obra (CURRALINHOS/PI) = 58,29 km.
- 2) Na composição de custo foi considerada a mobilização e desmobilização, seguindo orientação do Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes 2017 - Volume 09 - Mobilização e Desmobilização, página 03, "A cada mobilização corresponderá uma desmobilização. O cálculo do custo da desmobilização será igual ao da mobilização".
- 3) A velocidade média de transporte igual a 60,00 km/h está de acordo a Tabela 01 - Rodovia pavimentada, do Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes 2017.
- 4) O fator de utilização FU considerado na composição de custo está de acordo com a Tabela 02 do do Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes 2017, páginas 31 a 41, e a quantidade de equipamentos considerados.
- 5) O fator de retorno K está relacionado a necessidade de retorno do veículo à sua origem.
- 6) O preço do transporte correspondente ao custo operativo do Cavalo mecânico com dolly intermediário e semirreboque de 4 eixos com capacidade de 52 t - 364 kW (código E9018 - p/ equipamentos de grande porte) e o custo operativo dos equipamentos autopropelidos.

Diogo Queiroz
Diogo Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS**COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO P/ AQUISIÇÃO DOS INSUMOS ASFÁLTICOS**

A composição de custo foi calculada de acordo com a Portaria Nº 1.078, de 11 de Agosto de 2015 do Departamento de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Os produtos asfálticos terão seus preços de referência para aquisição definidos em função do acompanhamento de distribuição de asfaltos realizado e disponibilizado pela ANP em seu endereço eletrônico, por unidade da federação, acrescidos das respectivas alíquotas de ICMS+PIS+COFINS e do BDI diferenciado. Os preços iniciais de aquisição dos produtos asfálticos serão reajustados para o mês-base de referência do projeto ou contrato por meio de índices setoriais de Cimento Asfáltico de Petróleo, de Asfalto Diluído de Petróleo e de Emulsão Asfáltica, conforme orientações preconizadas na Instrução de Serviço DNIT Nº 04/2012.

O percentual de BDI considerado está acordo com o Acórdão 2622/2013 - TCU para fornecimento e aquisição de material/equipamentos.

Foi considerada a alíquota de 19% de ICMS para aquisição dos insumos asfálticos, de acordo com a Nota 05/2021 Nº 01 – Atualização ICMS insumos asfálticos coletados no site da ANP, divulgada no endereço eletrônico abaixo:

https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-errata-relatorios-insumo-e-composicao/Notas_SINAPI.pdf

Os preços de fornecimento de insumos asfálticos foram coletados na tabela da ANP - Agência Nacional do Petróleo e está disponível no endereço eletrônico:

<https://www.gov.br/anp/pls/pl-01/assuntos/precos-e-geresa-da-transportacao/precos-da-distribuição-de-produtos>

Custo de aquisição = Custo da tabela / [1 - (%ICMS+%PIS+%COFINS)/100]

BDI diferenciado	Alíquota de ICMS	Alíquota de PIS	Alíquota de COFINS
15,00%	19,00%	0,65%	3,00%

Aquisição de emulsão asfáltica para serviço de imprimação - COMPOSIÇÃO 013 (AQUISIÇÃO 01)

INSUMO	Custo da tabela ANP (R\$/t)	Custo c/ alíquotas de ICMS+PIS+COFINS (R\$)	BDI diferenciado (R\$) [2]	Custo total c/ BDI (R\$/t) [3]=[1]+[2]
EMULSÃO ASFÁLTICA PARA IMPRIMAÇÃO	2.060,57	2.663,96	399,59	3.063,55

(*)Tabela ANP - Agosto/ 2025 - UF Ceará

Aquisição de emulsão asfáltica RR-1C - COMPOSIÇÃO 014 (AQUISIÇÃO 02)

INSUMO	Custo da tabela ANP (R\$/t)	Custo c/ alíquotas de ICMS+PIS+COFINS (R\$)	BDI diferenciado (R\$) [2]	Custo total c/ BDI (R\$/t) [3]=[1]+[2]
EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C	2.931,95	3.790,50	568,58	4.359,08

(*)Tabela ANP - Agosto/ 2025 - UF Ceará

Aquisição de Cimento asfáltico CAP 50/70 - COMPOSIÇÃO 015 (AQUISIÇÃO 03)

INSUMO	Custo da tabela ANP (R\$/t)	Custo c/ alíquotas de ICMS+PIS+COFINS (R\$)	BDI diferenciado (R\$) [2]	Custo total c/ BDI (R\$/t) [3]=[1]+[2]
CIMENTO ASFÁLTICO CAP-50-70	3.419,16	4.420,37	663,06	5.083,43

(*)Tabela ANP - Agosto/ 2025 - UF Ceará

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Administração local da obra (COMPOSIÇÃO 01)				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				S/ REF.	S/C	1,0000		un
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
	-			-	-	-	-	-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra				Referência	Código	Salário hora	Custo horário	
Engenheiro Civil c/ encargos complementares	23,0400	h		SINAPI	90778	129,49	2.983,45	
Encarregado geral c/ encargos complementares	61,4400	h		SINAPI	90776	35,39	2.174,36	
Apontador c/ encargos complementares	46,0800	h		SINAPI	90767	23,14	1.066,29	
Técnico em segurança do trabalho c/ encargos complementares	46,0800	h		SINAPI	100309	27,60	1.271,81	
Técnico de laboratório c/ encargos complementares (ensaios para controle tecnológico do material)	34,5600	h		SINAPI	88321	23,02	795,57	
Técnico de sondagem c/ encargos complementares (ensaios para controle tecnológico do material)	34,5600	h		SINAPI	88322	46,30	1.600,13	
							-	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								9.891,61
Custo horário de execução								9.891,61
Produção da equipe								1,00
Custo unitário de execução [1]								9.891,61
Material e Atividades auxiliares				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
Veículo leve - pick up (97kw)	61,4400	h		ORSE	2789	10,56	648,81	
Aluguel de residência (Aluguel mensal de área)	6,0000	mês		ORSE	10528	604,79	3.628,74	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								4.277,55
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								14.169,16
B.D.I. = 23,38% [4]								3.312,75
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								17.481,91

Placa da obra em chapa de aço galvanizado (COMPOSIÇÃO 02)				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				ORSE	51	1,0000		un
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
	-			-	-	-	-	-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra				Referência	Código	Salário hora	Custo horário	
Carpinteiro de forma c/ encargos complementares	1,0000	h		SINAPI	88262	26,97	26,97	
Servente c/ encargos complementares	2,0000	h		SINAPI	88316	21,71	43,42	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								70,39
Custo horário de execução								70,39
Produção da equipe								1,00
Custo unitário de execução [1]								70,39
Material e Atividades auxiliares				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
Chapa de aço galvanizada bitola GSG 22, E = 0,80 mm (6,40 kg/m²)	41,4700	kg		SINAPI	11049	12,81	531,23	
Peça de madeira de lei 1ª qualidade 2,5 x 7,5 cm	16,8000	m		SINAPI	4417	5,44	91,39	
Peça de madeira 3ª qualidade 7,5 x 7,5 cm	12,9000	m		SINAPI	4491	9,85	127,07	
Prego 18 x 30mm	0,1100	kg		SINAPI	5075	20,34	2,24	
Pintura c/ tinta esmalte sintético brilhante, aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (02 demãos)	6,4800	m²		SINAPI	100760	49,68	321,93	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								1.073,86
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								1.144,25
B.D.I. = 23,38% [4]								267,53
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								1.411,78
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA ORSE/51 - ADAPTADO								

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Fresagem contínua de revestimento asfáltico - espessura de 3 cm				FIC	0	FIT		0
				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				DNIT-SICRO	4915655	63,4500		m³
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	1,00	un	E9571	0,34	0,66	357,5728	96,3764	185,18
Fresadora a frio - 455 kW	1,00	un	E9678	1,00	-	2.540,1196	970,9506	2.540,12
Minicarregadeira de pneus com vassoura de 1,68 m - 45,50 kW	3,00	un	E9697	0,70	0,30	178,8195	79,8778	447,41
Soprador de ar costal - 2,6 kW	1,00	un	E9156	1,00	-	5,8888	0,4758	5,89
Custo horário dos equipamentos								3.178,60
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora	Custo horário	
Servente c/ encargos complementares	4,9500	h		SINAPI	88316	21,71	107,46	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								107,46
Custo horário de execução								3.286,06
Produção da equipe								63,45
Custo unitário de execução [1]								51,79
Custo do FIC								-
Custo do FIT								-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
Dente de corte para fresadora de 455 kW	1,08000	un		SICRO	M1974	40,2355	43,45	
Porta-dente de corte para fresadora e recicladora a frio	0,00160	un		SICRO	M2148	495,2251	0,79	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								44,24
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
Revestimento asfáltico - Caminhão basculante 10 m³	2,4000	t		SICRO	5914304	3,6400	8,74	
Custo unitário total do tempo fixo								8,74
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								104,77
B.D.I. = 23,38% [4]								24,50
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								129,27
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /4915655 - ADAPTADO								

Demolição de camada de piso existente, de forma mecanizada com				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:	
				SINAPI	97634	1,0000		m²	
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo		
	-			-	-	-	-	-	
Custo horário dos equipamentos								-	
Mão-de-obra					Referência	Código	Salário hora	Custo horário	
Pedreiro c/ encargos complementares				0,0400	h	SINAPI	88309	27,39	1,10
Servente c/ encargos complementares				0,1200	h	SINAPI	88316	21,71	2,61
Custo horário total da mão-de-obra c/s								3,71	
Custo horário de execução								3,71	
Produção da equipe								1,00	
Custo unitário de execução [1]								3,71	
Material e Atividades auxiliares				Quant.	Unid.	Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
Martelete ou rompedor pneumático manual, 28 kg, com silenciador - chp diurno.				0,0788	chp	SINAPI	5795	24,92	1,96
Martelete ou rompedor pneumático manual, 28 kg, com silenciador - chi diurno.				0,0603	chi	SINAPI	5952	24,42	1,47
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								3,43	
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								7,14	
B.D.I. = 23,38% [4]								1,67	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								8,81	
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA SINAPI/97634 - ADAPTADO									

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Aterro manual de valas com areia para aterro e compactação mecanizada				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				SINAPI	94342	1,0000		m³
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
	-			-	-	-	-	-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora		Custo horário
Servente c/ encargos complementares	0,7854	h		SINAPI	88316	21,71		17,05
Custo horário total da mão-de-obra c/ls								17,05
Custo horário de execução								17,05
Produção da equipe								1,00
Custo unitário de execução [1]								17,05
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário
Areia p/ aterro	1,3889	m³		SINAPI	368	47,50		65,97
Caminhão pipa 10.000 l trucado, peso bruto total 23.000 kg, carga útil máxima 15.935 kg, distância entre eixos 4,8 m, potência 230 cv, inclusive tanque de aço para transporte de água - chp diurno	0,0054	chp		SINAPI	5901	310,99		1,68
Caminhão pipa 10.000 l trucado, peso bruto total 23.000 kg, carga útil máxima 15.935 kg, distância entre eixos 4,8 m, potência 230 cv, inclusive tanque de aço para transporte de água - chi diurno	0,0006	chi		SINAPI	5903	71,27		0,04
Compactador de solos de percussão (soquete) com motor a gasolina 4 tempos, potência 4 cv - chp diurno	0,1962	chp		SINAPI	91533	35,42		6,95
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								74,64
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								91,69
B.D.I. = 23,38% [4]								21,44
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								113,13

Limpeza mecanizada da camada vegetal (COMPOSIÇÃO 07)					FIC	0,01728	FIT		0
					Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
					DNIT-SICRO	5502985	622,9500		m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização	Custo operacional			Custo horário	
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo		
Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW	1,00	un	E9540	1,00	-	456,4098	187,2902	456,41	
Custo horário dos equipamentos								456,41	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora		Custo horário	
Servente c/ encargos complementares	1,0000	h		SINAPI	88316	21,71		21,71	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls								21,71	
Custo horário de execução								478,12	
Produção da equipe								622,95	
Custo unitário de execução [1]								0,77	
Custo do FIC								0,0133	
Custo do FIT								-	
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário	
	-							-	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								-	
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário	
	-							-	
Custo unitário total do tempo fixo								-	
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								0,78	
B.D.I. = 23,38% [4]								0,18	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								0,96	
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5502985 - ADAPTADO									


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Expurgo de jazida (COMPOSIÇÃO 08)				FIC	0,01728	FIT		0
				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				DNIT-SICRO	5502986	110,1300		m³
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
Trator sobre esteiras com lâmina - 127 kW	1,00	un	E9540	1,00	-	456,4098	187,2902	456,41
Custo horário dos equipamentos								456,41
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora	Custo horário	
Servente c/ encargos complementares	0,9700	h		SINAPI	88316	21,71	21,06	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								21,06
Custo horário de execução								477,47
Produção da equipe								110,13
Custo unitário de execução [1]								4,34
Custo do FIC								0,0750
Custo do FIT								-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
	-						-	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								-
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
	-						-	
Custo unitário total do tempo fixo								-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								4,42
B.D.I. = 23,38% [4]								1,03
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								5,45
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5502986 - ADAPTADO								

Escavação, carga e transporte em material de 1ª categoria - DMT de 50 m					FIC	0,01728	FIT		0
					Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
					DNIT-SICRO	5501710	286,1900		m³
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo		
Trator sobre esteiras com lâmina - 259 kW	1,00	un	E9541	1,00	-	1.033,7721	416,5871	1.033,77	
Custo horário dos equipamentos								1.033,77	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora	Custo horário		
Servente c/ encargos complementares	1,0000	h		SINAPI	88316	21,71	21,71		
Custo horário total da mão-de-obra c/s								21,71	
Custo horário de execução								1.055,48	
Produção da equipe								286,19	
Custo unitário de execução [1]								3,69	
Custo do FIC								0,0638	
Custo do FIT								-	
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário		
	-						-		
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								-	
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário		
	-						-		
Custo unitário total do tempo fixo								-	
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								3,75	
B.D.I. = 23,38% [4]								0,88	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								4,63	
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5501710 - ADAPTADO									


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica				FIC	0,01728	FIT	0
				Fonte	Código	Produção da	UNIDADE:
				DNIT-SICRO	4016096	230,1900	m³
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização	Custo operacional	Custo horário	
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo
Escavadeira hidráulica sobre esteiras com caçamba com capacidade de 1,56 m³ - 118 kW	1,00	un	E9515	1,00	-	349,5212	161,9060
Custo horário dos equipamentos							349,52
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora	Custo horário
Servente c/ encargos complementares	1,0000	h		SINAPI	88316	21,71	21,71
Custo horário total da mão-de-obra c/ls							21,71
Custo horário de execução							371,23
Produção da equipe							230,19
Custo unitário de execução [1]							1,61
Custo do FIC							0,0278
Custo do FIT							-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
	-	-					-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]							-
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
	-	-					-
Custo unitário total do tempo fixo							-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]							1,64
B.D.I. = 23,38% [4]							0,38
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]							2,02
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /4016096 - ADAPTADO							

Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em revestimento				FIC	0,01728	FIT	0
				Fonte	Código	Produção da	UNIDADE:
				DNIT-SICRO	5915320	435,7500	t x km
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização	Custo operacional	Custo horário	
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo
Caminhão basculante com capacidade de 14 m³ - 210 kW	1,00	un	E9667	1,00	-	319,0394	94,9432
Custo horário dos equipamentos							319,04
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora	Custo horário
	-	-				-	-
Custo horário total da mão-de-obra c/ls							-
Custo horário de execução							319,04
Produção da equipe							435,75
Custo unitário de execução [1]							0,74
Custo do FIC							0,0128
Custo do FIT							-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
	-	-				-	-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]							-
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
	-	-				-	-
Custo unitário total do tempo fixo							-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]							0,75
B.D.I. = 23,38% [4]							0,18
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]							0,93
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5915320 - ADAPTADO							


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Compactação de aterros a 100% proctor normal (COMPOSIÇÃO 012)				FIC	0,01728	FIT		0
				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				DNIT-SICRO	5502978	168,2000		m³
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	1,00	un	E9571	0,90	0,10	357,5728	96,3764	331,45
Grade de 24 discos rebocável de D = 60 cm (24")	1,00	un	E9518	0,52	0,48	5,0645	3,5268	4,33
Motoniveladora - 93 kW	1,00	un	E9524	0,29	0,71	342,1475	149,4855	205,36
Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW	1,00	un	E9685	1,00	-	245,8442	111,8385	245,84
Trator agrícola sobre pneus - 77 kW	1,00	un	E9577	0,52	0,48	177,6283	70,9078	126,40
Custo horário dos equipamentos								913,38
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora	Custo horário	
Servente c/ encargos complementares	0,9700	h		SINAPI	88316	21,71	21,06	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								21,06
Custo horário de execução								934,44
Produção da equipe								168,20
Custo unitário de execução [1]								5,56
Custo do FIC								0,0961
Custo do FIT								-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
	-					-	-	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								-
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
	-					-	-	
Custo unitário total do tempo fixo								-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								5,66
B.D.I. = 23,38% [4]								1,32
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								6,98
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5502978 - ADAPTADO								

Imprimação com emulsão asfáltica (COMPOSIÇÃO 016)				FIC	0,00288	FIT		0
				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				DNIT-SICRO	4011352	1.038,4600		m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
Caminhão tanque distribuidor de asfalto com capacidade de 6.000 l - 7 kW/136 kW	1,00	un	E9509	1,00	-	331,7190	107,9447	331,72
Tanque de estocagem de asfalto com capacidade de 30.000 l	2,00	un	E9558	1,00	-	166,9901	108,3312	333,98
Custo horário dos equipamentos								665,70
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora		Custo horário
Servente c/ encargos complementares	2,1600	h		SINAPI	88316	21,71		46,89
Custo horário total da mão-de-obra c/s								46,89
Custo horário de execução								712,59
Produção da equipe								1.038,46
Custo unitário de execução [1]								0,69
Custo do FIC								0,0020
Custo do FIT								-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário
Emulsão asfáltica para imprimação	0,00130	t		SICRO	M2092	-		-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								-
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário
	-					-		-
Custo unitário total do tempo fixo								-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								0,69
B.D.I. = 23,38% [4]								0,16
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								0,85
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /4011352 - ADAPTADO								

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Pintura de ligação (COMPOSIÇÃO 017)				FIC	0,00288	FIT		0
				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				DNIT-SICRO	4011353	1.500,0000		m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
Caminhão tanque distribuidor de asfalto com capacidade de 6.000 l - 7 kW/136 kW	1,00	un	E9509	1,00	-	331,7190	107,9447	331,72
Tanque de estocagem de asfalto com capacidade de 30.000 l	2,00	un	E9558	1,00	-	166,9901	108,3312	333,98
Custo horário dos equipamentos								665,70
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora		Custo horário
Servente c/ encargos complementares	2,0000	h		SINAPI	88316	21,71		43,42
Custo horário total da mão-de-obra c/s								43,42
Custo horário de execução								709,12
Produção da equipe								1.500,00
Custo unitário de execução [1]								0,47
Custo do FIC								0,0014
Custo do FIT								-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário
Emulsão asfáltica - RR-1C	0,00045	t		SICRO	M1946	-		-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								-
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário
	-					-		-
Custo unitário total do tempo fixo								-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								0,47
B.D.I. = 23,38% [4]								0,11
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								0,58
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /4011353 - ADAPTADO								

Concreto asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais (COMPOSIÇÃO 018)				FIC	0,00288	FIT		0
				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				DNIT-SICRO	4011463	99,6000		t
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 kW	1,00	un	E9762	0,71	0,29	330,4168	162,8285	281,82
Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW	1,00	un	E9681	0,82	0,18	358,0232	145,1996	319,71
Vibroacabadora de asfalto sobre esteiras - 97 kW	1,00	un	E9545	1,00	-	497,9143	216,3867	497,91
Custo horário dos equipamentos								1.099,44
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora		Custo horário
Servente c/ encargos complementares	7,5000	h		SINAPI	88316	21,71		162,83
Custo horário total da mão-de-obra c/s								162,83
Custo horário de execução								1.262,27
Produção da equipe								99,60
Custo unitário de execução [1]								12,67
Custo do FIC								0,0365
Custo do FIT								-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário
Usinagem de concreto asfáltico - faixa C-12,5 - areia e brita comerciais	1,00000	t		SICRO	6416078	179,2200		179,22
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								179,22
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário
Usinagem de concreto asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais - Caminhão basculante 10 m³	1,0000	t		SICRO	5914649	7,9600		7,96
Custo unitário total do tempo fixo								7,96
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								199,89
B.D.I. = 23,38% [4]								46,73
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								246,62
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /4011463 - ADAPTADO								


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Usinagem de concreto asfáltico - faixa C - areia e brita comerciais				FIC	0	FIT	0
				Fonte	Código	Produção da	UNIDADE:
				DNIT-SICRO	6416078	99,6000	t
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional	
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo
Aquecedor de fluido térmico - 12 kW	1,00	un	E9559	1,00	-	228,3647	137,8216
Carregadeira de pneus com capacidade de 1,72 m³ - 113 kW	1,00	un	E9584	0,86	0,14	216,2406	108,1305
Grupo gerador - 456 kVA	1,00	un	E9021	1,00	-	424,1521	31,2208
Tanque de estocagem de asfalto com capacidade de 30.000 l	2,00	un	E9558	1,00	-	166,9901	108,3312
Usina de asfalto a quente gravimétrica com capacidade de 100/140 t/h - 260 kW	1,00	un	E9689	1,00	-	2.037,4057	1.014,6252
Custo horário dos equipamentos							3.225,01
Mão-de-obra				Referência	Código	Salário hora	Custo horário
Servente c/ encargos complementares	4,0000	h		SINAPI	88316	21,71	86,84
Custo horário total da mão-de-obra c/s							86,84
Custo horário de execução							3.311,85
Produção da equipe							99,60
Custo unitário de execução [1]							33,25
Custo do FIC							-
Custo do FIT							-
Material e Atividades auxiliares				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
Areia média	0,02701	m³		SICRO	M0028	88,5760	2,39
Brita 0	0,09003	m³		SICRO	M0005	184,2170	16,59
Brita 1	0,03215	m³		SICRO	M0191	170,2025	5,47
Cal hidratada - a granel	14,46360	kg		SICRO	M0344	0,5377	7,78
Cimento asfáltico de petróleo - CAP 50/70	0,05545	t		SICRO	M1943	-	-
Óleo tipo A1	8,00000	l		SICRO	M1941	5,5681	44,54
Pedrisco	0,14790	m³		SICRO	M1103	170,8431	25,27
Pó de pedra	0,33631	m³		SICRO	M1135	124,7170	41,94
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]							143,98
Tempo fixo				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
Areia média - Caminhão basculante 10 m³	0,04052	t		SICRO	5914647	1,8100	0,07
Brita 0 - Caminhão basculante 10 m³	0,13505	t		SICRO	5914647	1,8100	0,24
Brita 1 - Caminhão basculante 10 m³	0,04823	t		SICRO	5914647	1,8100	0,09
Cal hidratada - a granel - Caminhão silo 30 m³	0,01446	t		SICRO	5914363	19,1800	0,28
Pedrisco - Caminhão basculante 10 m³	0,22185	t		SICRO	5914647	1,8100	0,40
Pedrisco - Caminhão basculante 10 m³	0,50447	t		SICRO	5914647	1,8100	0,91
Custo unitário total do tempo fixo							1,99
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]							179,22
B.D.I. = 23,38% [4]							41,90
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]							221,12
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /6416078 - ADAPTADO							

Carga, manobra e descarga de mistura betuminosa a quente em caminhão				FIC	0	FIT	0
				Fonte	Código	Produção da	UNIDADE:
				DNIT-SICRO	5914649	99,6000	t
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional	
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo
Caminhão basculante com capacidade de 10 m³ - 210 kW	3,00	un	E9579	0,81	0,19	305,7457	88,2691
Custo horário dos equipamentos							793,28
Mão-de-obra				Referência	Código	Salário hora	Custo horário
	-					-	-
Custo horário total da mão-de-obra c/s							-
Custo horário de execução							793,28
Produção da equipe							99,60
Custo unitário de execução [1]							7,96
Custo do FIC							-
Custo do FIT							-
Material e Atividades auxiliares				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
	-					-	-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]							-
Tempo fixo				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
	-					-	-
Custo unitário total do tempo fixo							-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]							7,96
B.D.I. = 23,38% [4]							1,86
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]							9,82
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5914649 - ADAPTADO							

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia pavimentada				FIC	0	FIT	0
				Fonte	Código	Produção da	UNIDADE:
				DNIT-SICRO	5915321	470,6100	t x km
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização	Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	
Caminhão basculante com capacidade de 14 m³ - 210 kW	1,00	un	E9667	1,00	-	319,0394	94,9432
Custo horário dos equipamentos							319,04
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora	Custo horário
	-	-				-	-
Custo horário total da mão-de-obra c/s							-
Custo horário de execução							319,04
Produção da equipe							470,61
Custo unitário de execução [1]							0,68
Custo do FIC							-
Custo do FIT							-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
	-	-				-	-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]							-
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
	-	-				-	-
Custo unitário total do tempo fixo							-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]							0,68
B.D.I. = 23,38% [4]							0,16
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]							0,84
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5915321 - ADAPTADO							

Transporte de mistura betuminosa a quente com caminhão com caçamba				FIC	0	FIT	0
				Fonte	Código	Produção da	UNIDADE:
				DNIT-SICRO	5914612	224,1000	t x km
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização	Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	
Caminhão com caçamba térmica com capacidade de 6 m³ - 136 kW	1,00	un	E9520	1,00	-	200,4663	78,3514
Custo horário dos equipamentos							200,47
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora	Custo horário
	-	-				-	-
Custo horário total da mão-de-obra c/s							-
Custo horário de execução							200,47
Produção da equipe							224,10
Custo unitário de execução [1]							0,89
Custo do FIC							-
Custo do FIT							-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
	-	-				-	-
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]							-
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
	-	-				-	-
Custo unitário total do tempo fixo							-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]							0,89
B.D.I. = 23,38% [4]							0,21
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]							1,10
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5914612 - ADAPTADO							


Thiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Assentamento de guia (meio-fio), confeccionada em concreto pré-				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				SINAPI	94273	1,0000		m
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
	-			-	-	-	-	-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra				Referência	Código	Salário hora	Custo horário	
Pedreiro c/ encargos complementares	0,2290	h		SINAPI	88309	27,39	6,27	
Servente c/ encargos complementares	0,2296	h		SINAPI	88316	21,71	4,98	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								11,25
Custo horário de execução								11,25
Produção da equipe								1,00
Custo unitário de execução [1]								11,25
Material e Atividades auxiliares				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
Areia média	0,0066	m³		SINAPI	370	95,00	0,63	
Meio-fio ou guia de concreto, pré-moldado, 100x15x13x30 cm	1,0050	m		SINAPI	4059	28,10	28,24	
Argamassa traço 1:3 (cimento e areia média)	0,0018	m³		SINAPI	88629	770,66	1,39	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								30,26
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								41,51
B.D.I. = 23,38% [4]								9,71
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								51,22

Execução de sarjeta de concreto magro, moldada in loco, (30 x 5)cm				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				SINAPI	94287	1,0000		m
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
	-			-	-	-	-	-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra				Referência	Código	Salário hora	Custo horário	
Pedreiro c/ encargos complementares	0,2000	h		SINAPI	88309	27,39	5,48	
Servente c/ encargos complementares	0,2000	h		SINAPI	88316	21,71	4,34	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								9,82
Custo horário de execução								9,82
Produção da equipe								1,00
Custo unitário de execução [1]								9,82
Material e Atividades auxiliares				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
Areia média	0,0099	m³		SINAPI	370	95,00	0,94	
Peça de madeira 2,5 x 7,0 cm	0,2000	m		SINAPI	4517	3,44	0,69	
Tábua de madeira 2,5 x 30,0 cm	0,0830	m		SINAPI	6212	16,33	1,36	
Concreto magro para lastro traço 1:4,5:4,5 (cimento/ areia média/ brita)	0,0200	m³		SINAPI	94968	525,66	10,51	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								13,50
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								23,32
B.D.I. = 23,38% [4]								5,45
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								28,77
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA SINAPI/94287 - ADAPTADO								

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Canaleta com meio-fio de concreto pré-moldado dimensões 15x30x100 cm				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				S/ REF.	S/C	1,0000		m
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
	-			-	-	-	-	-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra					Referência	Código	Salário hora	Custo horário
Pedreiro c/ encargos complementares	0,3400	h		SINAPI	88309		27,39	9,31
Servente c/ encargos complementares	0,5000	h		SINAPI	88316		21,71	10,86
Custo horário total da mão-de-obra c/s								20,17
Custo horário de execução								20,17
Produção da equipe								1,00
Custo unitário de execução [1]								20,17
Material e Atividades auxiliares					Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
Meio-fio pré-moldado (15x30x100)cm	2,00000	un		SINAPI	4062		28,10	56,20
Escavação manual de vala	0,18000	m³		SINAPI	93358		85,87	15,46
Concreto magro para lastro traço 1:4,5:4,5 (cimento/ areia média/ brita)	0,06500	m³		SINAPI	94962		528,04	34,32
Argamassa 1:4	0,00232	m³		SINAPI	88631		678,76	1,57
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								107,55
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								127,72
B.D.I. = 23,38% [4]								29,86
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								157,58

Pintura de faixa com tinta acrílica emulsionada em água - espessura de 0,5				FIC	0	FIT		0
				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				DNIT-SICRO	5213403	163,2300		m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
Caminhão demarcador de faixas com sistema de pintura a frio - 28 kW/129 kW	1,00	un	E9644	1,00	-	456,2076	185,7868	456,21
Custo horário dos equipamentos								456,21
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora		Custo horário
Ajudante especializado c/ encargos complementares (Pré-marcador)	1,0000	h		SINAPI	88243	22,63		22,63
Servente c/ encargos complementares	3,7000	h		SINAPI	88316	21,71		80,33
Custo horário total da mão-de-obra c/s								102,96
Custo horário de execução								559,17
Produção da equipe								163,23
Custo unitário de execução [1]								3,43
Custo do FIC								-
Custo do FIT								-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário
Microesferas refletivas de vidro tipo I-B	0,10000	kg		SICRO	M2037	10,1354		1,01
Microesferas refletivas de vidro tipo II-A	0,35000	kg		SICRO	M2038	9,1353		3,20
Tinta à base de resina acrílica emulsionada em água para demarcação viária	0,50000	l		SICRO	M2036	21,6582		10,83
Tinta à base de resina acrílica emulsionada em água para pré-marcação viária	0,00097	l		SICRO	M2044	21,6582		0,02
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								15,06
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário
Microesferas refletivas de vidro tipo I-B - Caminhão carroceria 15 t	0,00010	t		SICRO	5914655	33,5400		-
Microesferas refletivas de vidro tipo II-A - Caminhão carroceria 15 t	0,00035	t		SICRO	5914655	33,5400		0,01
Tinta à base de resina acrílica emulsionada em água para demarcação viária - Caminhão carroceria 15 t	0,00080	t		SICRO	5914655	33,5400		0,03
Custo unitário total do tempo fixo								0,04
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								18,53
B.D.I. = 23,38% [4]								4,33
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								22,86
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5213403 - ADAPTADO								

NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5213403 - ADAPTADO


Thiago Queiroz Madrinha Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço, R1 lado				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				S/ REF.	S/C	1,0000		un
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
	-			-	-	-	-	-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora		Custo horário
	-					-		-
Custo horário total da mão-de-obra c/s								-
Custo horário de execução								-
Produção da equipe								1,00
Custo unitário de execução [1]								-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário
Placa de regulamentação em aço, R1 lado 0,248 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	1,0000	un		SICRO - DNIT	5213444	253,84		253,84
Suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm para placa de regulamentação - R1 - lado de 0,248 m - fornecimento e implantação	1,0000	un		SICRO - DNIT	5213855	287,03		287,03
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								540,87
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								540,87
B.D.I. = 23,38% [4]								126,46
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								667,33

Placa de regulamentação em aço, R1 lado 0,248 m - película retrorrefletiva					FIC	0	FIT		0
					Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
					DNIT-SICRO	5213444	3,0000		
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização	Custo operacional		Custo horário		
				Produtiva	Improdutiva	Operativo		Improdutivo	
								-	
Custo horário dos equipamentos								-	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora		Custo horário	
Montador c/ encargos complementares	1,0000	h		SINAPI	88277	28,44		28,44	
Servente c/ encargos complementares	2,0000	h		SINAPI	88316	21,71		43,42	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								71,86	
Custo horário de execução								71,86	
Produção da equipe								3,00	
Custo unitário de execução [1]								23,95	
Custo do FIC								-	
Custo do FIT								-	
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário	
Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + SI - confecção	0,36004	m²		SICRO	5213414	638,5000		229,89	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								229,89	
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário	
	-					-		-	
Custo unitário total do tempo fixo								-	
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								253,84	
B.D.I. = 23,38% [4]								59,35	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								313,19	
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5213444 - ADAPTADO									


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm para placa de				FIC	0	FIT		0		
				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:		
				DNIT-SICRO	5213855	4,7000		un		
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização	Custo operacional			Custo horário		
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo			
								-		
Custo horário dos equipamentos								-		
Mão-de-obra				Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora	Custo horário
Montador c/ encargos complementares				1,0000	h		SINAPI	88277	28,44	28,44
Servente c/ encargos complementares				1,0000	h		SINAPI	88316	21,71	21,71
Custo horário total da mão-de-obra c/s										50,15
Custo horário de execução										50,15
Produção da equipe										4,70
Custo unitário de execução [1]										10,67
Custo do FIC										-
Custo do FIT										-
Material e Atividades auxiliares				Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
Conjunto para fixação de placas em aço galvanizado composto por barra chata, abraçadeira, parafusos, porcas e arruelas				0,69700	kg		SICRO	M0789	31,2811	21,80
Suporte em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm (2")				3,15000	m		SINAPI	21013	67,19	211,65
Concreto fck = 20 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais				0,06000	m³		SINAPI	94970	629,36	37,76
Escavação manual em material de 1ª categoria				0,06000	m³		SINAPI	93358	85,87	5,15
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]										276,36
Tempo fixo				Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
										-
										-
Custo unitário total do tempo fixo										-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]										287,03
B.D.I. = 23,38% [4]										67,11
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]										354,14
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5213855 - ADAPTADO										

Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, lado de 0,60				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:	
				S/ REF.	S/C	1,0000		un	
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário	
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo		
	-			-	-	-	-	-	
Custo horário dos equipamentos								-	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora		Custo horário	
	-					-		-	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								-	
Custo horário de execução								-	
Produção da equipe								1,00	
Custo unitário de execução [1]								-	
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário	
Placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	1,0000	un		SICRO - DNIT	5213464	253,81		253,81	
Suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm para placa de advertência ou regulamentação - lado ou diâmetro de 0,60 m - fornecimento e implantação	1,0000	un		SICRO - DNIT	5213863	302,03		302,03	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								555,84	
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								555,84	
B.D.I. = 23,38% [4]								129,96	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								685,80	


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I				FIC	0	FIT	0
				Fonte	Código	Produção da	UNIDADE:
				DNIT-SICRO	5213464	3,0000	un
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional	
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo
Custo horário dos equipamentos							-
							-
Mão-de-obra				Referência	Código	Salário hora	Custo horário
Montador c/ encargos complementares	1,0000	h		SINAPI	88277	28,44	28,44
Servente c/ encargos complementares	2,0000	h		SINAPI	88316	21,71	43,42
Custo horário total da mão-de-obra c/ls							71,86
Custo horário de execução							71,86
Produção da equipe							3,00
Custo unitário de execução [1]							23,95
Custo do FIC							-
Custo do FIT							-
Material e Atividades auxiliares				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + SI - confecção	0,36000	m²		SICRO	5213414	638,5000	229,86
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]							229,86
Tempo fixo				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
	-					-	-
Custo unitário total do tempo fixo							-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]							253,81
B.D.I. = 23,38% [4]							59,34
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]							313,15
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5213464 - ADAPTADO							

Suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm para placa de				FIC	0	FIT	0
				Fonte	Código	Produção da	UNIDADE:
				DNIT-SICRO	5213863	4,1000	un
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional	
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo
Custo horário dos equipamentos							-
							-
Mão-de-obra				Referência	Código	Salário hora	Custo horário
Montador c/ encargos complementares	1,0000	h		SINAPI	88277	28,44	28,44
Servente c/ encargos complementares	1,0000	h		SINAPI	88316	21,71	21,71
Custo horário total da mão-de-obra c/ls							50,15
Custo horário de execução							50,15
Produção da equipe							4,10
Custo unitário de execução [1]							12,23
Custo do FIC							-
Custo do FIT							-
Material e Atividades auxiliares				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
Conjunto para fixação de placas em aço galvanizado composto por barra chata, abraçadeira, parafusos, porcas e arruelas	0,69700	kg		SICRO	M0789	31,2811	21,80
Suporte em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm (2")	3,35000	m		SINAPI	21013	67,19	225,09
Concreto fck = 20 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais	0,06000	m³		SINAPI	94970	629,36	37,76
Escavação manual em material de 1ª categoria	0,06000	m³		SINAPI	93358	85,87	5,15
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]							289,80
Tempo fixo				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
							-
							-
Custo unitário total do tempo fixo							-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]							302,03
B.D.I. = 23,38% [4]							70,61
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]							372,64
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5213863 - ADAPTADO							


Tiago Queiroz Madalena Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Fornecimento e implantação de placa de identificação de rua, com suporte				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				S/ REF.	S/C	1,0000		un
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
	-			-	-	-	-	-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora		Custo horário
	-					-		-
Custo horário total da mão-de-obra c/s								-
Custo horário de execução								-
Produção da equipe								1,00
Custo unitário de execução [1]								-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário
Placa de identificação de rua - fornecimento e implantação	1,0000	un		SICRO - DNIT	5213446	287,95		287,95
Suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm para placa de identificação de ruas - fornecimento e implantação	1,0000	un		SICRO - DNIT	5213857	268,48		268,48
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								556,43
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								556,43
B.D.I. = 23,38% [4]								130,09
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								686,52

Placa de identificação de rua - fornecimento e implantação (COMPOSIÇÃO)					FIC	0	FIT		0
					Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
					DNIT-SICRO	5213446	3,0000		un
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização	Custo operacional			Custo horário	
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo		
	-							-	
Custo horário dos equipamentos								-	
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora		Custo horário	
Montador c/ encargos complementares	1,0000	h		SINAPI	88277	28,44		28,44	
Servente c/ encargos complementares	2,0000	h		SINAPI	88316	21,71		43,42	
Custo horário total da mão-de-obra c/s								71,86	
Custo horário de execução								71,86	
Produção da equipe								3,00	
Custo unitário de execução [1]								23,95	
Custo do FIC								-	
Custo do FIT								-	
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário	
Placa de aço esmaltada p/ identificação da rua 45x20 cm	2,00000	un		SINAPI	13521	132,00		264,00	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								264,00	
Tempo fixo	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário	
	-					-		-	
Custo unitário total do tempo fixo								-	
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								287,95	
B.D.I. = 23,38% [4]								67,32	
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								355,27	
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5213446 - ADAPTADO									


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm para placa de				FIC	0	FIT		0
				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				DNIT-SICRO	5213857	4,4000		un
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
	-							-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra				Referência	Código	Salário hora	Custo horário	
Montador c/ encargos complementares	1,0000	h		SINAPI	88277	28,44	28,44	
Servente c/ encargos complementares	1,0000	h		SINAPI	88316	21,71	21,71	
Custo horário total da mão-de-obra c/l								50,15
Custo horário de execução								50,15
Produção da equipe								4,40
Custo unitário de execução [1]								11,40
Custo do FIC								-
Custo do FIT								-
Material e Atividades auxiliares				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
Abraçadeira p/ tubo galvanizado d = 2"	2,00000	un		ORSE	6662	2,94	5,88	
Suporte em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm (2")	3,10000	m		SINAPI	21013	67,19	208,29	
Concreto fck = 20 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais	0,06000	m³		SINAPI	94970	629,36	37,76	
Escavação manual em material de 1ª categoria	0,06000	m³		SINAPI	93358	85,87	5,15	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								257,08
Tempo fixo				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
							-	
							-	
Custo unitário total do tempo fixo								-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								268,48
B.D.I. = 23,38% [4]								62,77
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								331,25
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5213857 - ADAPTADO								

Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço, D = 0,50				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				S/ REF.	S/C	1,0000		un
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
	-			-	-	-	-	-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora		Custo horário
	-					-		-
Custo horário total da mão-de-obra c/s								-
Custo horário de execução								-
Produção da equipe								1,00
Custo unitário de execução [1]								-
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário
Placa de regulamentação em aço D = 0,50 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	1,0000	un		SICRO - DNIT	5213440	183,58		183,58
Suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm para placa de regulamentação - R1 - lado de 0,248 m - fornecimento e implantação	1,0000	un		SICRO - DNIT	5213855	287,03		287,03
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								470,61
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								470,61
B.D.I. = 23,38% [4]								110,03
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								580,64


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Placa de regulamentação em aço D = 0,50 m - película retrorrefletiva tipo I				FIC	0	FIT		0
				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				DNIT-SICRO	5213440	3,0000		un
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
								-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra				Referência	Código	Salário hora	Custo horário	
Montador c/ encargos complementares	1,0000	h		SINAPI	88277	28,44	28,44	
Servente c/ encargos complementares	2,0000	h		SINAPI	88316	21,71	43,42	
Custo horário total da mão-de-obra c/lis								71,86
Custo horário de execução								71,86
Produção da equipe								3,00
Custo unitário de execução [1]								23,95
Custo do FIC								-
Custo do FIT								-
Material e Atividades auxiliares				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + SI - confecção	0,25000	m²		SICRO	5213414	638,5000	159,63	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								159,63
Tempo fixo				Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário	
	-					-	-	
Custo unitário total do tempo fixo								-
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								183,58
B.D.I. = 23,38% [4]								42,92
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								226,50
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA DNIT-SICRO /5213440 - ADAPTADO								

Piso tátil direcional e/ou de alerta de concreto na cor amarelo 25x25 cm				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				ORSE	7324	1,0000		m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
	-			-	-	-	-	-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra	Quant.	Unid.		Referência	Código	Salário hora		Custo horário
Pedreiro c/ encargos complementares	0,5000	h		SINAPI	88309	27,39		13,70
Servente c/ encargos complementares	1,2000	h		SINAPI	88316	21,71		26,05
Custo horário total da mão-de-obra c/s								39,75
Custo horário de execução								39,75
Produção da equipe								1,00
Custo unitário de execução [1]								39,75
Material e Atividades auxiliares	Quant.	Unid.		Referência	Código	Valor R\$		Custo unitário
Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, colorido, dim 25x25 cm, para deficiente visual	1,0500	m²		ORSE	6897	106,42		111,74
Argamassa industrializada AC II	4,0000	kg		SINAPI	34353	1,45		5,80
Rejunte colorido flexível	0,5200	kg		SINAPI	34357	4,58		2,38
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								119,92
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								159,67
B.D.I. = 23,38% [4]								37,33
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								197,00
NOTA: COMPOSIÇÃO ELABORADA CONFORME REFERÊNCIA ORSE/7324 - ADAPTADO								

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO**

Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco retangular de 20				Fonte	Código	Produção da		UNIDADE:
				SINAPI	92397	1,0000		m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
	-			-	-	-	-	-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra					Referência	Código	Salário hora	Custo horário
Calceteiro c/ encargos complementares	0,2010	h		SINAPI	88260		27,19	5,47
Servente c/ encargos complementares	0,2015	h		SINAPI	88316		21,71	4,37
Custo horário total da mão-de-obra c/s								9,84
Custo horário de execução								9,84
Produção da equipe								1,00
Custo unitário de execução [1]								9,84
Material e Atividades auxiliares					Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
Areia média	0,0568	m³		SINAPI	370		95,00	5,40
Bloquete/piso intertravado de concreto - modelo retangular, 20 cm x 10 cm, e = 10 cm, resistencia de 35 mpa, cor natural	1,0041	m²		SINAPI	36155		50,86	51,07
Pó de pedra	0,0098	m³		SINAPI	4741		235,76	2,31
Placa vibratória reversível com motor 4 tempos a gasolina, força centrífuga de 25 kn (2500 kgf), potência 5,5 cv - chp diurno	0,0041	chp		SINAPI	91277		9,88	0,04
Placa vibratória reversível com motor 4 tempos a gasolina, força centrífuga de 25 kn (2500 kgf), potência 5,5 cv - chi diurno	0,0967	chi		SINAPI	91278		0,78	0,08
Cortadora de piso com motor 4 tempos a gasolina, potência de 13 hp, com disco de corte diamantado segmentado para concreto, diâmetro de 350 mm, furo de 1" (14 x 1") - chp diurno	0,0038	chp		SINAPI	91283		9,42	0,04
Cortadora de piso com motor 4 tempos a gasolina, potência de 13 hp, com disco de corte diamantado segmentado para concreto, diâmetro de 350 mm, furo de 1" (14 x 1") - chi diurno	0,0970	chi		SINAPI	91285		0,51	0,05
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								58,99
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								68,83
B.D.I. = 23,38% [4]								16,09
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								84,92

Elaboração de projeto executivo de engenharia (COMPOSIÇÃO 034)				Fonte	Código	Produção da equipe:		UNIDADE:
						1,0000		m²
Equipamento	Quant.	Unid.	Código	Utilização		Custo operacional		Custo horário
				Produtiva	Improdutiva	Operativo	Improdutivo	
	-			-	-	-	-	-
Custo horário dos equipamentos								-
Mão-de-obra					Referência	Código	Salário hora	Custo horário
Engenheiro coordenador	0,1000	mês				P8061	19.378,99	1.937,90
Engenheiro agrimensor júnior	0,2000	mês				P8180	12.443,57	2.488,71
Topógrafo	0,3000	mês				P8163	2.627,36	788,21
Auxiliar de topografia	0,3000	mês				P8028	1.706,03	511,81
Laboratorista	0,2500	mês				P8098	2.515,60	628,90
Auxiliar de laboratório	0,2500	mês				P8027	1.886,70	471,68
Custo horário total da mão-de-obra c/s								6.827,21
Custo horário de execução								6.827,21
Produção da equipe								1,00
Custo unitário de execução [1]								6.827,21
Material e Atividades auxiliares					Referência	Código	Valor R\$	Custo unitário
Laboratório de asfalto	0,2200	mês				B8955	5.879,50	1.293,49
Laboratório de solos	0,2200	mês				B8957	3.597,39	791,43
Topografia	0,2200	mês				B8958	5.426,19	1.193,76
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]								3.278,68
CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]								10.105,89
B.D.I. = 23,38% [4]								2.362,76
PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]								12.468,65

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS**COMPOSIÇÃO DE CUSTO**
UNITÁRIO DE TRANSPORTE

A composição de custo foi calculada de acordo com a Portaria Nº 1.078, de 11 de Agosto de 2015 do Departamento de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

O cálculo do reajustamento do preço segue a Instrução de Servio/DG Nº 03 de 12 de Maio de 2017, publicada no Boletim Administrativo Nº 92, do Departamento de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

O percentual de BDI considerado está acordo com o Acórdão 2622/2013 - TCU para fornecimento e aquisição de material/equipamentos.

Foi considerada a alíquota de 19% de ICMS para aquisição dos insumos asfálticos, de acordo com a Nota 05/2021 Nº 01 – Atualização ICM

https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-errata-relatorios-insumo-e-composicao/Notas_SINAPI.pdf

Os Índices de reajustamento de obras rodoviárias da FGV estão disponíveis no endereço eletrônico:

<https://www.gov.br/oniupc-br/assuntos/planejamento-e-normas/curtne-e-parcamentos/curtne-e-parcamentos>

Conforme Portaria 1977 de 25/10/17, Art. 4°. A origem do cimento asfáltico de petróleo e do asfalto diluído de petróleo será definida no local das refinarias ou nas capitais das unidades da federação com divulgação de preços na base da ANP. No caso das emulsões asfálticas e dos asfaltos modificados, a origem destes matérias será definida nas bases de industrialização do respectivo produto asfáltico mais próximas à localização das obras.

Equação Tarifária - Custo Direto (R\$): $CD = (26,939 + 0,253 \times D)$ / tonelada, onde D representa a distância de transporte do projeto

Tipo: Rodovia com revestimento asfáltico

Custo do transporte CT = Custo Direto do Transporte / $(1 - \%ICMS/100)$

Local do fornecimento dos insumos asfálticos:

(*) Emulsão Asfáltica para imprimação: Maracanaú/CE

(**) RR-1C: Maracanaú/CE

(***) CAP 50/70: Fortaleza/CE

Transporte da Emulsão Asfáltica para imprimação (MARACANAÚ/CE - CURRALINHOS/PI) - COMPOSIÇÃO 019 (TRANSPORTE 01)
(Aplicado no local da obra)

Tipo de revestimento	Equação	Distância (km)
Rodovia c/ revestimento asfáltico	$(26,939 + 0,253 \times D)$	656,00
Rodovia primário	$(26,939 + 0,299 \times D)$	-
Leito natural	$(26,939 + 0,412 \times D)$	-

Índice de Reajustamento de pavimentação - FGV	Referência	Valor
Índice I1 =	JULHO/2014	270,237
Índice I2 =	AGOSTO/2025	589,643
Reajuste R = I2 / I1 =		2,182

BDI diferenciado	Alíquota de ICMS
15,00%	19,00%

Custo direto CD (R\$/t)	Custo do transporte CT (R\$/t)	Custo do transporte c/ reajuste (CT x R) (R\$/t)	BDI diferenciado (R\$)	Custo total c/ BDI (R\$/t)
192,91	238,16	519,67	77,95	597,62


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍ

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

**COMPOSIÇÃO DE CUSTO
UNITÁRIO DE TRANSPORTE**

Transporte do RR-2C (MARACANAÚ/CE - CURRALINHOS/PI) - COMPOSIÇÃO 020 (TRANSPORTE 02)
(Aplicado no local da obra)

Tipo de revestimento	Equação	Distância (km)
Rodovia c/ revestimento asfáltico	$(26,939 + 0,253 \times D)$	656,00
Rodovia primário	$(26,939 + 0,299 \times D)$	-
Leito natural	$(26,939 + 0,412 \times D)$	-

Índice de Reajustamento de pavimentação - FGV	Referência	Valor
Índice I1 =	JULHO/2014	270,237
Índice I2 =	AGOSTO/2025	589,643
Reajuste R = I2 / I1 =		2,182

BDI diferenciado	Alíquota de ICMS
15,00%	19,00%

Custo direto CD (R\$/t)	Custo do tranposte CT (R\$/t)	Custo do transporte c/ reajuste (CT x R) (R\$/t)	BDI diferenciado (R\$)	Custo total c/ BDI (R\$/t)
192,91	238,16	519,67	77,95	597,62

Transporte do CAP 50/70 (FORTALEZA/CE - TERESINA/PI) - COMPOSIÇÃO 021 (TRANSPORTE 03)
(Aplicado na usina de asfalto)

Tipo de revestimento	Equação	Distância (km)
Rodovia c/ revestimento asfáltico	$(26,939 + 0,253 \times D)$	554,00
Rodovia primário	$(26,939 + 0,299 \times D)$	-
Leito natural	$(26,939 + 0,412 \times D)$	-

Índice de Reajustamento de pavimentação - FGV	Referência	Valor
Índice I1 =	JULHO/2014	270,237
Índice I2 =	AGOSTO/2025	589,643
Reajuste R = I2 / I1 =		2,182

BDI diferenciado	Alíquota de ICMS
15,00%	19,00%

Custo direto CD (R\$/t)	Custo do tranposte CT + ICMS (R\$/t)	Custo do transporte c/ reajuste (CT x R) (R\$/t)	BDI diferenciado (R\$)	Custo total c/ BDI (R\$/t)
167,10	206,30	450,15	67,52	517,67

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍ

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

FONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)

COMPOSIÇÃO DE BDI - BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS
(CÁLCULO DO BDI - SEM DESONERAÇÃO)

ITEM	DESCRIÇÃO	ÍNDICE (%)	DENOMINAÇÃO
1.0	Taxa de administração central	3,80	AC
2.0	Taxa de seguro e garantia	0,32	S+G
3.0	Taxa da margem de incerteza (risco) do empreendimento	0,50	R
4.0	Taxas de despesas financeiros	1,02	DF
5.0	Taxa de margem de contribuição (benefício, lucro ou	6,64	L
6.0	Taxa de custos tributários (municipais, estaduais e	8,65	I
6.1	COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade	3,00	
6.2	PIS - Programa de Integração Social	0,65	
6.3	ISS - Imposto Sobre Serviço	5,00	
		-	

FÓRMULA DE CÁLCULO DO BDI :

$$BDI = \{ [(I+AC+S+G+R) * (1+DF) * (1+L)] / (1-I) \} - 1$$

$$BDI = 23,38\%$$

OBSERVAÇÕES:

1) A análise dos BDIs apresentados pelas empresas terá seu critério regido pelo ACÓRDÃO do TCU nº 2622/2013 - Plenário, que gerou a tabela abaixo com os limites para BDI para Construção de Rodovias e Ferrovias:

DESCRIÇÃO	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
Administração Central	3,80	4,01	4,67
Seguro e Garantia	0,32	0,40	0,74
Risco	0,50	0,56	0,97
Despesas Financeiras	1,02	1,11	1,21
Lucro	6,64	7,30	8,69
Tributos	5,65	6,65	8,65
COFINS	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65
ISS	2,00	3,00	5,00
BDI	19,60	20,97	24,23

2) Os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo o ônus tributário ser repassado à contratante.

3) O tributo ISS para obra de engenharia deve ser considerado entre 2,0 a 5,0% conforme legislação tributária municipal. Para a Prefeitura Municipal de CURRALINHOS, a alíquota cobrada é de 5% sobre a mão-de-obra de 100%, sendo cobrado no final 5% do valor total.

4) A Administração Local deverá ser discriminada na planilha de custos diretos com os percentuais regido pelo ACÓRDÃO nº 2622/2013 do TCU - Plenário conforme a tabela abaixo para Construção de Rodovias e Ferrovias:

DESCRIÇÃO	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
Administração Local	1,98	6,99	10,68

5) A Mobilização e Desmobilização deverá ser discriminada na planilha de custo direto de acordo com a necessidade do projeto, observados os limites estabelecidos pelos órgãos, quando for o caso, de acordo com a INSTRUÇÃO DE SERVIÇOS nº 15/2006 do DNIT.

Handwritten signature
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍ

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

FONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 113,33% - SEM DESONERAÇÃO
BDI = 23,38% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)

A MÃO-DE-OBRA SEM DESONERAÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA (%)	MENSALISTA (%)
GRUPO A			
A1	INSS	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES NO TRABALHO	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	36,80%	36,80%
GRUPO B			
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,82%	0,00%
B2	FERIADOS	3,95%	0,00%
B3	AUXILIO ENFERMIDADE	0,86%	0,65%
B4	13º SALÁRIO	10,96%	8,33%
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07%	0,05%
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,73%	0,56%
B7	DIAS DE CHUVA	1,17%	0,00%
B8	AUXILIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,10%	0,07%
B9	FÉRIAS GOZADAS	11,71%	8,90%
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03%	0,03%
B	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIAS DE A	47,40%	18,59%
GRUPO C			
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,30%	4,03%
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,12%	0,09%
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	2,46%	1,87%
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	2,89%	2,20%
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,45%	0,34%
C	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE A	11,22%	8,53%
GRUPO D			
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	17,44%	6,84%
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,47%	0,36%
D	TOTAL DE REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	17,91%	7,20%
E1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B		
AL (A+B+C+D)		113,33%	71,12%

FONTE: SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

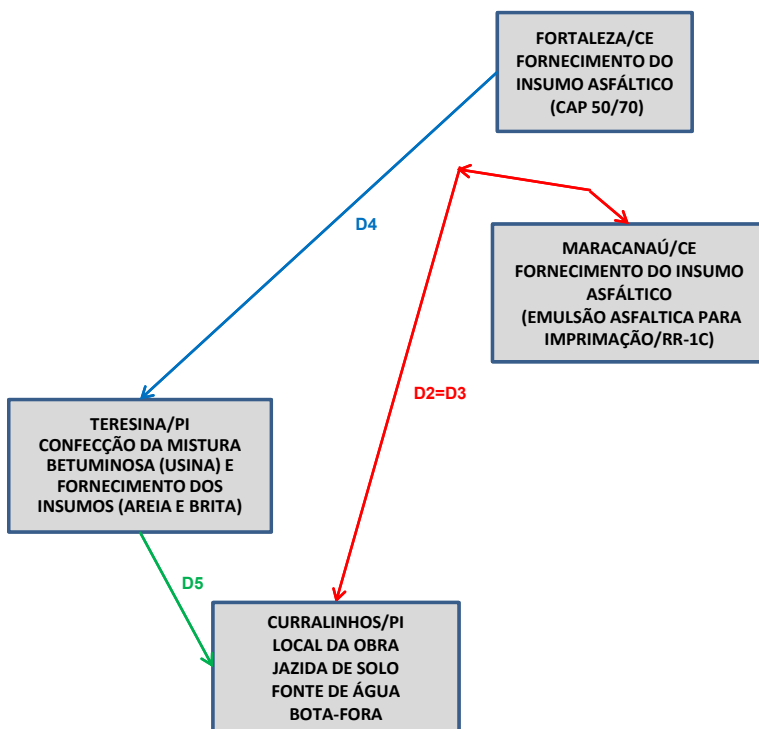
Handwritten signature
Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS**DISTÂNCIAS DE TRANSPORTE**

MATERIAL	ORIGEM	DESTINO	DISTÂNCIA	EXTENSÃO (km)	TRANSPORTE	ACESSO	COORDENADAS UTM:
ÁGUA	CURRALINHOS/PI - AÇUDE	CURRALINHOS/PI - CANTEIRO DE OBRA	D0	2,00	RODOVIA PAVIMENTADA	ZONA URBANA	E=739713.00 N=9379059.00
SOLO	CURRALINHOS/PI - JAZIDA 1	CURRALINHOS/PI - CANTEIRO DE OBRA	D1	1,50	RODOVIA PAVIMENTADA	ZONA URBANA	E=741373.00 N=9378823.00
EMULSÃO ASFÁLTICA PARA IMPRIMAÇÃO	MARACANAÚ/CE	CURRALINHOS/PI - CANTEIRO DE OBRA	D2	656,00	RODOVIA PAVIMENTADA	BR-020	E=542956.00 N=9572270.00
EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C	MARACANAÚ/CE	CURRALINHOS/PI - CANTEIRO DE OBRA	D3	656,00	RODOVIA PAVIMENTADA	BR-020	E=542956.00 N=9572270.00
CAP 50/70	FORTALEZA/CE	TERESINA/PI - USINA DE ASFALTO	D4	554,00	RODOVIA PAVIMENTADA	BR-020	E=558792.00 N=9589067.00
MISTURA BETUMINOSA	TERESINA/PI - USINA DE ASFALTO	CURRALINHOS/PI - CANTEIRO DE OBRA	D5	58,29	RODOVIA PAVIMENTADA	BR-020	E=217859.00 N=9219828.00
BRITA	TERESINA/PI	USINA DE ASFALTO	D6	9,00	RODOVIA PAVIMENTADA	PERÍMETRO URBANO	E=743798.58 N=9424014.82
AREIA	TERESINA/PI	USINA DE ASFALTO	D7	9,00	RODOVIA PAVIMENTADA	PERÍMETRO URBANO	E=217859.00 N=9219828.01
BOTA-FORA	OBRA	CURRALINHOS/PI - LOCAL DE DESCARTE	D8	8,60	RODOVIA PAVIMENTADA	PI-351	E=740587.89 N=9378495.73

Observações:

(*) O Transporte de água encontra-se dentro dos 5 km já considerados para os serviços de "Compactação de aterros a 100% proctor normal" e "Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida". Dados estes, obtidos no DNIT - Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 12, Produções de equipes mecânicas - Tomo 05 - 2017, página 29 (Compactação de aterros a 100% proctor normal) e Tomo 04 - 2017, página 60 (Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida).


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍ

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

FONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 90,66% - COM DESONERAÇÃO
BDI = 29,77% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)

METAS

ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)	REFERÊNCIA
1.0	EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	un	1,00	845.381,35	845.381,35	
TOTAL GERAL (R\$)					845.381,35	


Tiago Queiroz Madefra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍ

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

FONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 90,66% - COM DESONERAÇÃO
BDI = 29,77% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - RESUMO DA OBRA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)	REFERÊNCIA
1.0	EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA				845.381,35	
1.1	GERAL					
1.1.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	un	1,00	17.106,53	17.106,53	COMPOSIÇÃO 01 (S/ REF. S/C)
1.1.2	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA 3,60 x 1,80 m - 1,00 UND.	un	1,00	1.452,63	1.452,63	COMPOSIÇÃO 02 (ORSE 51 - ADAPTADO)
1.1.3	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	un	1,00	7.685,63	7.685,63	COMPOSIÇÃO 03 (S/ REF. S/ REF.)
1.1.4	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	un	1,00	7.685,63	7.685,63	COMPOSIÇÃO 03 (S/ REF. S/ REF.)
1.2	DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO	un	1,00	798.336,52	811.450,93	PLANILHA EM ANEXO
TOTAL GERAL (R\$)					845.381,35	

LEGENDA:
S/ REF. = SEM REFERÊNCIA
S/C = SEM CÓDIGO

Handwritten signature
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍ

OBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOS

FONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 90,66% - COM DESONERAÇÃO
BDI = 29,77% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)

PLANILHA RESUMO DAS VIAS
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	EXTENSÃO (m)	LARGURA DA PAVIMENTAÇÃO (m)	ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO (m²)	VALOR (R\$)
1.0	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS				
1.1	AVENIDA SÃO RAIMUNDO	567,13	9,96 (Larg. Média)	5.654,24	811.450,93
ÁREA TOTAL (m²)				5.654,24	
				TOTAL GERAL (R\$)	811.450,93


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 90,66% - COM DESONERAÇÃO
BDI = 29,77% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO**
PLANILHA ORÇAMENTÁRIALOGRADOURO=
COMPRIMENTO DA PAVIMENTAÇÃO=
LARGURA DA PAVIMENTAÇÃO =AVENIDA SÃO RAIMUNDO
567,13
9,96 (Larg. Média) m

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO =

5.654,24 m²

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	SUB-TOTAL	REFERÊNCIA
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	Fresagem contínua de revestimento asfáltico - espessura de 3 cm	m³	109,25	135,52	14.805,56	COMPOSIÇÃO 04 (DNIT-SICRO 4915655 - ADAPTADO)
1.2	Demolição de camada de piso existente, de forma mecanizada com martelete	m²	501,46	8,54	4.282,49	COMPOSIÇÃO 05 (SINAPI 97634 - ADAPTADO)
1.3	Aterro manual com areia para aterro e compactação mecanizada (canteiro central)	m³	101,90	116,75	11.896,83	COMPOSIÇÃO 06 (SINAPI 94342)
TOTAL DO ITEM (R\$):					30.984,88	
2.0	TERRAPLENAGEM					
2.1	Limpeza superficial de área de jazida	m²	143,88	1,00	143,88	COMPOSIÇÃO 07 (DNIT-SICRO 5502985 - ADAPTADO)
2.2	Expurgo de camada vegetal (área de jazida)	m³	28,78	5,67	163,18	COMPOSIÇÃO 08 (DNIT-SICRO 5502986 - ADAPTADO)
2.3	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria DMT 50 m	m³	229,39	4,84	1.110,24	COMPOSIÇÃO 09 (DNIT-SICRO 5501710 - ADAPTADO)
2.4	Escavação e carga de material de jazida p/ aterro	m³	215,81	2,10	453,21	COMPOSIÇÃO 010 (DNIT-SICRO 4016096 - ADAPTADO)
2.5	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ de material de jazida (material de aterro) - rodovia em revestimento primário	t x km	215,92	0,97	209,44	COMPOSIÇÃO 011 (DNIT-SICRO 5915320 - ADAPTADO)
2.6	Compactação de aterros a 100% do Proctor Normal	m³	215,81	7,24	1.562,49	COMPOSIÇÃO 012 (DNIT-SICRO 5502978 - ADAPTADO)
TOTAL DO ITEM (R\$):					3.642,44	
3.0	REVESTIMENTO					
3.1	Aquisição de emulsão asfáltica para serviço de imprimação	t	7,35	3.063,55	22.517,09	COMPOSIÇÃO 013 (AQUISIÇÃO 01)
3.2	Aquisição de emulsão asfáltica RR-1C	t	2,54	4.359,08	11.072,06	COMPOSIÇÃO 014 (AQUISIÇÃO 02)
3.3	Aquisição de Cimento asfáltico CAP 50/70	t	37,62	5.083,43	191.238,64	COMPOSIÇÃO 015 (AQUISIÇÃO 03)
3.4	Imprimação com emulsão asfáltica	m²	5.654,24	0,88	4.975,73	COMPOSIÇÃO 016 (DNIT-SICRO 4011352 - ADAPTADO)
3.5	Pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-1C	m²	5.654,24	0,61	3.449,09	COMPOSIÇÃO 017 (DNIT-SICRO 4011353 - ADAPTADO)
3.6	Pavimentação c/ aplicação de concreto asfáltico, camada de rolamento, e=5,00 cm	t	678,50	258,88	175.650,08	COMPOSIÇÃO 018 (DNIT-SICRO 4011463 - ADAPTADO)
TOTAL DO ITEM (R\$):					408.902,69	
4.0	TRANSPORTE					
4.1	Transporte de emulsão asfáltica para serviço de pavimentação com caminhão tanque - rodovia pavimentada D=656,00 km (MARACANAÚ/CE - CURRALINHOS/PI)	t	7,35	597,62	4.392,51	COMPOSIÇÃO 019 (TRANSPORTE 01)
4.2	Transporte de material asfáltico (RR-1C) com caminhão tanque - rodovia pavimentada D=656,00 km (MARACANAÚ/CE - CURRALINHOS/PI)	t	2,54	597,62	1.517,95	COMPOSIÇÃO 020 (TRANSPORTE 02)
4.3	Transporte de material asfáltico (CAP 50/70), com caminhão tanque - rodovia pavimentada D=554,00 km (FORTALEZA/CE - TERESINA/PI)	t	37,62	517,67	19.474,75	COMPOSIÇÃO 021 (TRANSPORTE 03)
4.4	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ de brita D=9,00 km (TERESINA/PI)	t x km	5.554,41	0,87	4.832,34	COMPOSIÇÃO 022 (DNIT-SICRO 5915321 - ADAPTADO)
4.5	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ de areia D=9,00 km (TERESINA/PI)	t x km	247,41	0,87	215,25	COMPOSIÇÃO 022 (DNIT-SICRO 5915321 - ADAPTADO)
4.6	Transporte de mistura betuminosa a quente (massa asfáltica) com caminhão com caçamba térmica de 6 m³ - rodovia pavimentada D=58,29 km (TERESINA/PI - CURRALINHOS/PI)	t x km	39.550,00	1,14	45.087,00	COMPOSIÇÃO 023 (DNIT-SICRO 5914612 - ADAPTADO)
4.7	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ de material de bota-fora D=8,60 km (CURRALINHOS/PI - LOCAL DE DESCARTE)	t x km	452,79	0,87	393,93	COMPOSIÇÃO 022 (DNIT-SICRO 5915321 - ADAPTADO)
TOTAL DO ITEM (R\$):					75.913,73	


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 90,66% - COM DESONERAÇÃO
BDI = 29,77% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO
PLANILHA ORÇAMENTÁRIALOGRADOURO=
COMPRIMENTO DA PAVIMENTAÇÃO=
LARGURA DA PAVIMENTAÇÃO =AVENIDA SÃO RAIMUNDO
567,13
9,96 (Larg. Média) m

ÁREA DA PAVIMENTAÇÃO =

5.654,24 m²

5.0	DRENAGEM					
5.1	Assentamento de guia (meio-fio), confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm	m	2.103,44	52,69	110.830,25	COMPOSIÇÃO 024 (SINAPI 94273)
5.2	Execução de sarjeta de concreto magro, moldada in loco, (30 x 5)cm	m	1.072,96	29,09	31.212,41	COMPOSIÇÃO 025 (SINAPI 94287 - ADAPTADO)
5.3	Canaleta com meio-fio de concreto pré-moldado dimensões 15x30x100 cm rejuntado com argamassa no traço 1:4	m	72,54	161,59	11.721,74	COMPOSIÇÃO 026 (S/ REF. S/C)
TOTAL DO ITEM (R\$):					153.764,40	
6.0	SINALIZAÇÃO					
6.1	Pintura de faixa com tinta acrílica emulsionada em água - espessura de 0,5 mm	m²	433,02	23,94	10.366,50	COMPOSIÇÃO 027 (DNIT-SICRO 5213403 - ADAPTADO)
6.2	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço, R1 lado 0,248 m - película retrorrefletiva tipo I + SI, com suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm	un	9,00	697,35	6.276,15	COMPOSIÇÃO 028 (S/ REF. S/C)
6.3	Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I + SI, com suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm	un	11,00	716,60	7.882,60	COMPOSIÇÃO 029 (S/ REF. S/C)
6.4	Fornecimento e implantação de placa de identificação de rua, com suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm	un	9,00	717,46	6.457,14	COMPOSIÇÃO 030 (S/ REF. S/C)
6.5	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço, D = 0,50 m - película retrorrefletiva tipo I + SI, com suporte metálico em tubo de aço galvanizado Ø 50 mm	un	2,00	606,17	1.212,34	COMPOSIÇÃO 031 (S/ REF. S/C)
TOTAL DO ITEM (R\$):					32.194,73	
7.0	SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
7.1	Piso tátil direcional e/ou de alerta de concreto na cor amarelo 25x25 cm aplicado c/ argamassa industrializada	m²	14,16	203,26	2.878,16	COMPOSIÇÃO 032 (ORSE 7324 - ADAPTADO)
7.2	Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco retangular de 20 x 10 cm, espessura 06 cm, cor natural	m²	1.019,65	88,32	90.055,49	COMPOSIÇÃO 033 (SINAPI 92397)
TOTAL DO ITEM (R\$):					92.933,65	
8.0	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO					
8.1	Elaboração de projeto executivo	und	1,00	13.114,41	13.114,41	COMPOSIÇÃO 034
TOTAL DO ITEM (R\$):					13.114,41	
TOTAL GERAL (R\$)					811.450,93	

LEGENDA:

S/ REF. = SEM REFERÊNCIA
S/C = SEM CÓDIGO

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 90,66% - COM DESONERAÇÃO
BDI = 29,77% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**COMPOSIÇÃO DE BDI - BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS**
(CÁLCULO DO BDI - COM DESONERAÇÃO)

ITEM	DESCRIÇÃO	ÍNDICE (%)	DENOMINAÇÃO
1.0	Taxa de administração central	3,80	AC
2.0	Taxa de seguro e garantia	0,32	S+G
3.0	Taxa da margem de incerteza (risco) do empreendimento	0,50	R
4.0	Taxas de despesas financeiros	1,02	DF
5.0	Taxa de margem de contribuição (benefício, lucro ou remuneração)	6,64	L
6.0	Taxa de custos tributários (municipais, estaduais e federais)	13,15	I
6.1	COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00	
6.2	PIS - Programa de Integração Social	0,65	
6.3	ISS - Imposto Sobre Serviço	5,00	
6.4	CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,50	

FÓRMULA DE CÁLCULO DO BDI :

$$BDI = \{ [(I+AC+S+G+R) * (1+DF) * (1+L)] / (1-I) \} - 1$$

$$BDI = 29,77\%$$

*BDI SEM O ITEM 6.4 - CPRB = 23,38%

OBSERVAÇÕES:

1) A análise dos BDIs apresentados pelas empresas terá seu critério regido pelo ACÓRDÃO do TCU nº 2622/2013 - Plenário, que gerou a tabela abaixo com os limites para BDI para Construção de Rodovias e Ferrovias:

DESCRIÇÃO	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
Administração Central	3,80	4,01	4,67
Seguro e Garantia	0,32	0,40	0,74
Risco	0,50	0,56	0,97
Despesas Financeiras	1,02	1,11	1,21
Lucro	6,64	7,30	8,69
Tributos	5,65	6,65	8,65
COFINS	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65
ISS	2,00	3,00	5,00
CPRB	4,50	4,50	4,50
BDI	19,60	20,97	24,23

* LIMITE PARA VERIFICAÇÃO DOS PERCENTUAIS MÍNIMO, MÉDIO E MÁXIMO PARA O BDI SEM A CPRB

3) Os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo o ônus tributário ser repassado à contratante.

4) O tributo ISS para obra de engenharia deve ser considerado entre 2,0 a 5,0% conforme legislação tributária municipal. Para a Prefeitura Municipal de CURRALINHOS, a alíquota cobrada é de 5% sobre a mão-de-obra de 100%, sendo cobrado no final 5% do valor total.

6) A Administração Local deverá ser discriminada na planilha de custos diretos com os percentuais regido pelo ACÓRDÃO nº 2622/2013 do TCU - Plenário conforme a tabela abaixo para Construção de Rodovias e Ferrovias:

DESCRIÇÃO	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
Administração Local	1,98	6,99	10,68

7) A Mobilização e Desmobilização deverá ser discriminada na planilha de custo direto de acordo com a necessidade do projeto, observados os limites estabelecidos pelos órgãos, quando for o caso, de acordo com a INSTRUÇÃO DE SERVIÇOS nº 15/2006 do DNIT.


Tiago Queiroz Maderra Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO PIAUÍOBRA: INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
LOCAL: ZONA URBANA - CURRALINHOSFONTE DE CUSTOS:
SINAPI: SETEMBRO/2025
ORSE: AGOSTO/2025
SICRO - DNIT: JULHO/2025
LEIS SOCIAIS = 90,66% - COM DESONERAÇÃO
BDI = 29,77% (SERVIÇO)
BDI = 15,00% (AQUISIÇÃO)**ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO-DE-OBRA COM DESONERAÇÃO**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA (%)	MENSALISTA (%)
GRUPO A			
A1	INSS	5,00%	5,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES NO TRABALHO	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	21,80%	21,80%
GRUPO B			
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,82%	0,00%
B2	FERIADOS	3,95%	0,00%
B3	AUXÍLIO ENFERMIDADE	0,86%	0,65%
B4	13º SALÁRIO	10,96%	8,33%
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07%	0,05%
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,73%	0,56%
B7	DIAS DE CHUVA	1,17%	0,00%
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,10%	0,07%
B9	FÉRIAS GOZADAS	11,71%	8,90%
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03%	0,03%
B	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIAS DE A	47,40%	18,59%
GRUPO C			
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,30%	4,03%
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,12%	0,09%
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	2,46%	1,87%
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	2,89%	2,20%
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,45%	0,34%
C	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE A	11,22%	8,53%
GRUPO D			
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	9,79%	3,64%
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,45%	0,34%
D	TOTAL DE REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	10,24%	3,98%
E1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B		
TOTAL (A+B+C+D)		90,66%	52,90%

FONTE: SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL



Superintendência de Defesa da Concorrência

PREÇO MÉDIO MENSAL PONDERADO PRATICADO PELOS DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS ASFÁLTICOS (R\$/KG)

Quando não houver declaração de venda do produto selecionado, ou quando a declaração de venda do produto ocorrer por menos de 03 (três) distribuidoras, a tabela indicará campo vazio.

Importante:

Mês	Produto	Estado	Preço
ago/25	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Ceará	3,41916
ago/25	EMULSÃO ASFÁLTICA PARA SERVIÇO DE IMPRIMAÇÃO	Ceará	2,06057
ago/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-1C	Ceará	2,93195


Tiago Queiroz Maderia Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

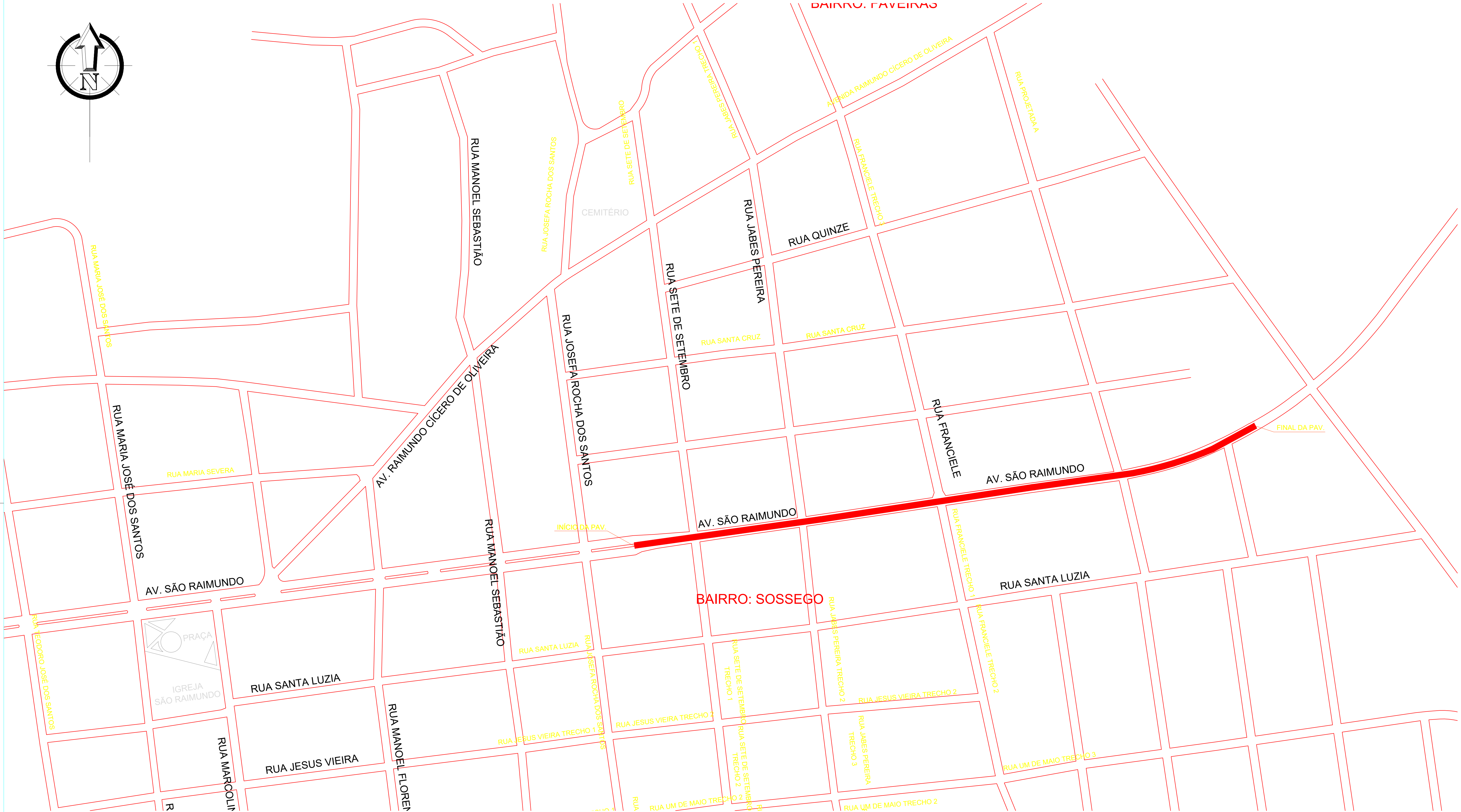
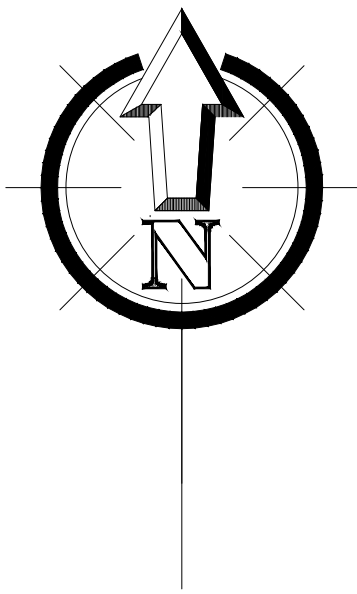
ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS
Obras Rodoviárias
agosto/2025

Descrição dos índices		01/25	02/25	03/25	04/25	05/25	06/25	07/25	08/25	09/25	10/25	11/25	12/25	Variação no mês	Acumulado no ano	Variação nos últimos 12 meses
Terraplenagem	dez/2000 = 100	501,846	505,846	506,488	503,664	498,893	497,173	501,100	504,651					0,709	1,152	2,782
Pavimentação	dez/2000 = 100	584,512	587,959	587,366	588,804	587,552	586,211	587,477	589,643					0,369	1,082	2,224
Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	dez/2000 = 100	424,481	427,036	429,002	430,277	429,659	427,468	427,732	430,142					0,563	1,224	1,974
Drenagem	dez/2000 = 100	477,285	478,611	480,883	482,299	482,629	483,132	484,688	487,228					0,524	2,347	3,954
Sinalização Horizontal	dez/2000 = 100	454,018	458,234	461,420	462,767	462,121	460,734	462,839	463,802					0,208	2,494	2,454
Sinalização Vertical	mai/2005 = 100	269,838	269,165	270,368	269,762	269,195	268,380	269,911	270,395					0,179	0,662	2,086
Serviços com Aço para Obras de Arte Especiais	dez/2022 = 100	100,853	100,612	100,369	100,296	100,025	99,738	99,489	98,855					-0,638	-1,538	0,786
Obras de Arte Especiais sem Aço	dez/2000 = 100	485,313	486,405	488,752	490,292	489,159	489,594	492,077	495,013					0,597	2,384	3,777
Superestrutura de Passarelas Metálicas	jul/2021 = 100	116,903	116,634	116,897	117,760	117,751	117,789	117,215	115,491					-1,471	-0,902	-0,351
Obras Complementares e Meio Ambiente	dez/2016 = 100	164,153	165,469	165,680	165,128	164,205	164,002	164,962	165,890					0,563	1,503	2,598
Conservação Rodoviária	dez/2000 = 100	450,070	452,453	453,748	455,084	455,267	456,830	460,114	462,949					0,616	3,608	5,321
Cimento Asfáltico Petróleo - CAP	dez/2000 = 100	1.086,069	1.131,554	1.123,371	1.110,608	1.091,359	1.046,685	1.044,232	1.028,200					-1,535	-4,984	-2,310
Emulsão Asfáltica	dez/2000 = 100	972,215	1.003,097	996,785	987,656	971,185	938,144	936,271	924,218					-1,287	-4,727	-1,915
Emulsão Asfáltica Modificada	dez/2018 = 100	167,525	170,262	169,340	168,252	165,469	160,385	159,935	157,586					-1,469	-5,921	-2,059
Emulsão Asfáltica de Imprimação	dez/2018 = 100	155,918	157,441	158,499	155,056	152,673	149,492	149,279	147,128					-1,441	-5,448	-3,906
Asfalto Diluído de Petróleo - ADP	dez/2000 = 100	1.032,866	1.071,143	1.081,739	1.057,237	1.042,247	1.007,356	1.003,190	986,675					-1,646	-4,228	-1,553
Asfalto Modificado por Polímero	dez/2018 = 100	159,103	164,088	163,103	161,504	158,958	153,505	153,018	150,465					-1,668	-5,112	-2,278
Asfalto Borracha	dez/2018 = 100	167,993	173,762	172,581	170,542	167,873	162,140	161,795	159,681					-1,307	-4,698	-1,747
Mobilização e Desmobilização	dez/2016 = 100	174,923	176,354	176,012	173,703	170,490	169,679	170,742	171,842					0,644	-2,189	-0,660
Administração Local	dez/2016 = 100	153,678	154,177	154,467	154,732	154,735	155,379	157,372	158,603					0,782	3,902	5,723
Consultoria, Supervisão e Projeto	dez/2000 = 100	302,160	302,831	303,687	303,675	303,563	304,106	307,564	307,870					0,100	2,623	3,492
Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.169,116	1.173,775	1.178,386	1.184,462	1.191,327	1.199,509	1.210,471	1.216,706					0,515	4,930	7,220
IGP - DI	ago/1994 = 100	1.182,693	1.194,518	1.188,550	1.192,079	1.181,945	1.160,613	1.159,851	1.162,219					0,204	-1,624	2,996

Fonte: Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) - Fundação Getulio Vargas.

O reajustamento dos serviços deve ser realizado de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2023, de 24 de janeiro de 2023, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 18, em 25 de janeiro de 2023.


Tiago Queiroz Madureira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

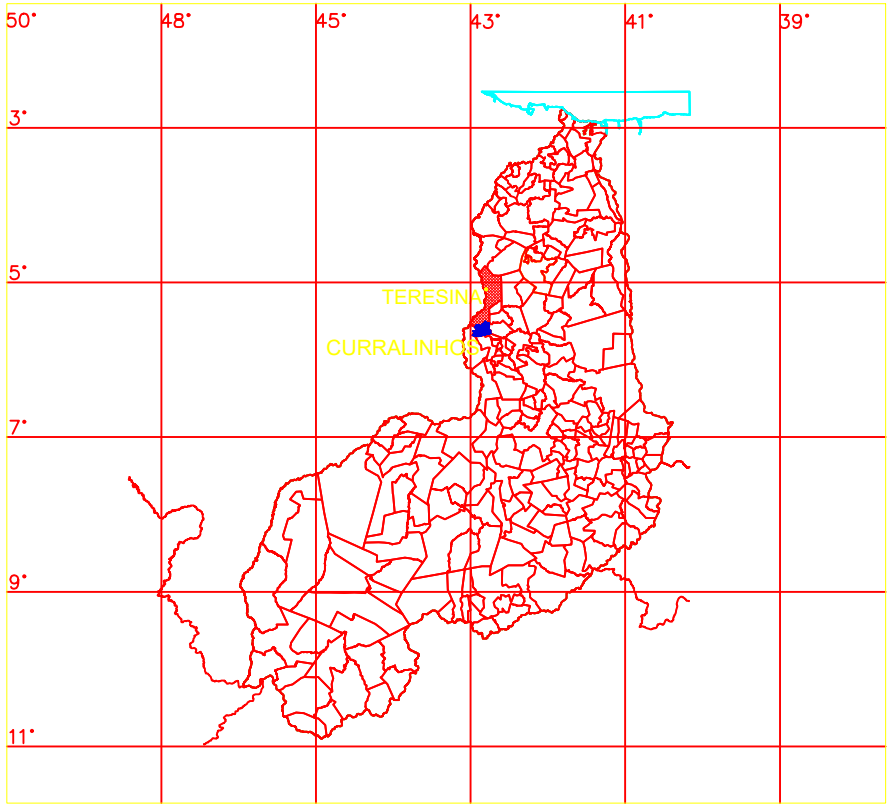


QUADRO RESUMO DA PAVIMENTAÇÃO

BAIRRO: CENTRO					
Nº	LOGRADOURO	DIMENSÕES (m)	ESTACAS	COORDENADAS UTM	
				INÍCIO TRECHO	FINAL TRECHO
01	AVENIDA SÃO RAIMUNDO	EXTENSÃO=567,13 LARGURA=5,30	E0 E28+7,13	E=740587,89 N=9378495,73	E=741136,04 N=9378616,84

ÁREA DE INTERVENÇÃO

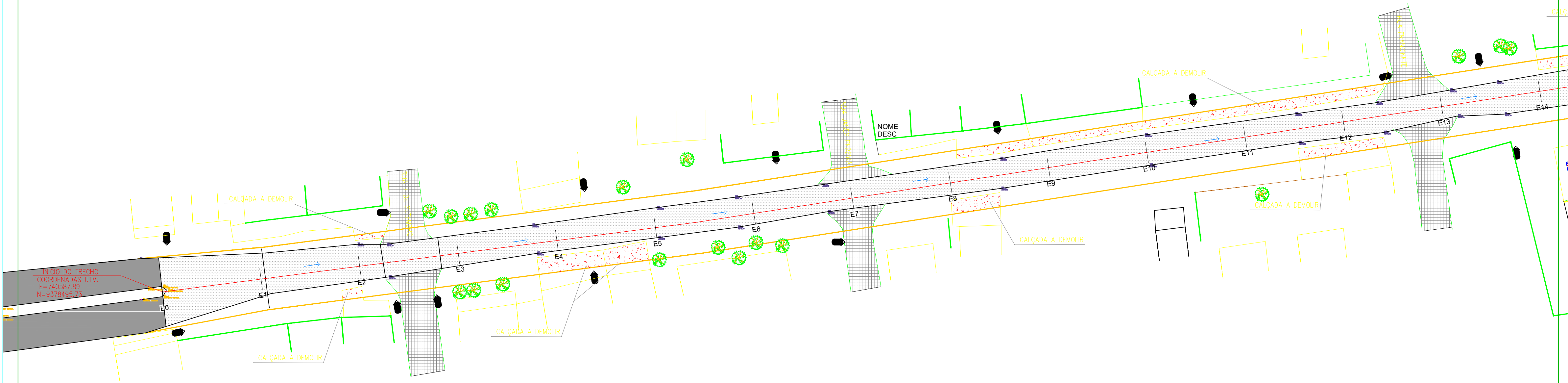
SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO NO ESTADO DO PIAUÍ



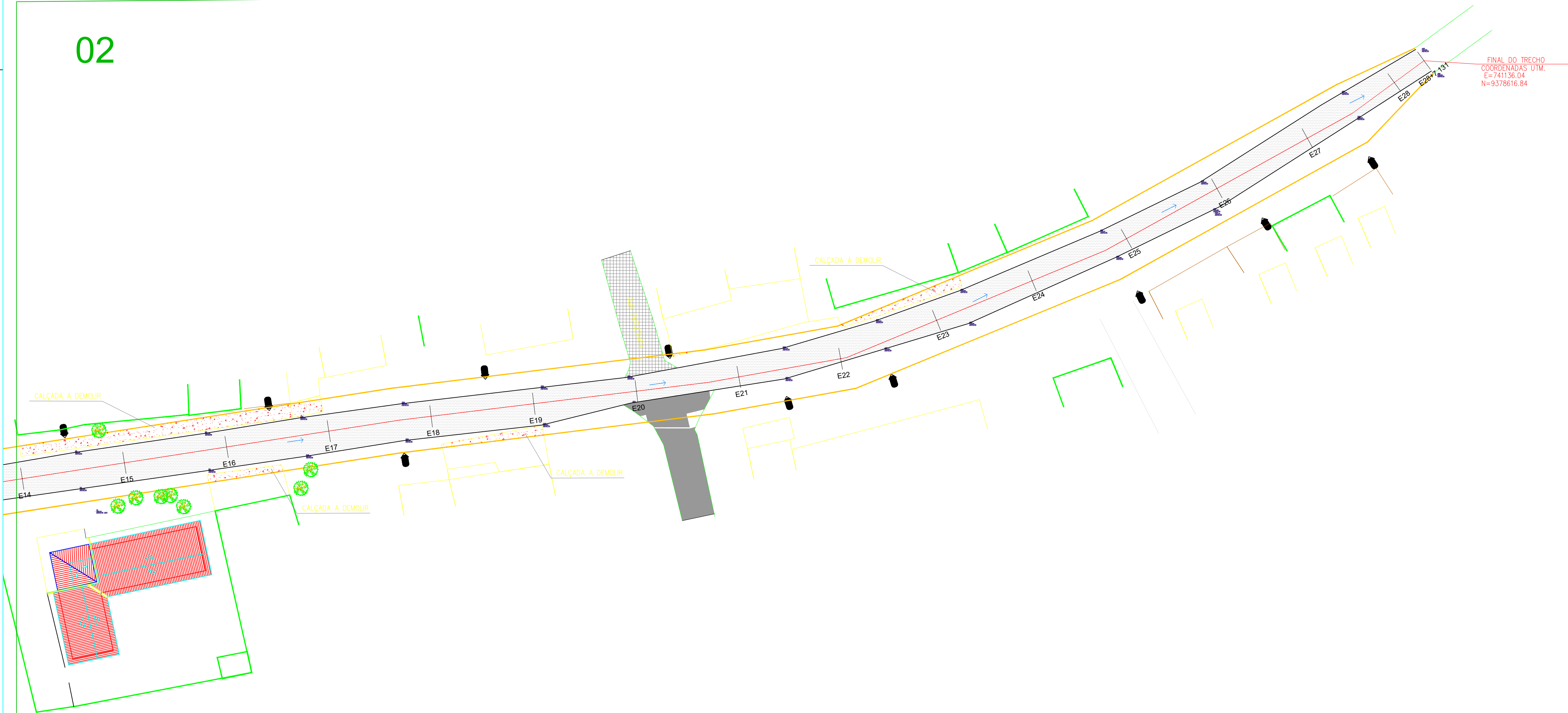
Eng. Civil
CREA 190079219-2

CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRALINHOS - PI			
PROJETO:	DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO		BAIRRO:	CENTRO
CONTRATO DE REPASSE Nº:	=		ART:	=
DESENHO:	MAPA DE LOCALIZAÇÃO		ESCALA:	SEM ESCALA
PROJETISTA:	DADOS DE CAMPO:	DESENHO/CAD:		
	ARISTOMILDO	JANAIRY SOUSA		
DATA:	REV.:	FORMATO:	PRANCHA Nº:	
2025	00	A1	MAP-01/01	

01



02



LEGENDA

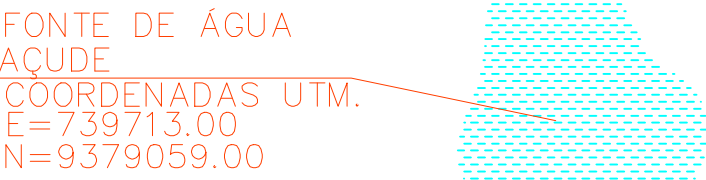
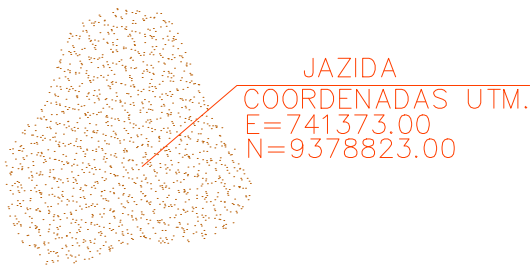
ASfalto Existente	Cerca	POSTE/LUMINÁRIA
VIA SEM PAVIMENTO	MURO	POSTE BAIXA TENSÃO
PARALELEPÍPEDO EXISTENTE A PERMANECER	EDIFICAÇÕES	POSTE ALTA/BAIXA TENSÃO
ÁRVORE EXISTENTE A REMOVER	ÁRVORE EXISTENTE	POSTE DE MADEIRA
		EIXO
		FLUXO DA ÁGUA

LEGENDA

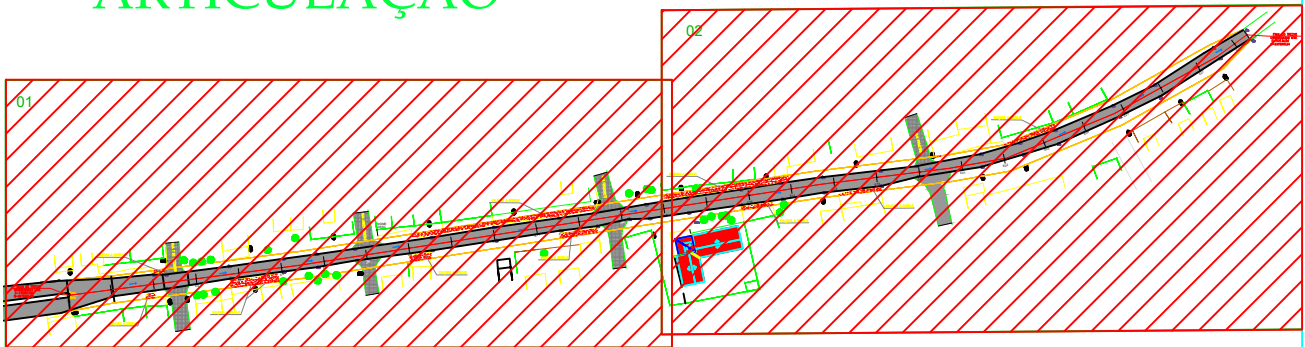
- MEIO FIO A IMPLANTAR
- PROJEÇÃO DA DUPLICAÇÃO
- CANALETA A IMPLANTAR
- MEIO FIO REBAIXADO

QUADRO RESUMO DA PAVIMENTAÇÃO

BAIRRO: CENTRO					
Nº	LOGRADOURO	DIMENSÕES (m)	ESTAGAS	COORDENADAS UTM	
				INÍCIO TRECHO	FINAL TRECHO
01	AVENIDA SÃO RAIMUNDO	EXTENSÃO=567,13 LARGURA=5,30	E0: E28+7,13	E=740587.89 N=9378495.73	E=741136.04 N=9378616.84



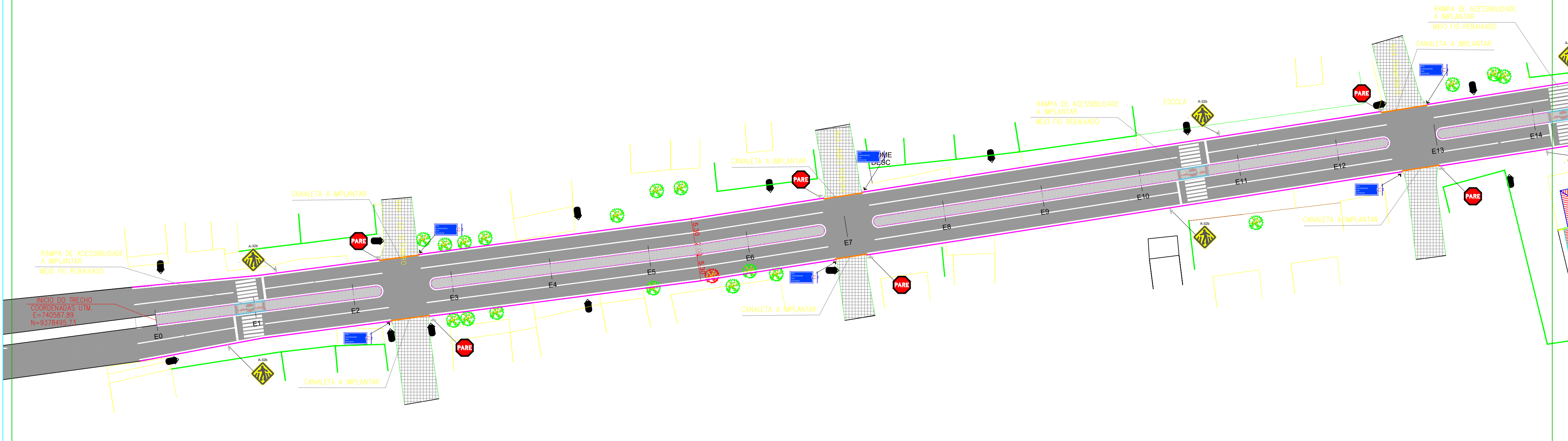
ARTICULAÇÃO



Trigo Quaresma Martins Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRALINHOS - PI		
PROJETO:	DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO		BAIRRO: CENTRO
CONTRATO DE REPASSE Nº:	=		ART: =
DESENHO:	PROJETO GEOMETRICO: PLANTA BAIXA DE SITUAÇÃO EXISTENTE		ESCALA: 1/500
PROJETISTA:	DADOS DE CAMPO: ARISTOMILDO	DESENHO/CAD: JANAIRY SOUSA	
	DATA: 2025	REV.: 00	FORMATO: A1
			PRANCHA Nº: PG 01/07

01



LEGENDA

ASfalto existente

Via sem pavimento

Paralelepípedo existente a permanecer

Árvore existente a remover

Cerca

Muro

Edificações

Árvore existente

Poste/Luminária

Eixo

Fluxo da água

LEGENDA

Meio fio a implantar

Projeção da duplicação

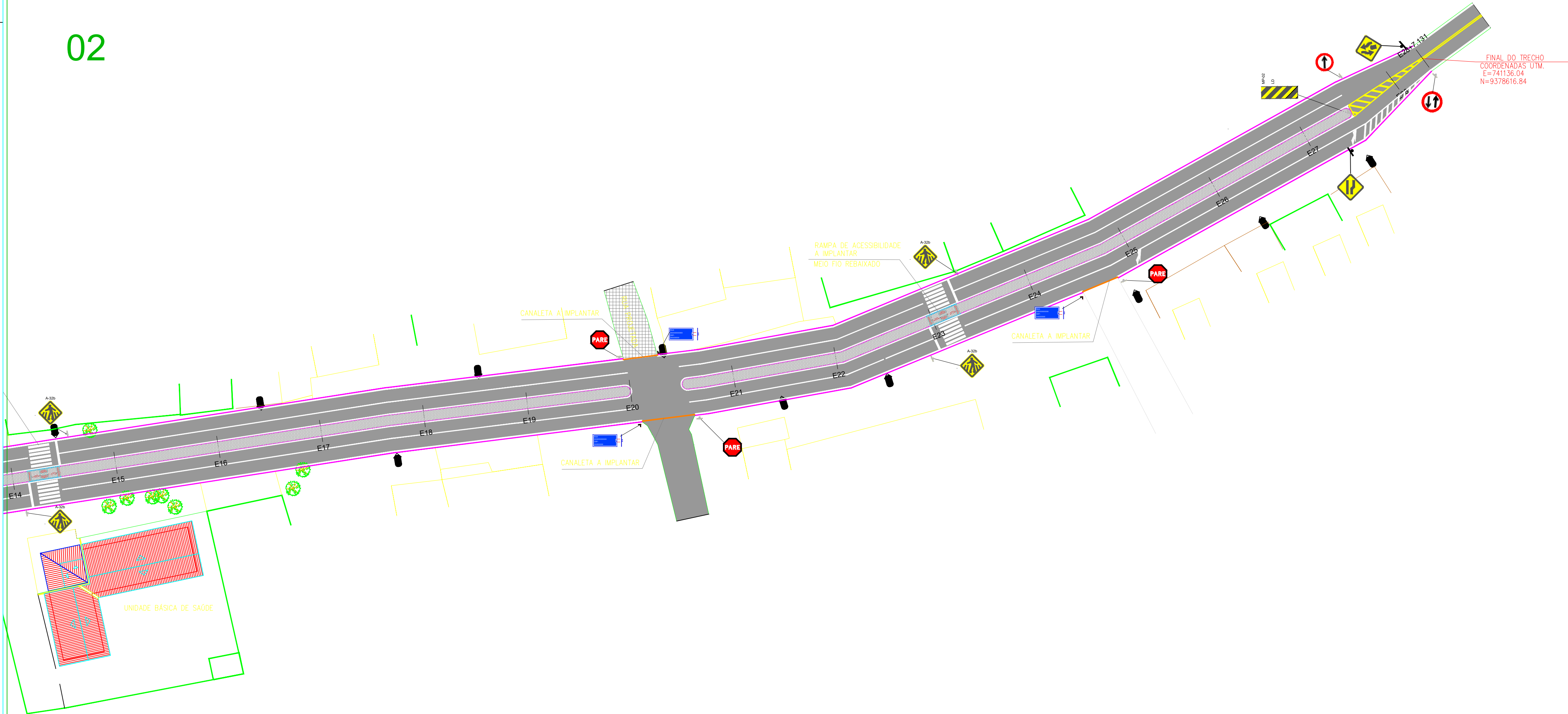
Canaleta a implantar

Meio fio rebaixado

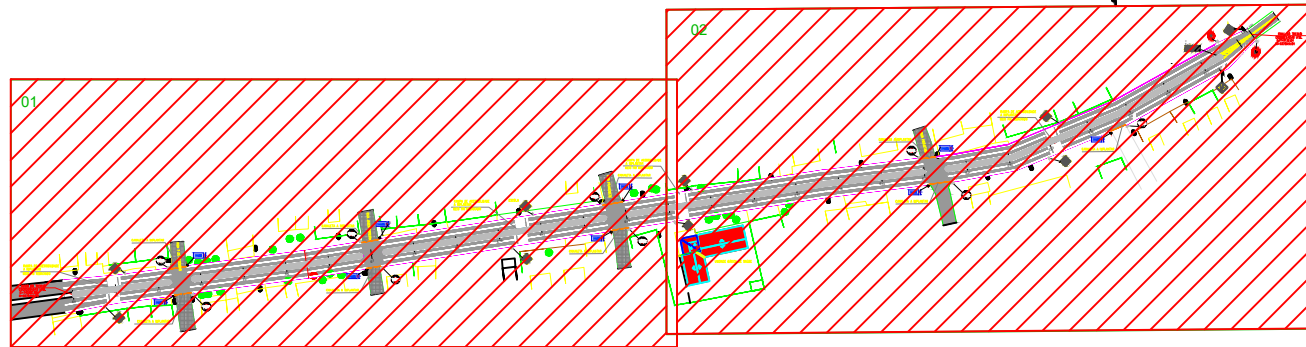
QUADRO RESUMO DA PAVIMENTAÇÃO

BAIRRO: CENTRO					
Nº	LOGRADOURO	DIMENSÕES (m)	ESTAGAS	COORDENADAS UTM	
01	AVENIDA SÃO RAIMUNDO	EXTENSÃO=567,13 LARGURA=5,30	E0 E28+7,13	INÍCIO TRECHO E=740587,89 N=9378495,73	FINAL TRECHO E=741136,04 N=9378616,84

02



ARTICULAÇÃO



Eng. Civil
CREA 190079219-2

CLIENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRALINHOS - PI

PROJETO:

DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO

CONTRATO DE REPASSE Nº:

=

DESENHO:

PROJETO GEOMÉTRICO- PLANTA BAIXA DA DUPLICAÇÃO DE AVENIDA SÃO FRANCISCO

PROJETISTA:

BAIRRO:

CENTRO

ART:

=

ESCALA:

1/500

DESENHO/CAD:

JANAIRY SOUSA

DADOS DE CAMPO:

ARISTOMILDO

DATA:

2025

REV.:

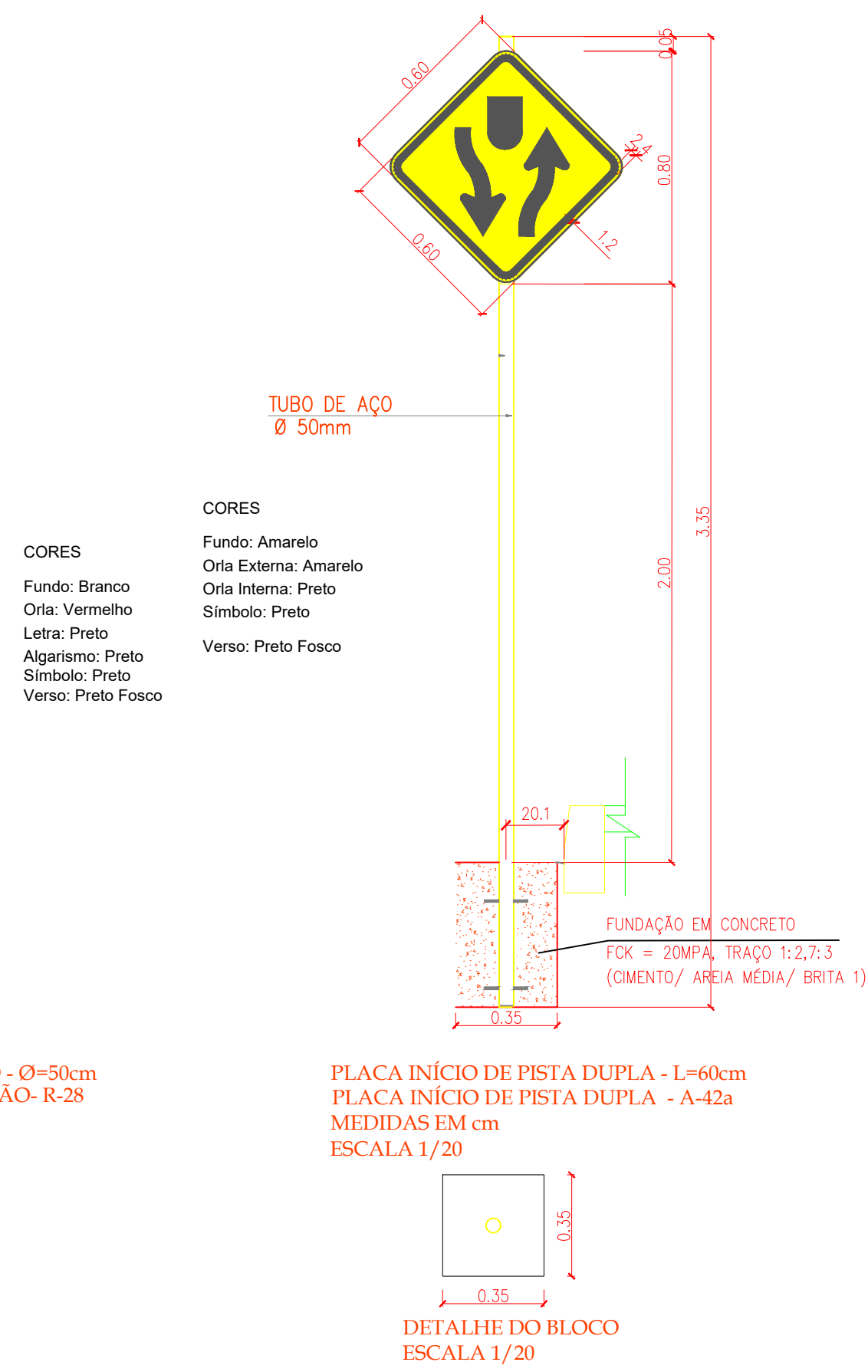
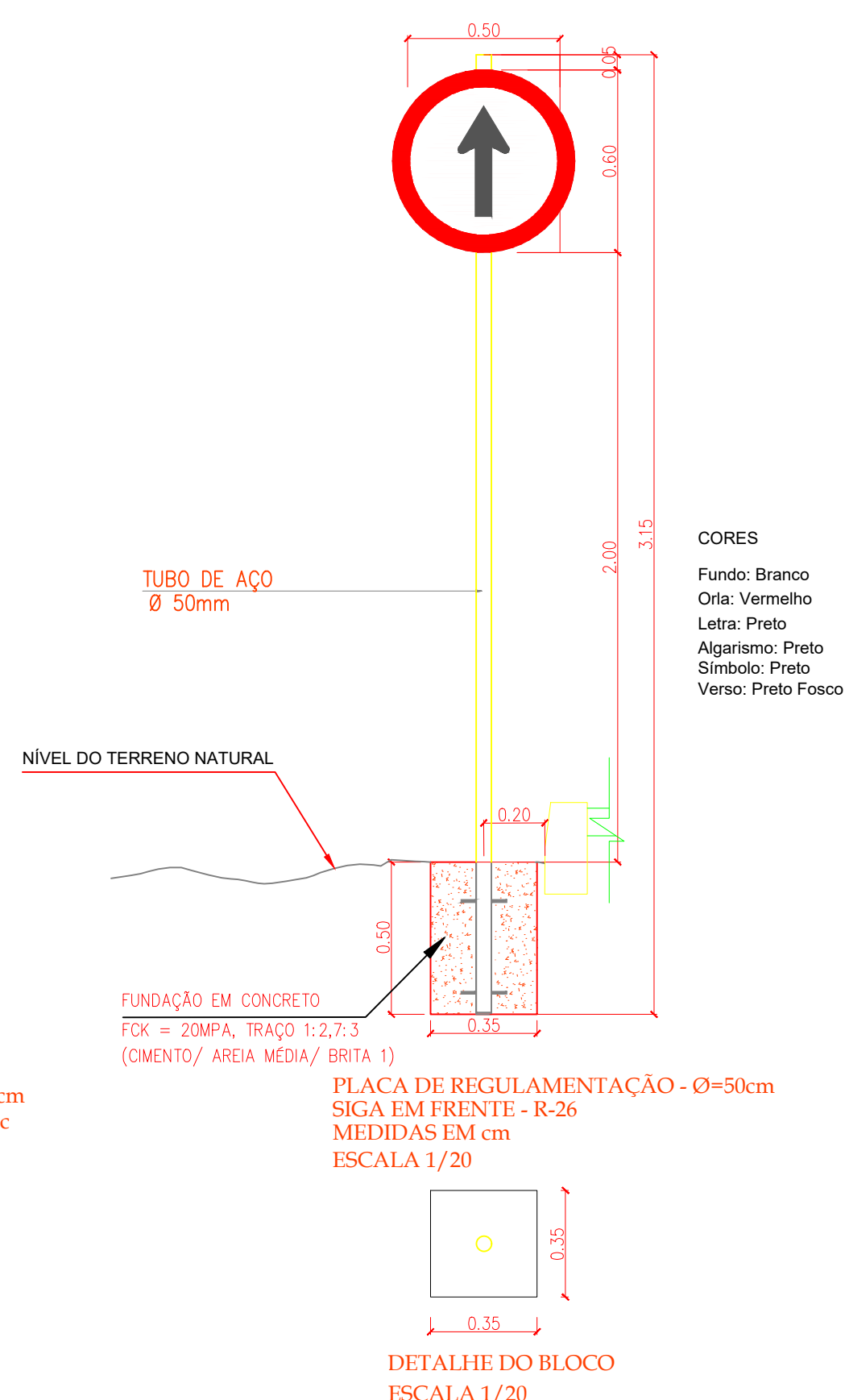
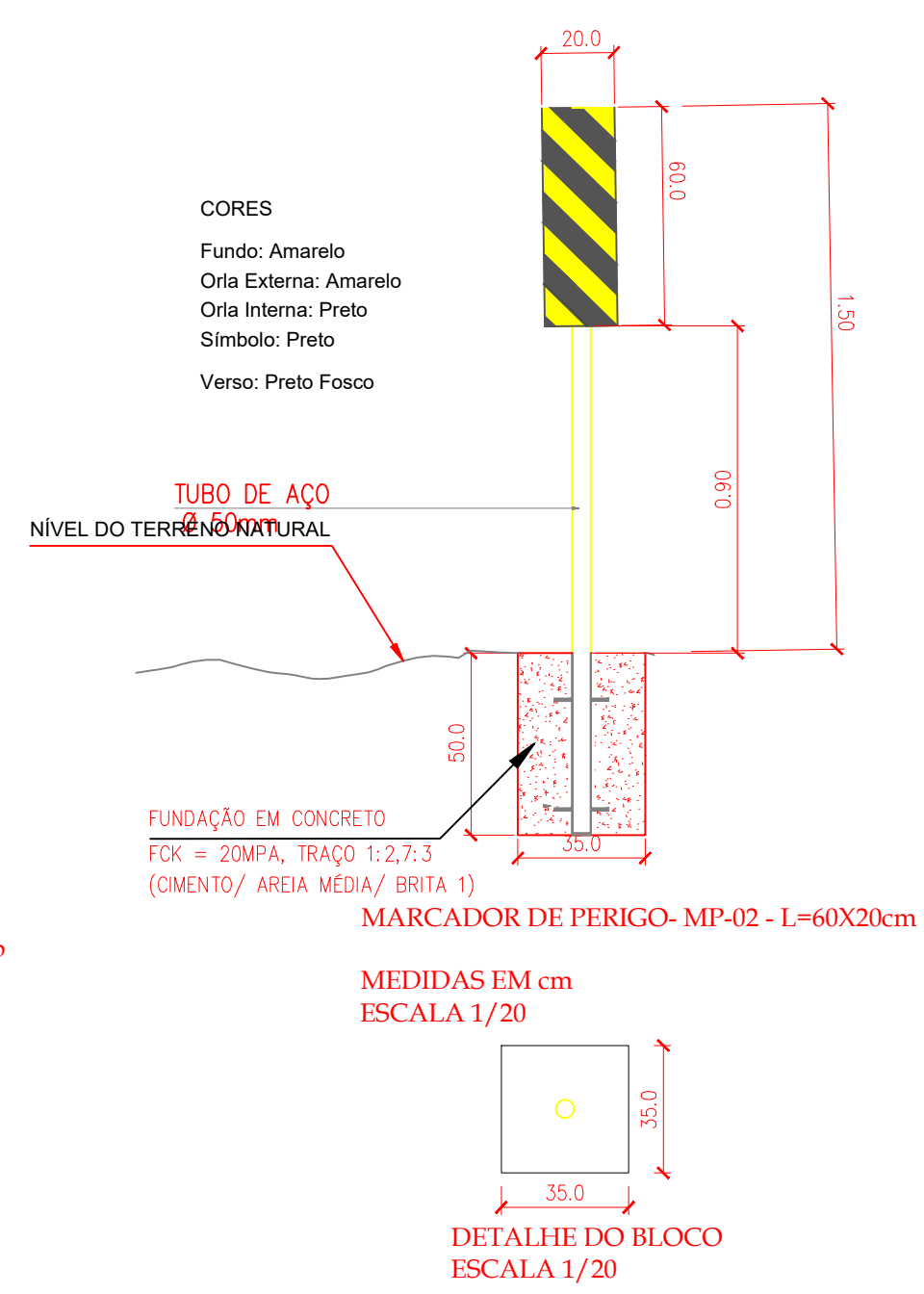
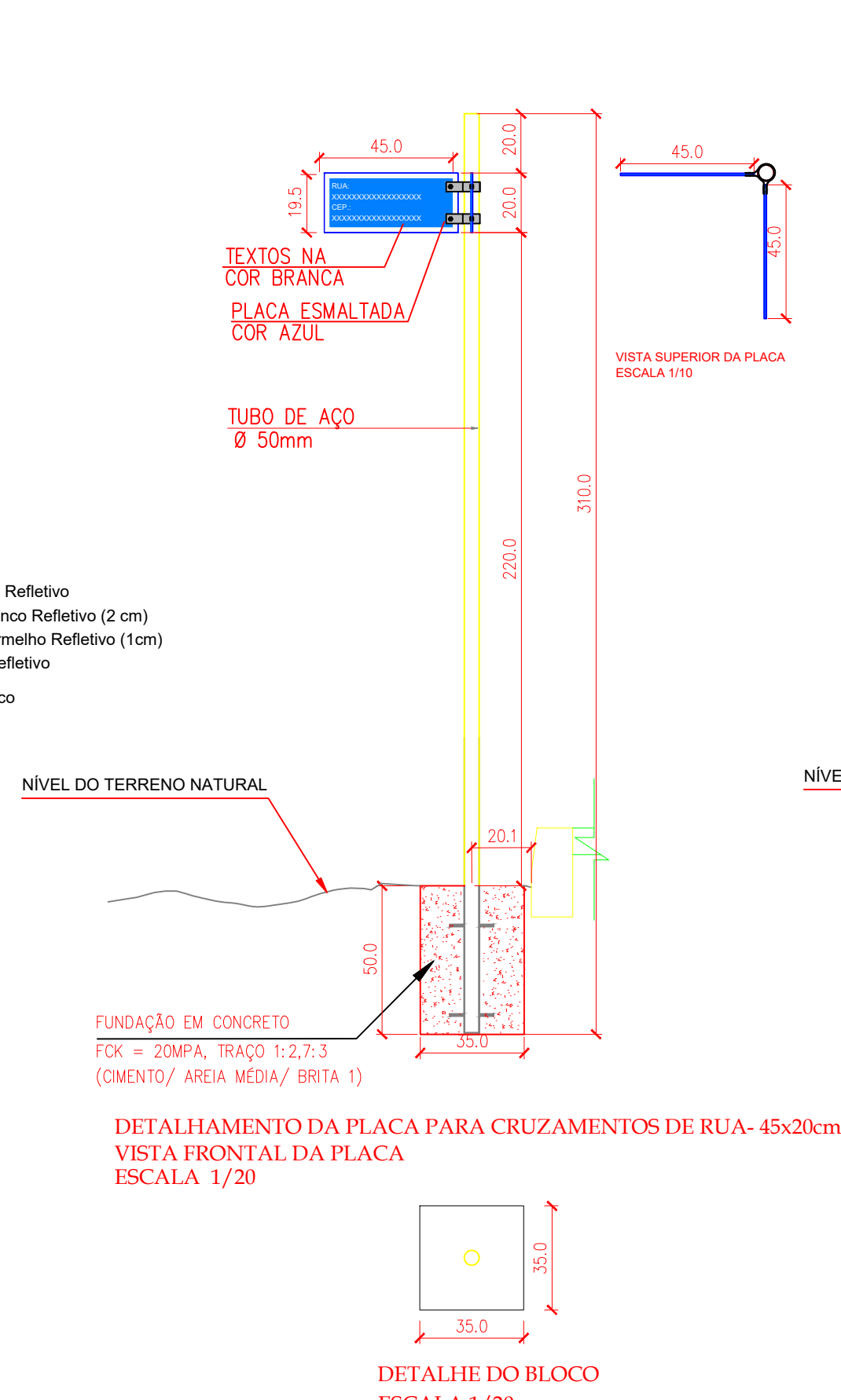
00

FORMATO:

A1

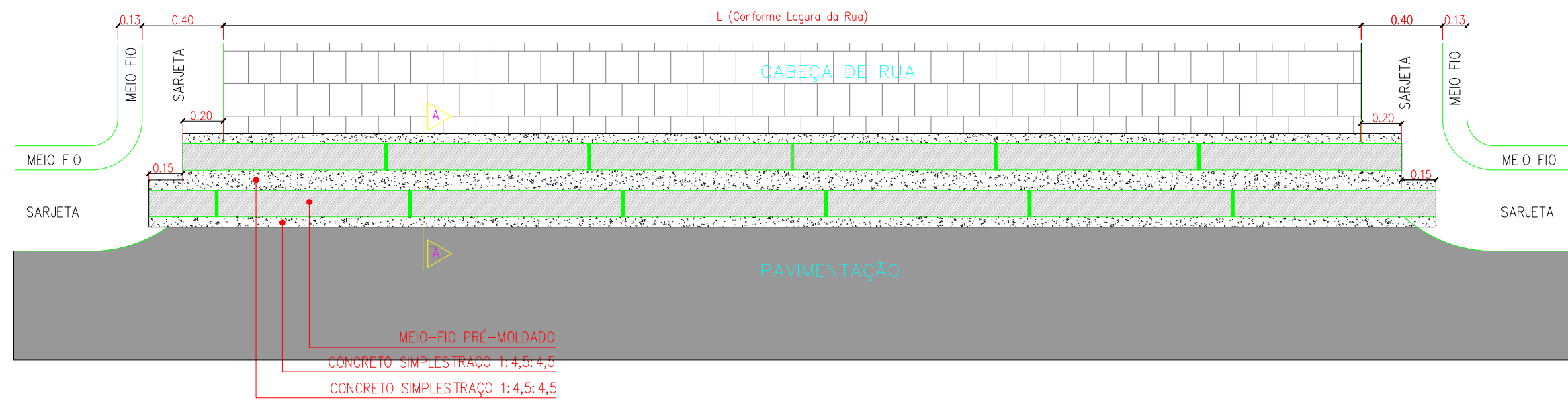
PRANCHA Nº:

PG 02/07

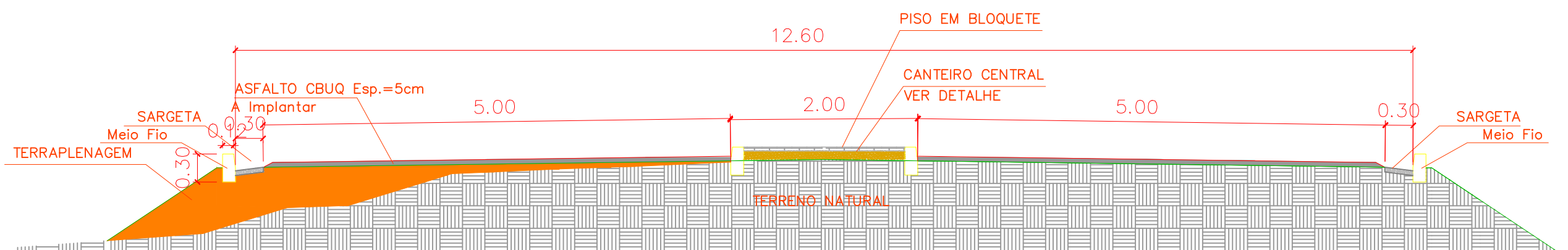
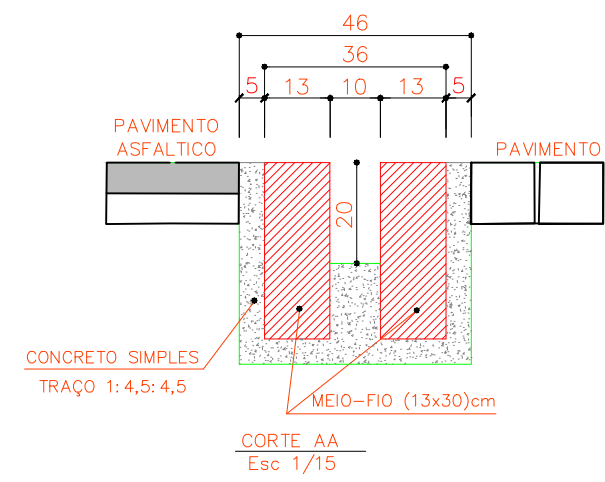



 Tiago Queiroz Madeira Campos
 Eng. Civil
 CREA 190079219-2

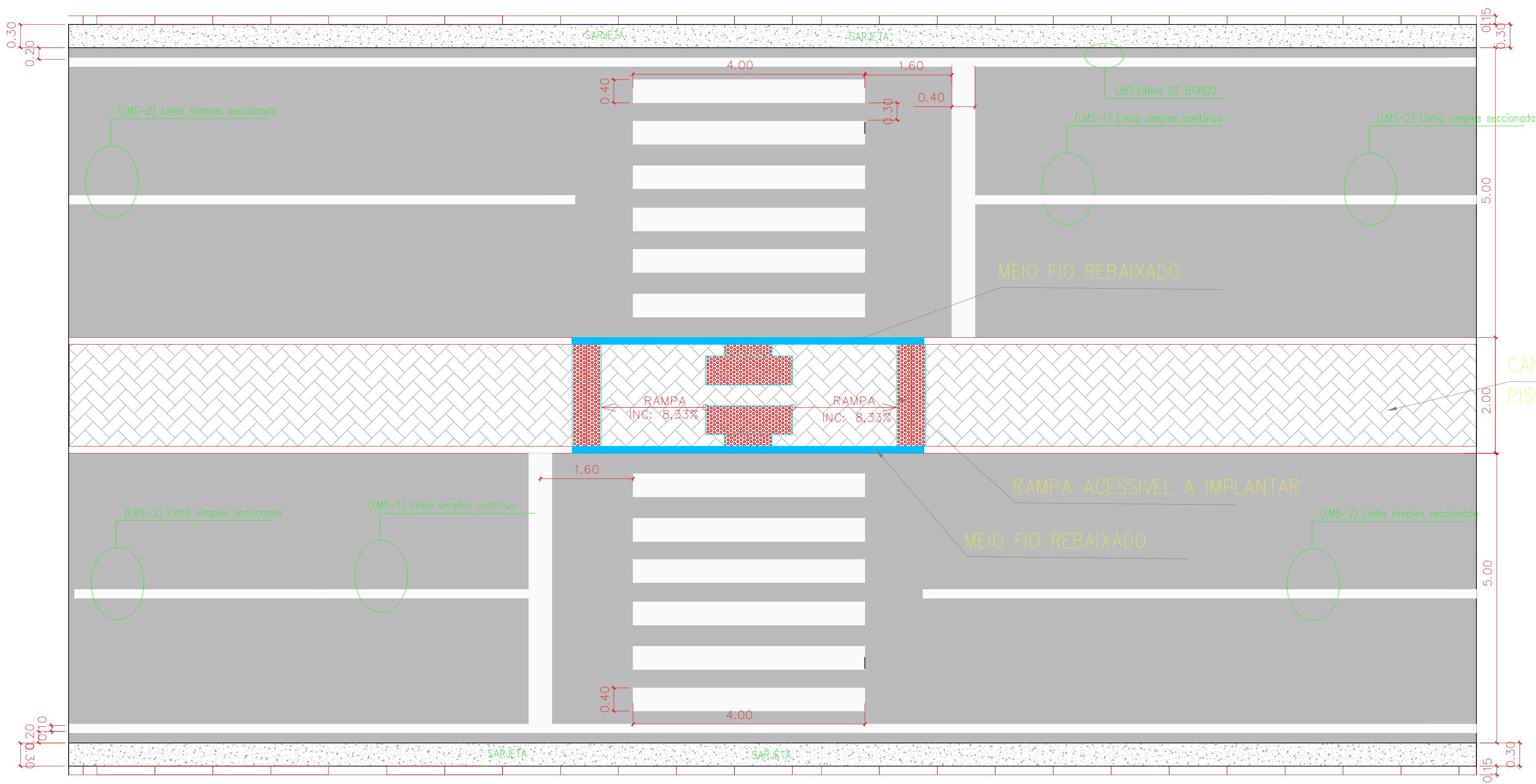




PLANTA BAIXA DA CANALETA
ESCALA 1/25



DETALHES - SEÇÃO - TIPO DE IMPLANTAÇÃO
ESCALA 1/50



DETALHES - FAIXA DE PEDESTRE E RAMPA DE ACESSIBILIDADE
ESCALA 1/50

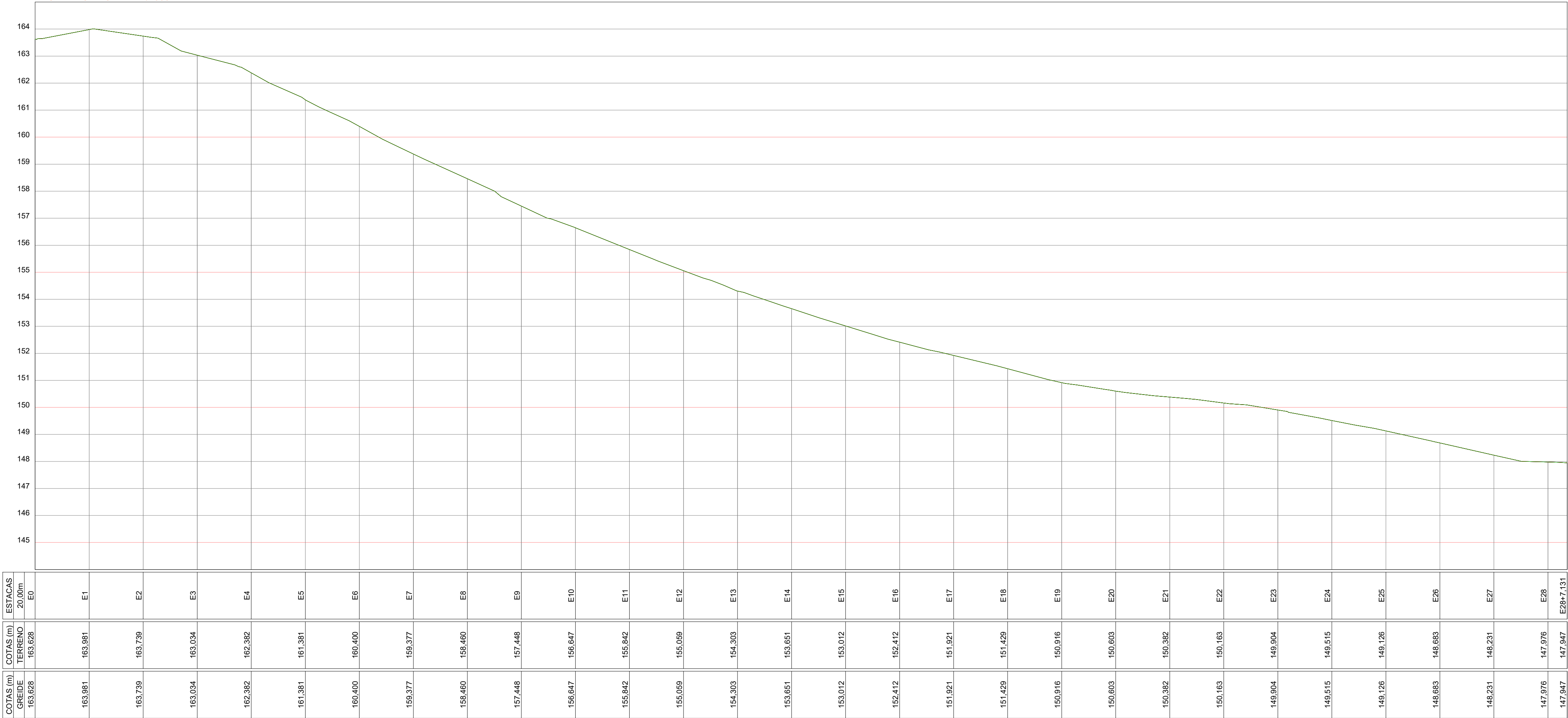
CANTEIRO CENTRAL A IMPLANTAR
PISO EM BLOQUETE A IMPLANTAR

PLACA	NÚMERO	DIMENSÃO (cm)	QUANT.
	R-1	L=25cm	09
PLACA	NÚMERO	DIMENSÃO (cm)	QUANT.
	-	-	09
PLACA	NÚMERO	DIMENSÃO (cm)	QUANT.
	A-32b	60X60cm	08
PLACA	NÚMERO	DIMENSÃO (cm)	QUANT.
	A-21c	60X60cm	01
PLACA	NÚMERO	DIMENSÃO (cm)	QUANT.
	A-42a	60X60cm	01
PLACA	NÚMERO	DIMENSÃO (cm)	QUANT.
	R-28	50cm	01
PLACA	NÚMERO	DIMENSÃO (cm)	QUANT.
	R-26	50cm	01
PLACA	NÚMERO	DIMENSÃO (cm)	QUANT.
	MP-02	-	01

Eng. Civil
CREA 190079219-2

CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRALINHOS - PI		
PROJETO:	DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO	BAIRRO:	CENTRO
CONTRATO DE REPASSE Nº:	=	ART:	=
DESENHO:	PROJETO GEOMETRICO: DETALHES DE SINALIZAÇÃO E SEÇÕES TIPO	ESCALA:	INDICADAS
PROJETISTA:	DADOS DE CAMPO: ARISTOMILDO	DESENHO/CAD:	JANAIRY SOUSA
DATA:	2025	REV.:	00
FORMATO:	A1	PRANCHA Nº:	PG 04/07

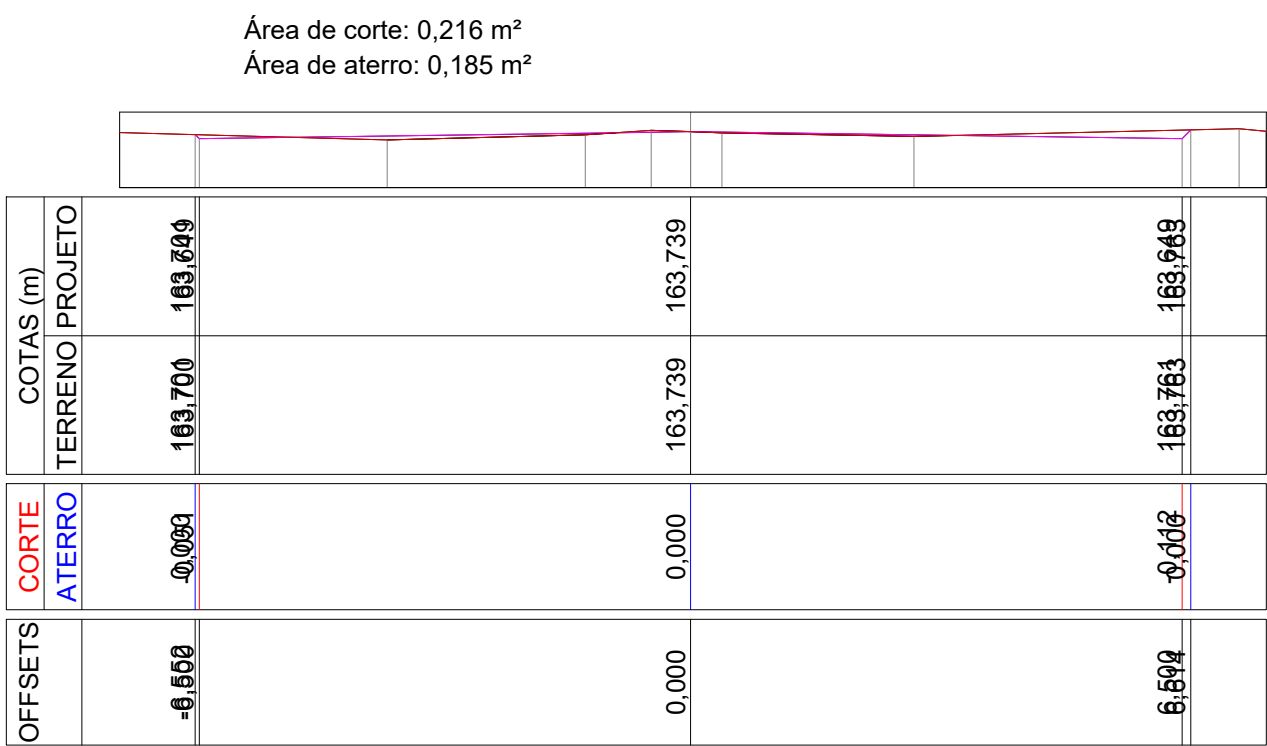
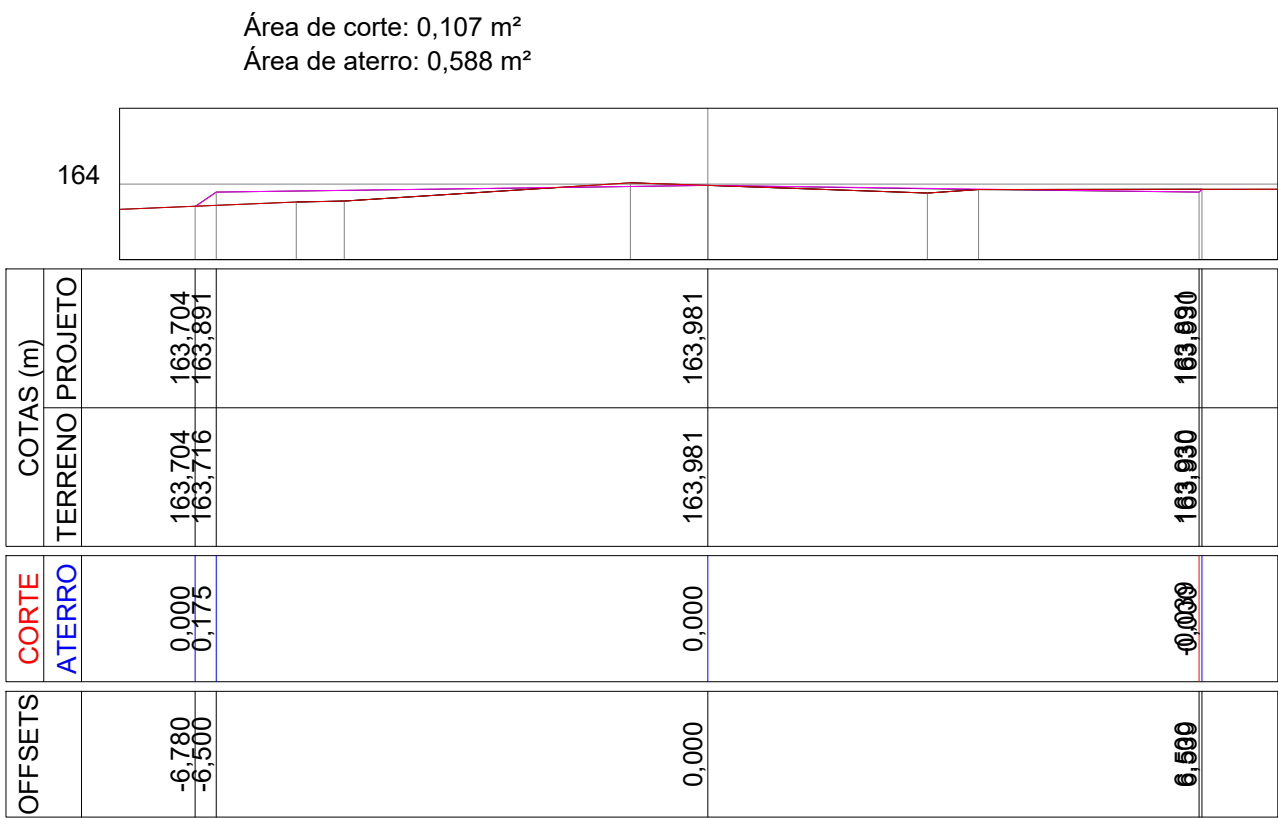
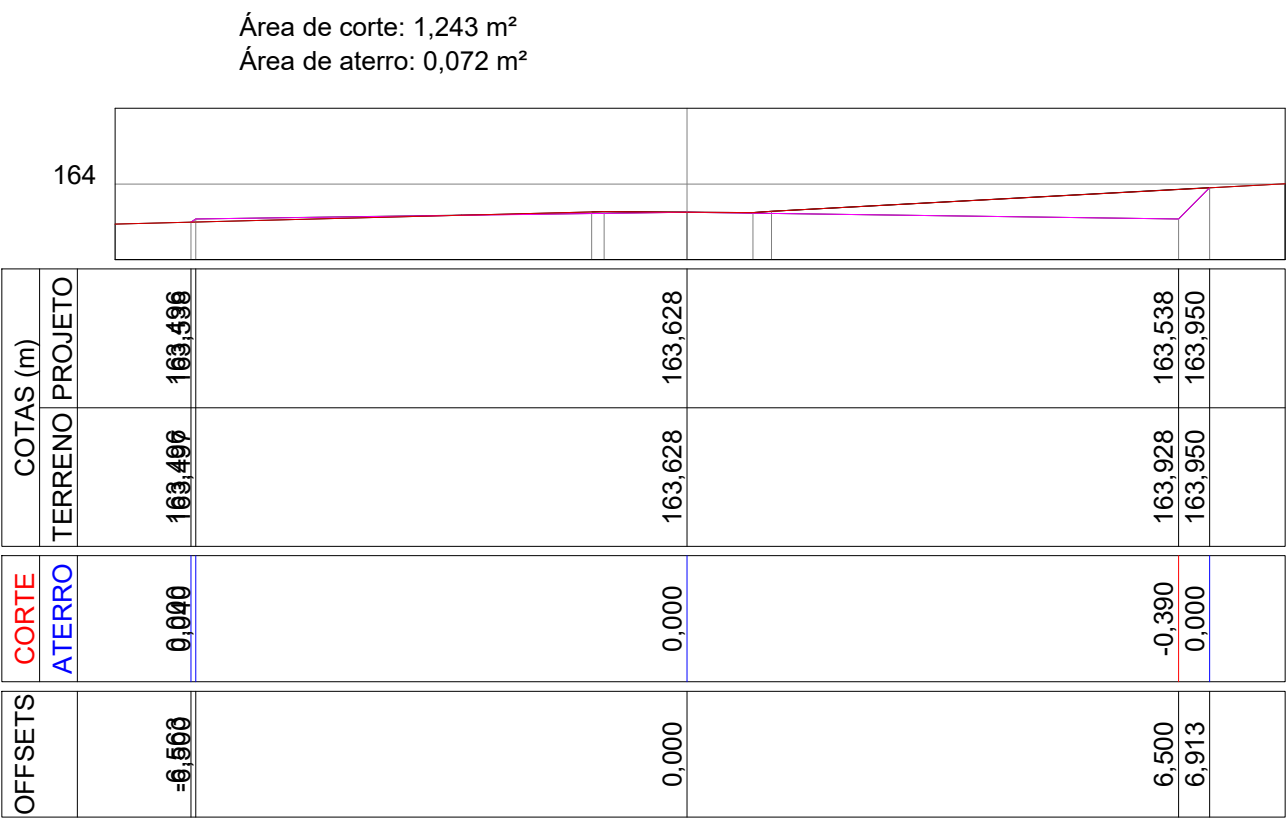
PERFIL LONGITUDINAL
AVENIDA SÃO RAIMUNDO
ESCALA VERTICAL: 1/100
ESCALA HORIZONTAL: 1/1000



E0

E1

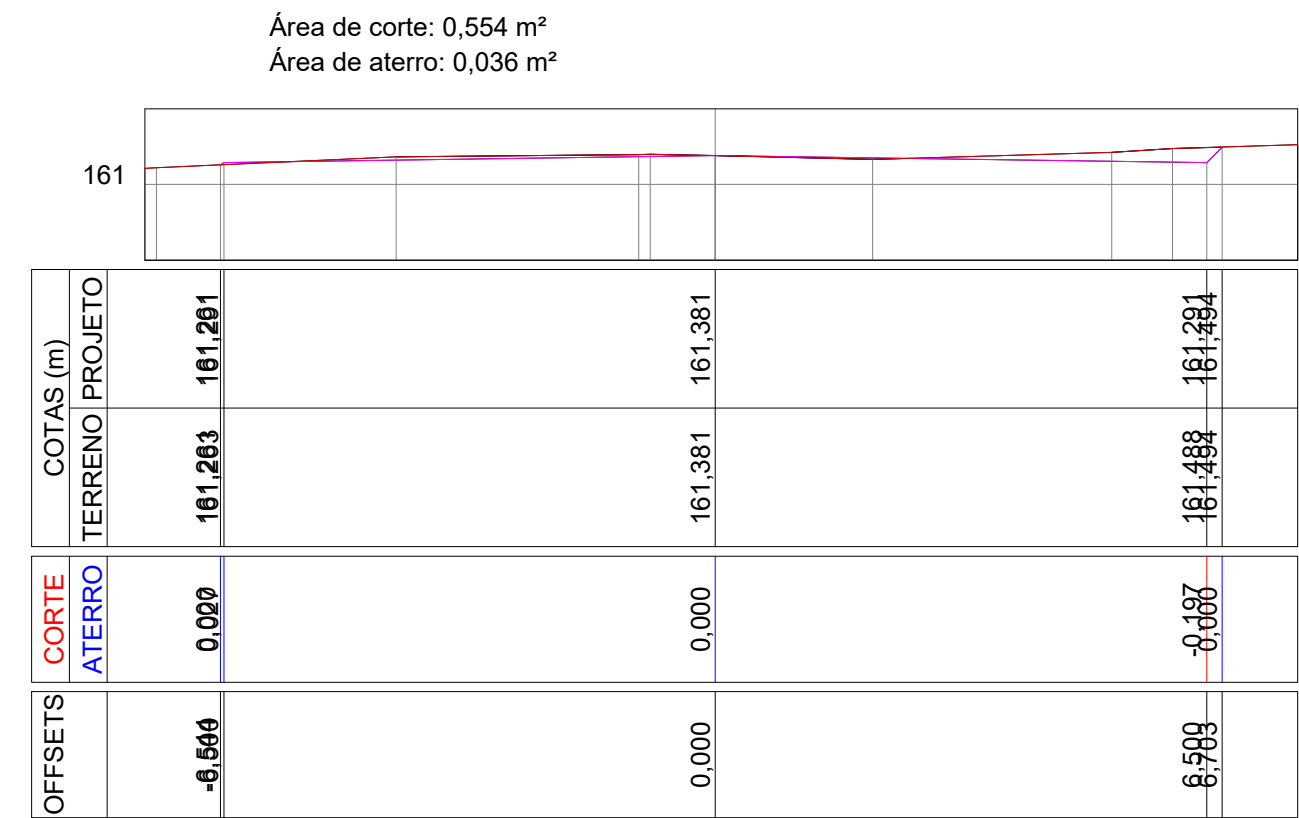
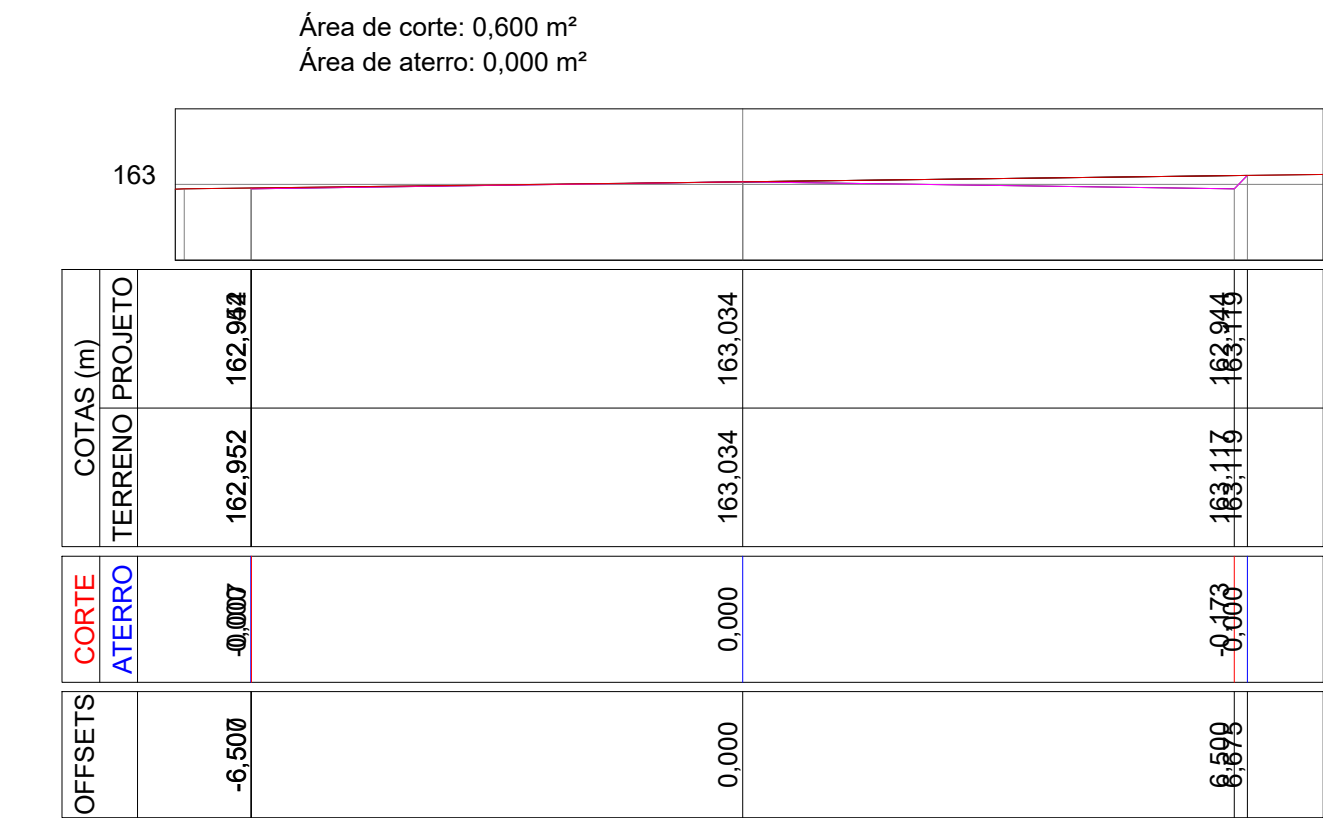
E2



E3

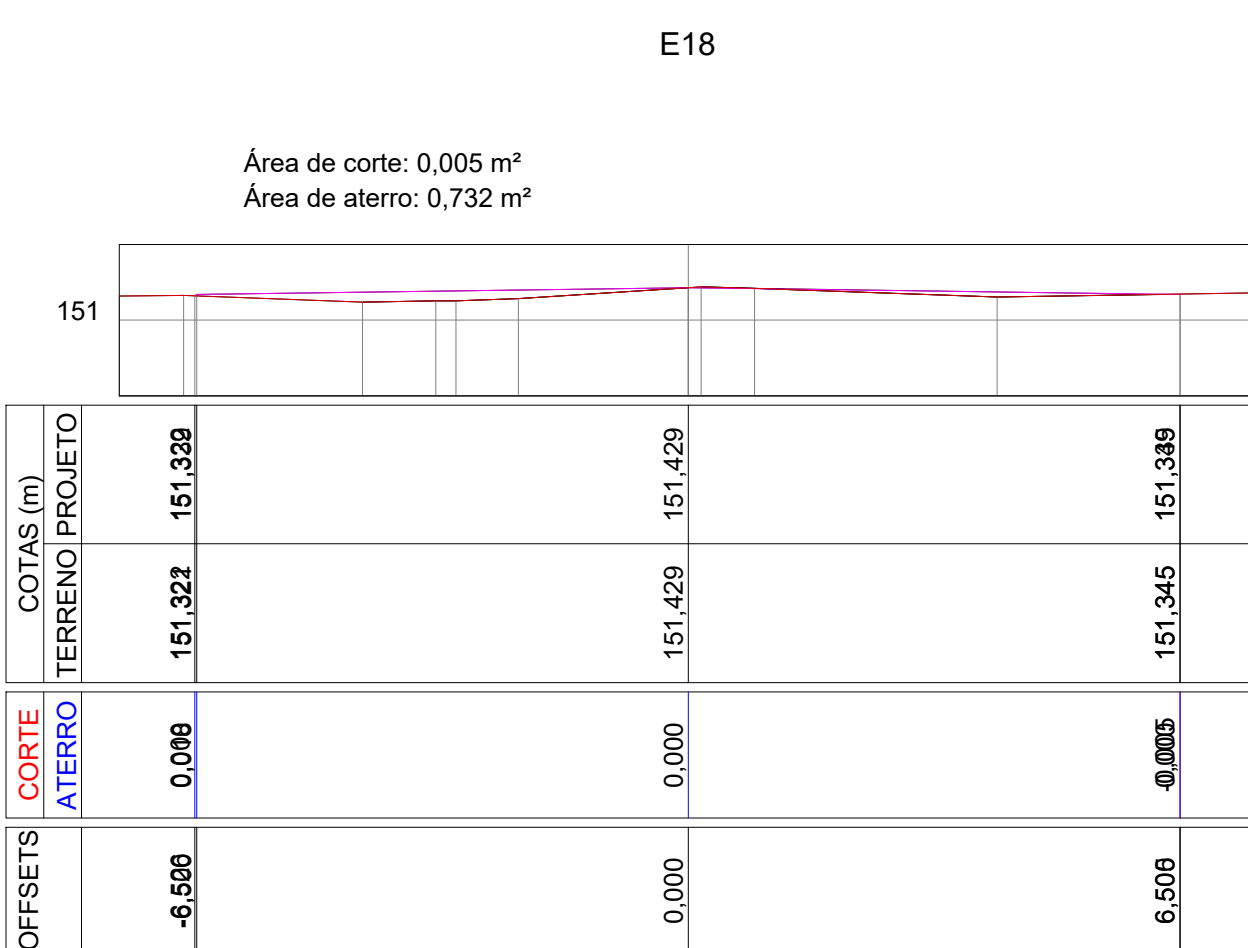
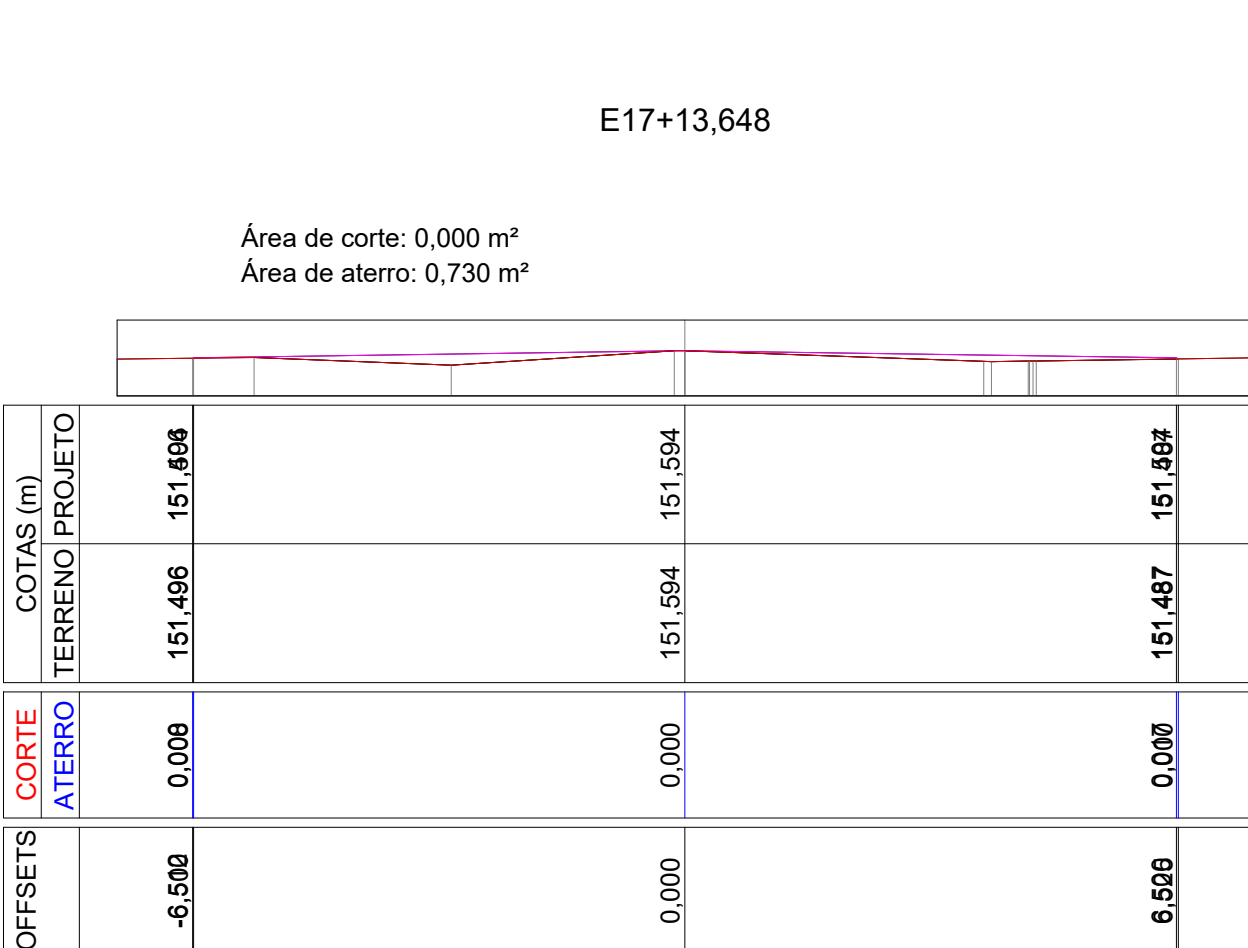
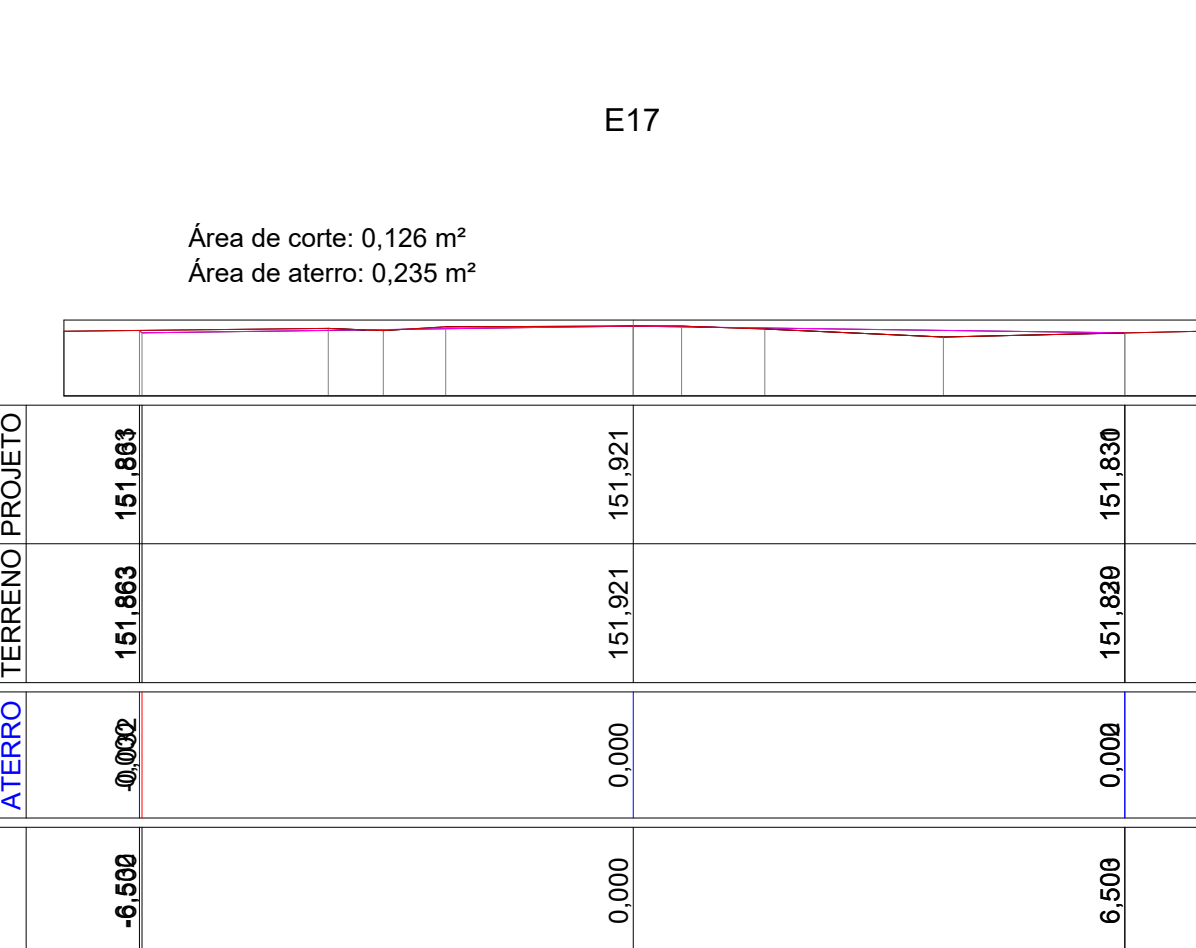
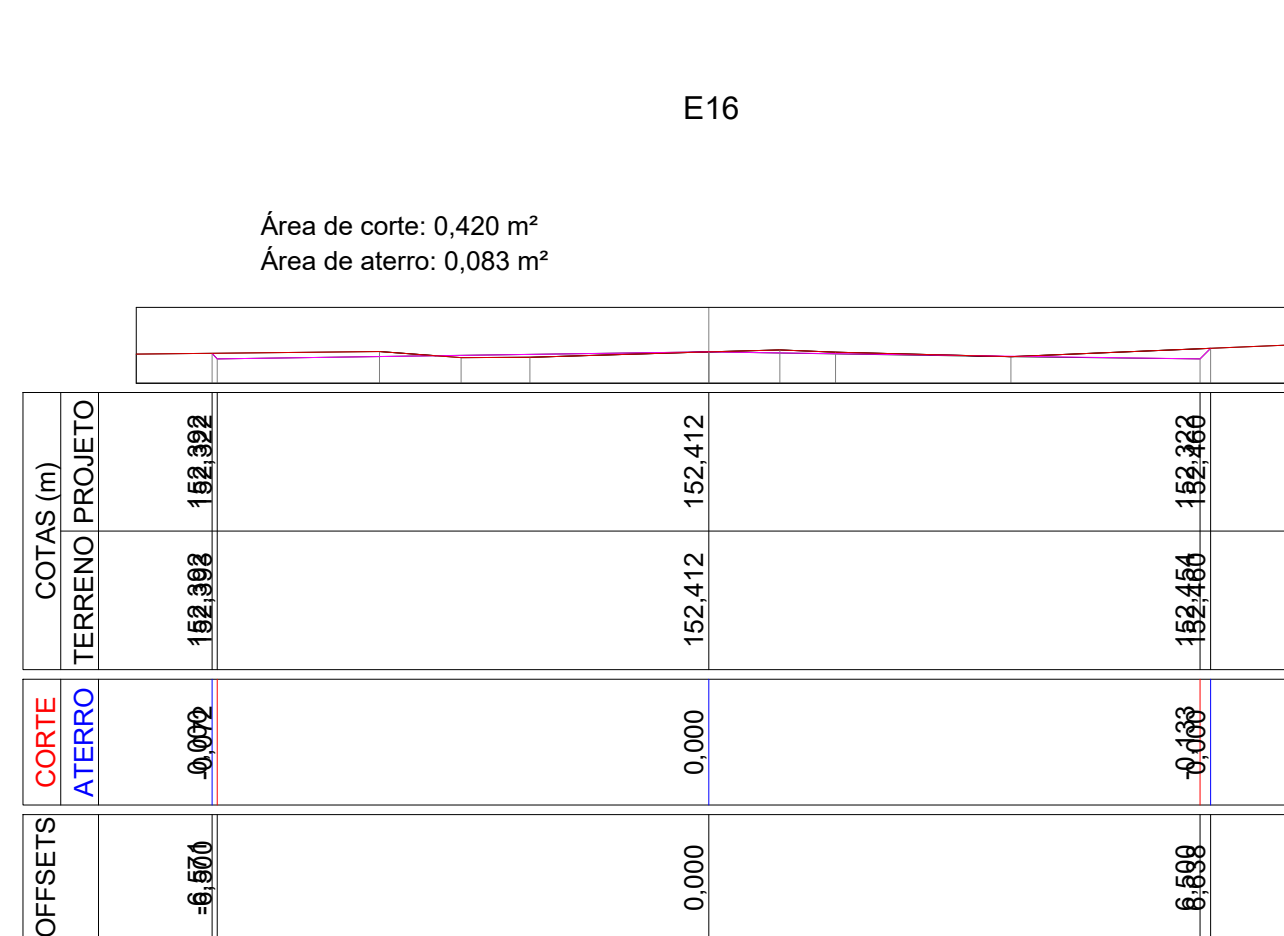
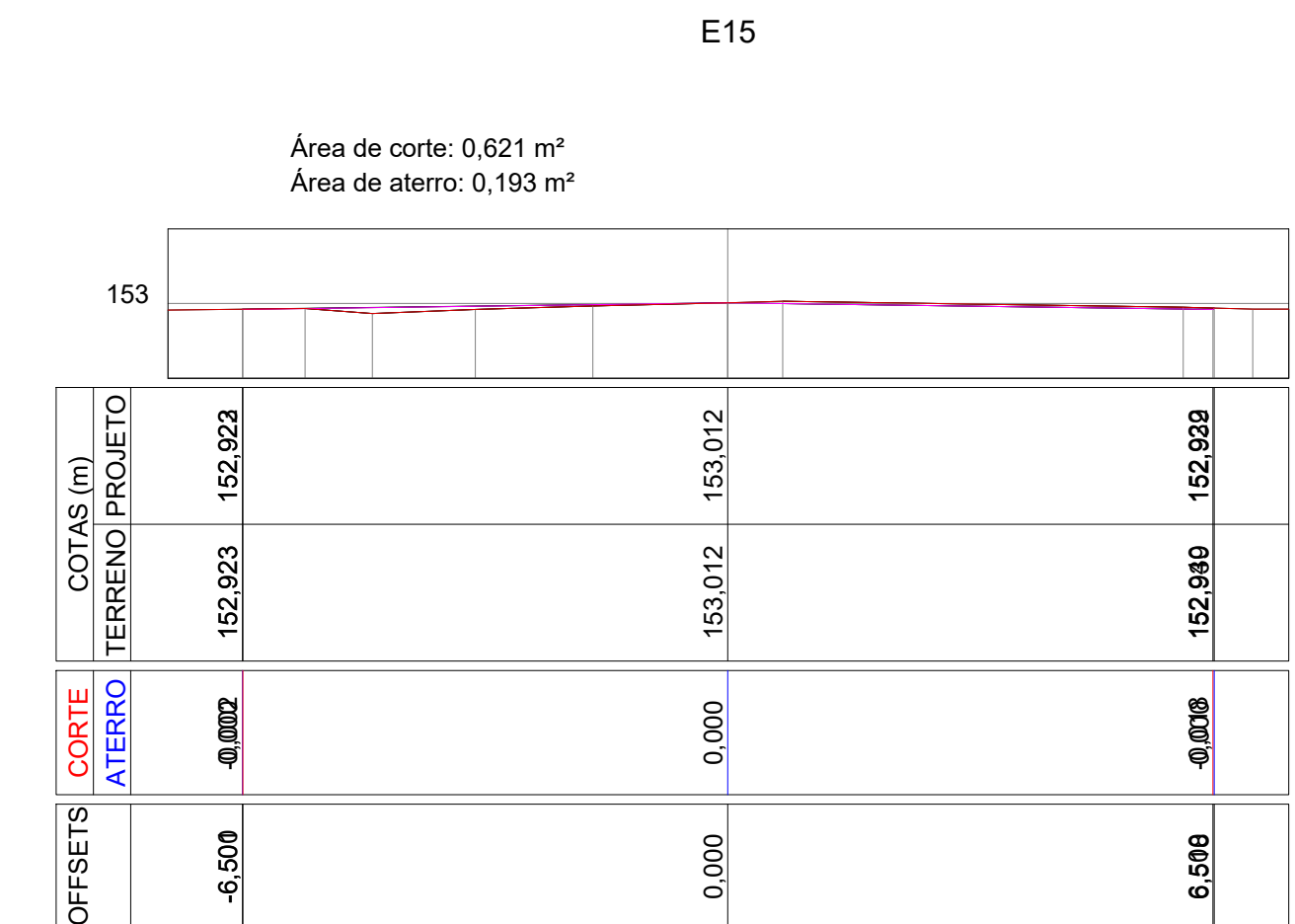
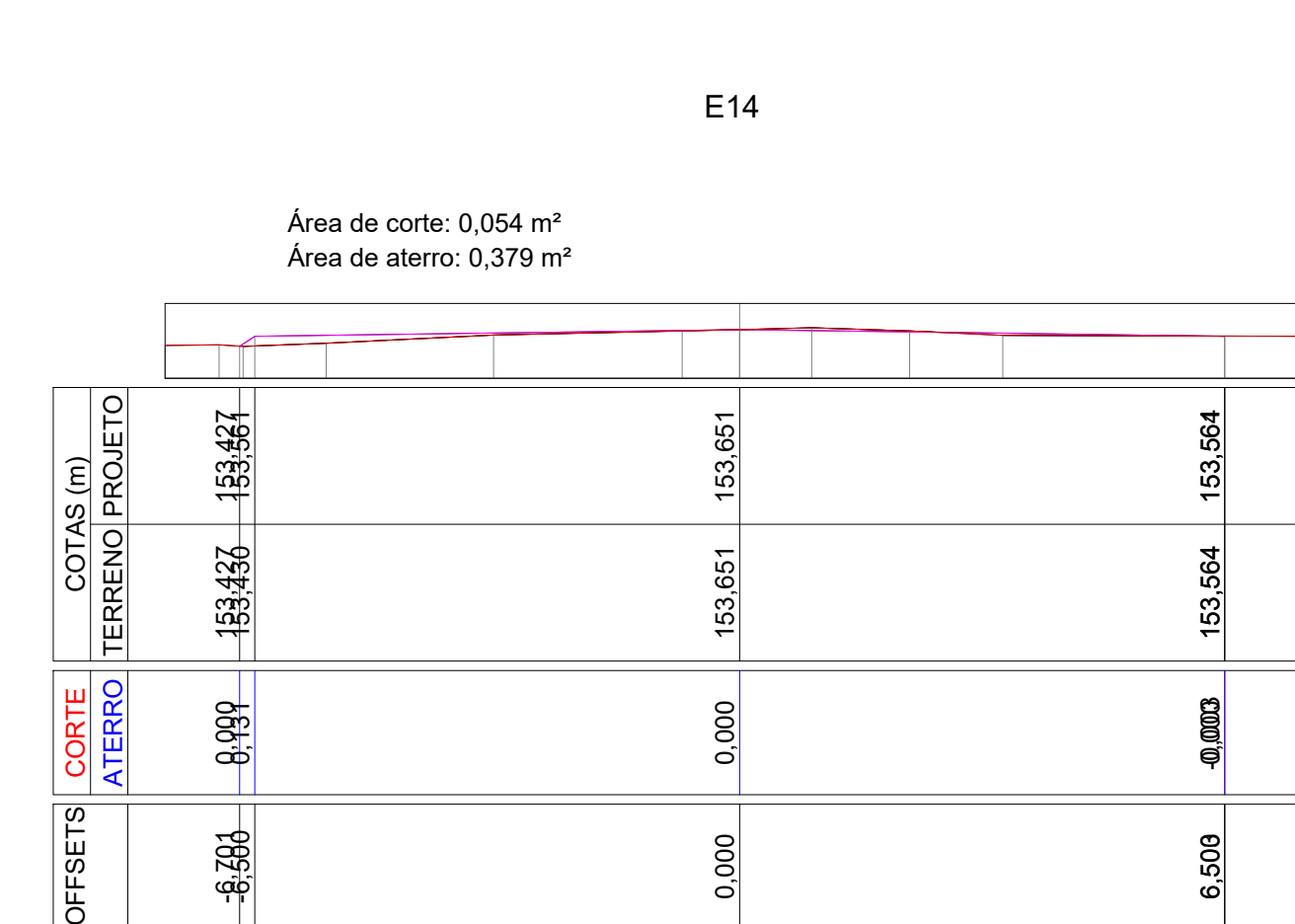
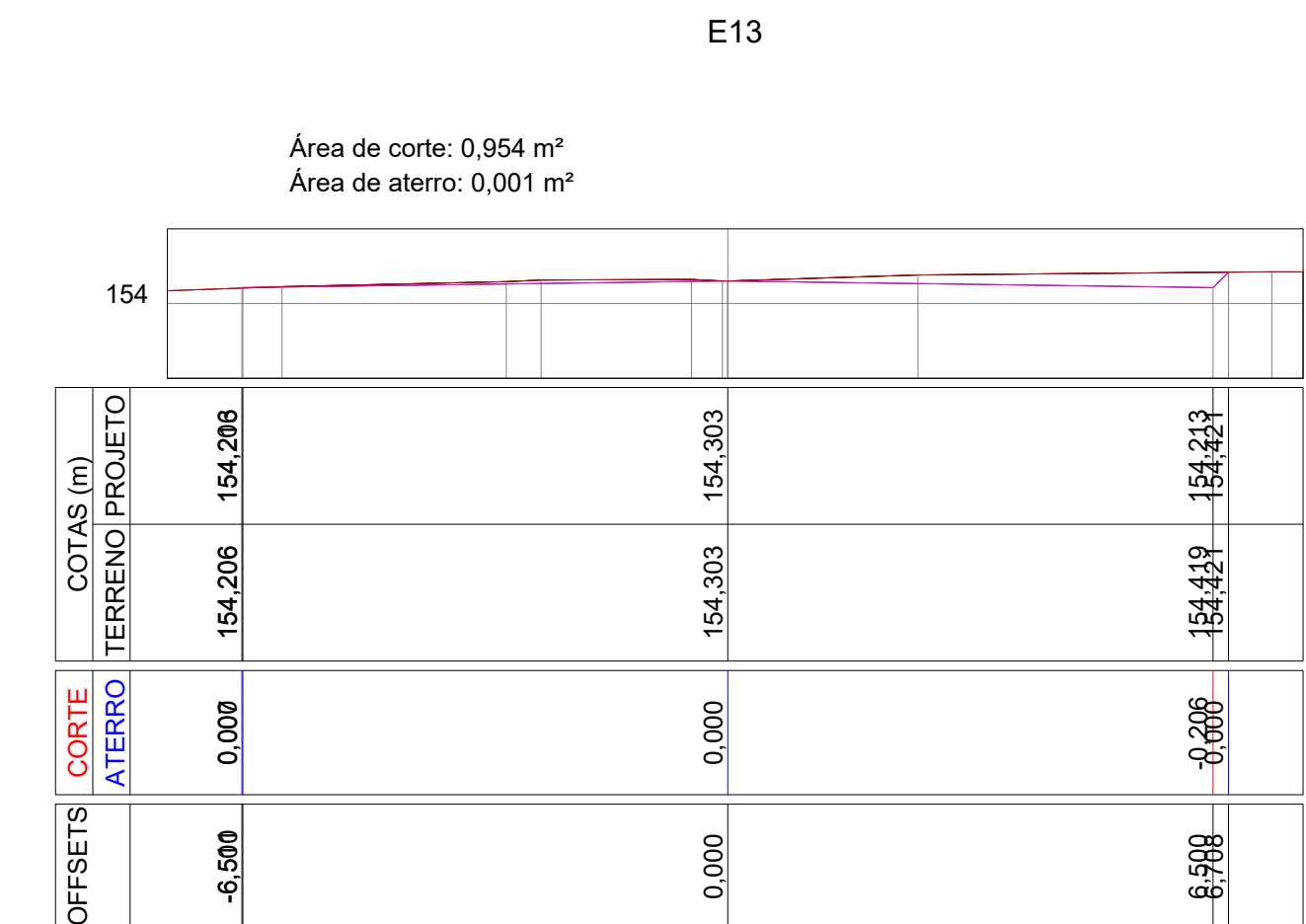
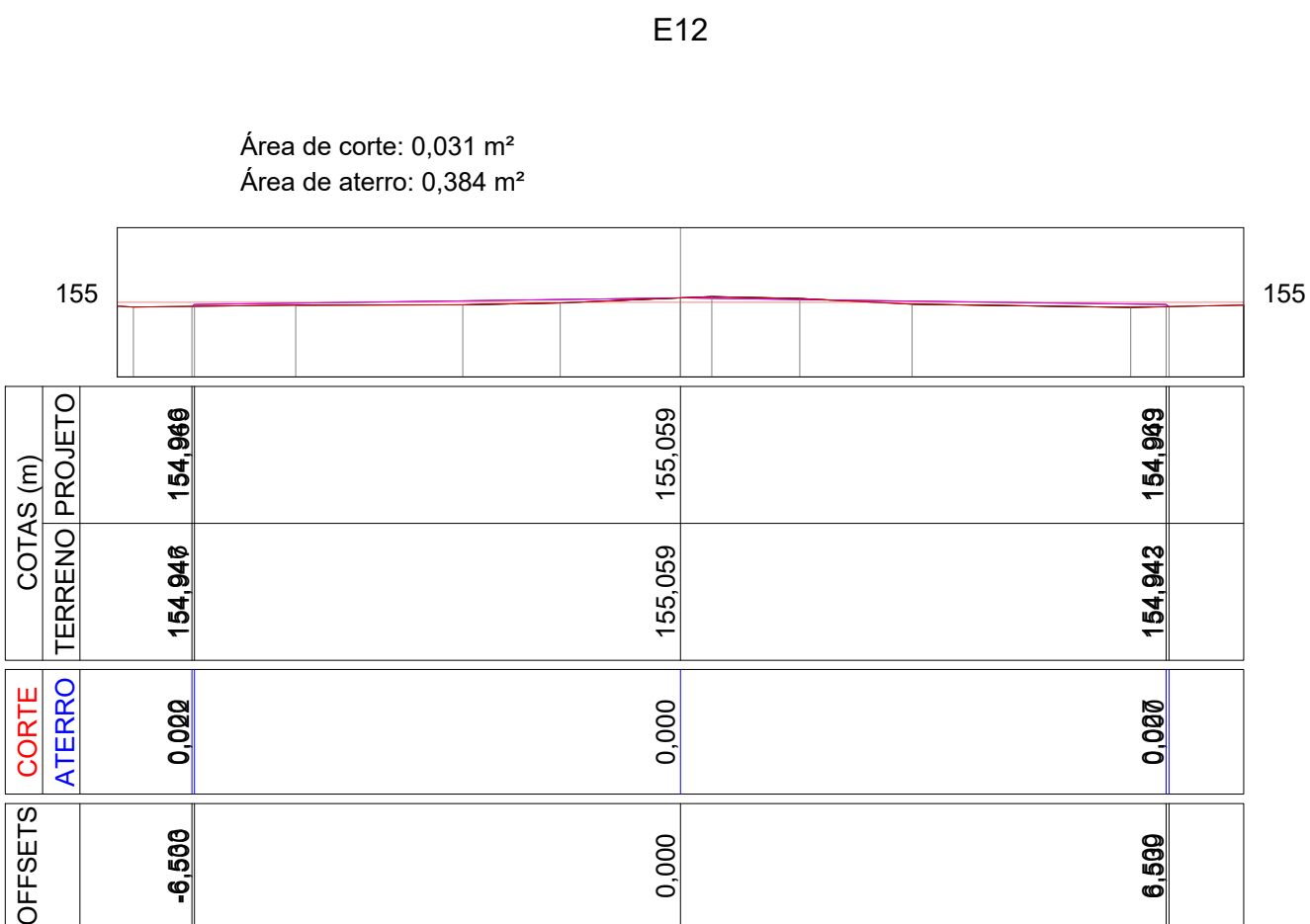
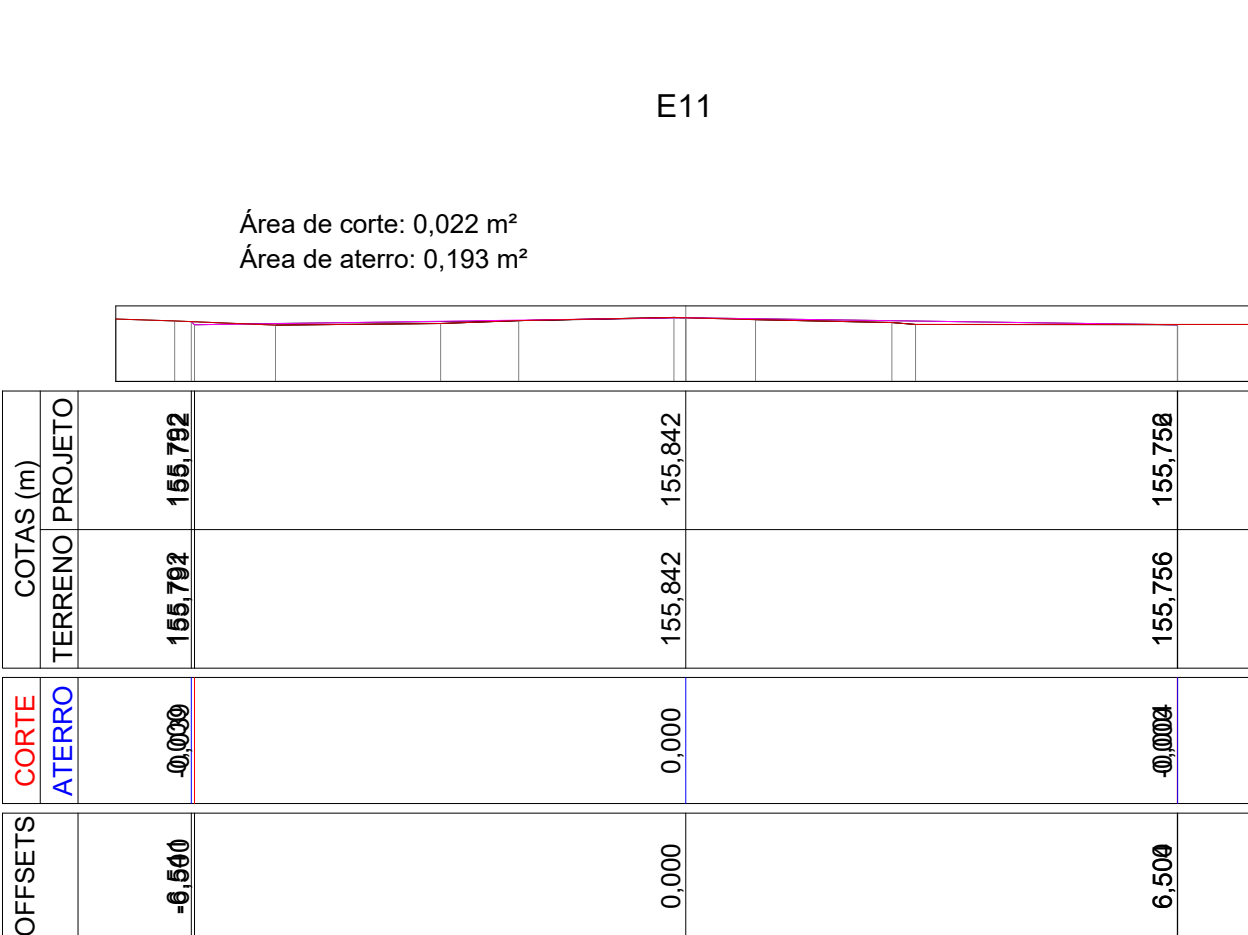
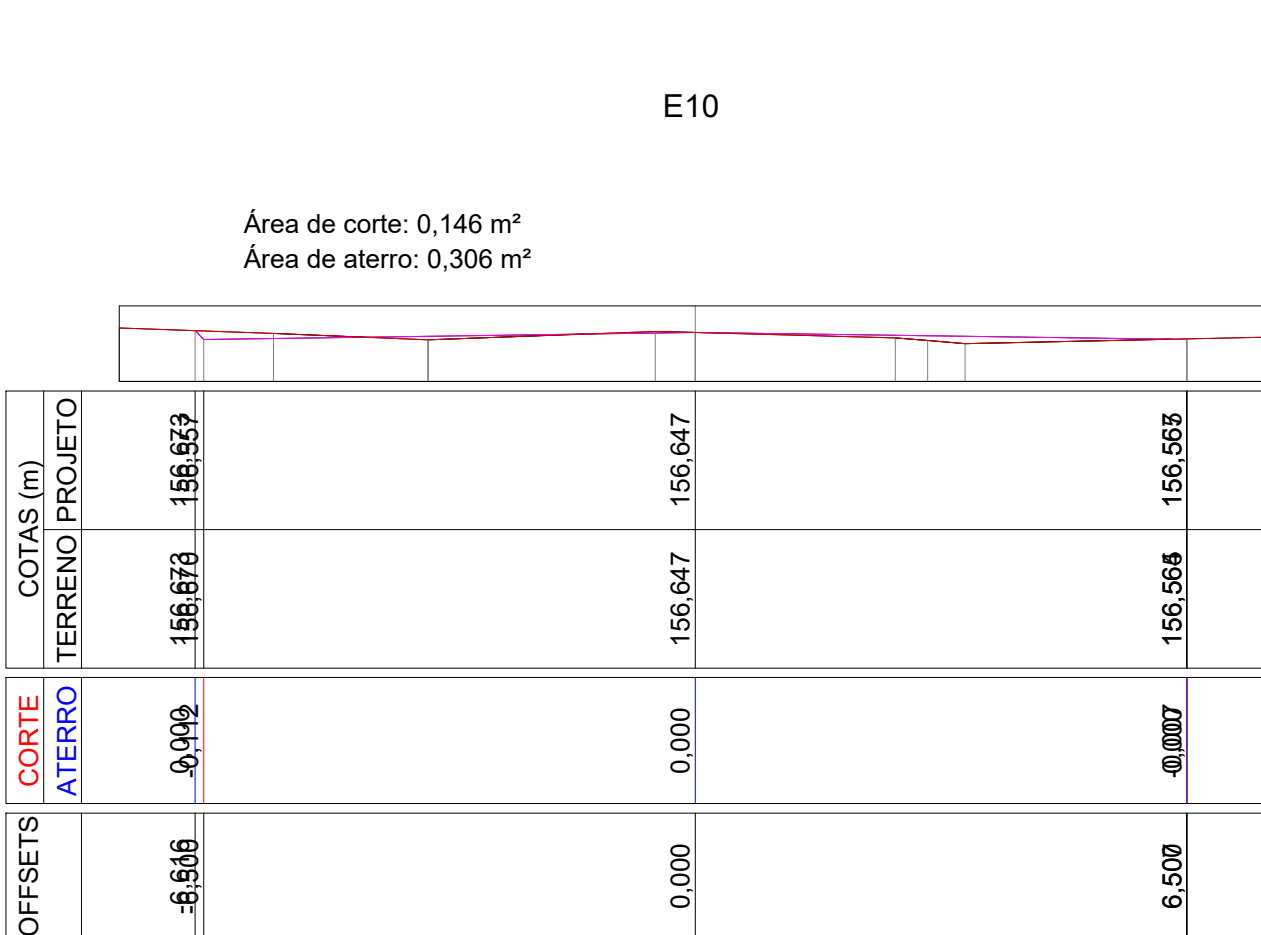
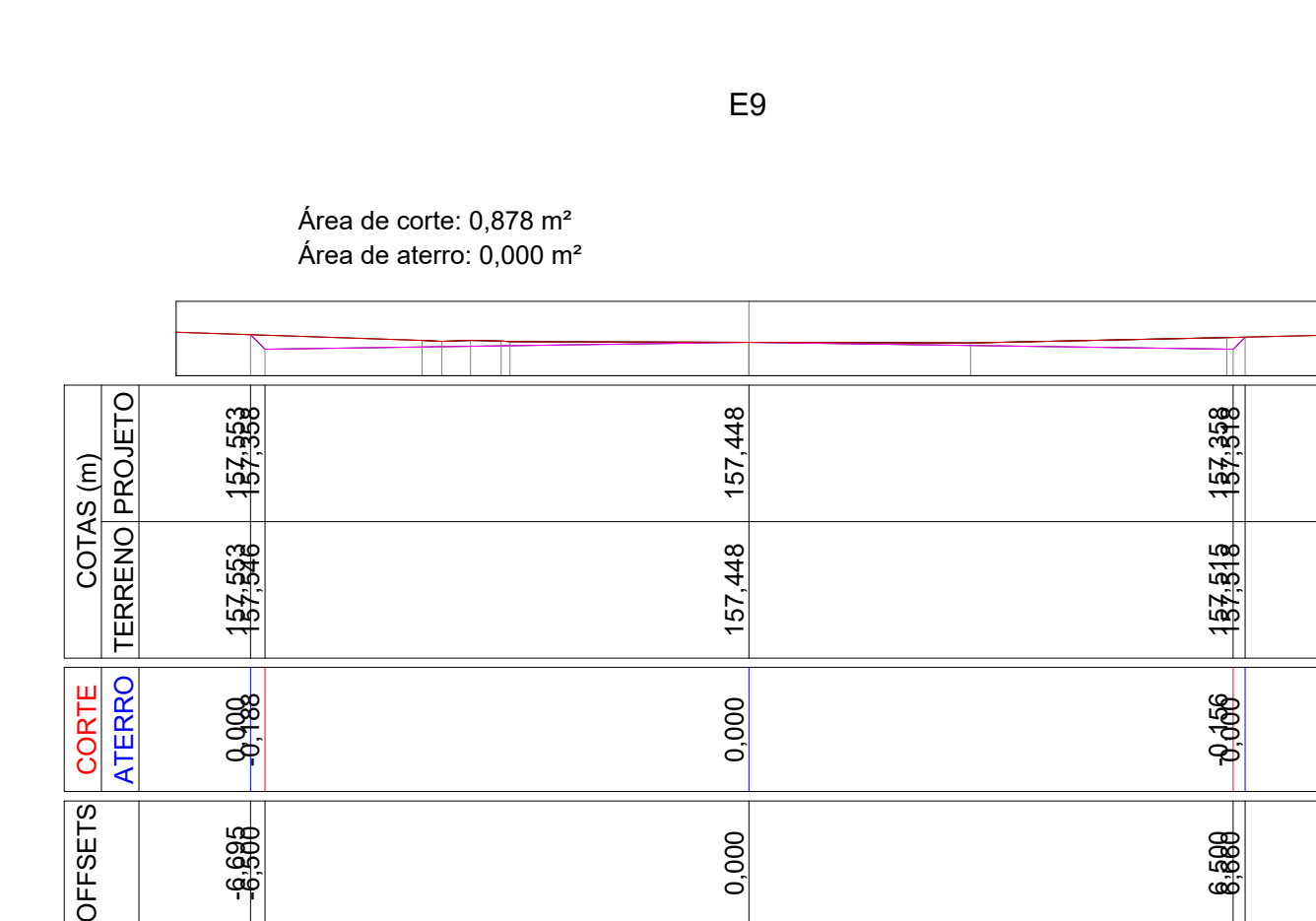
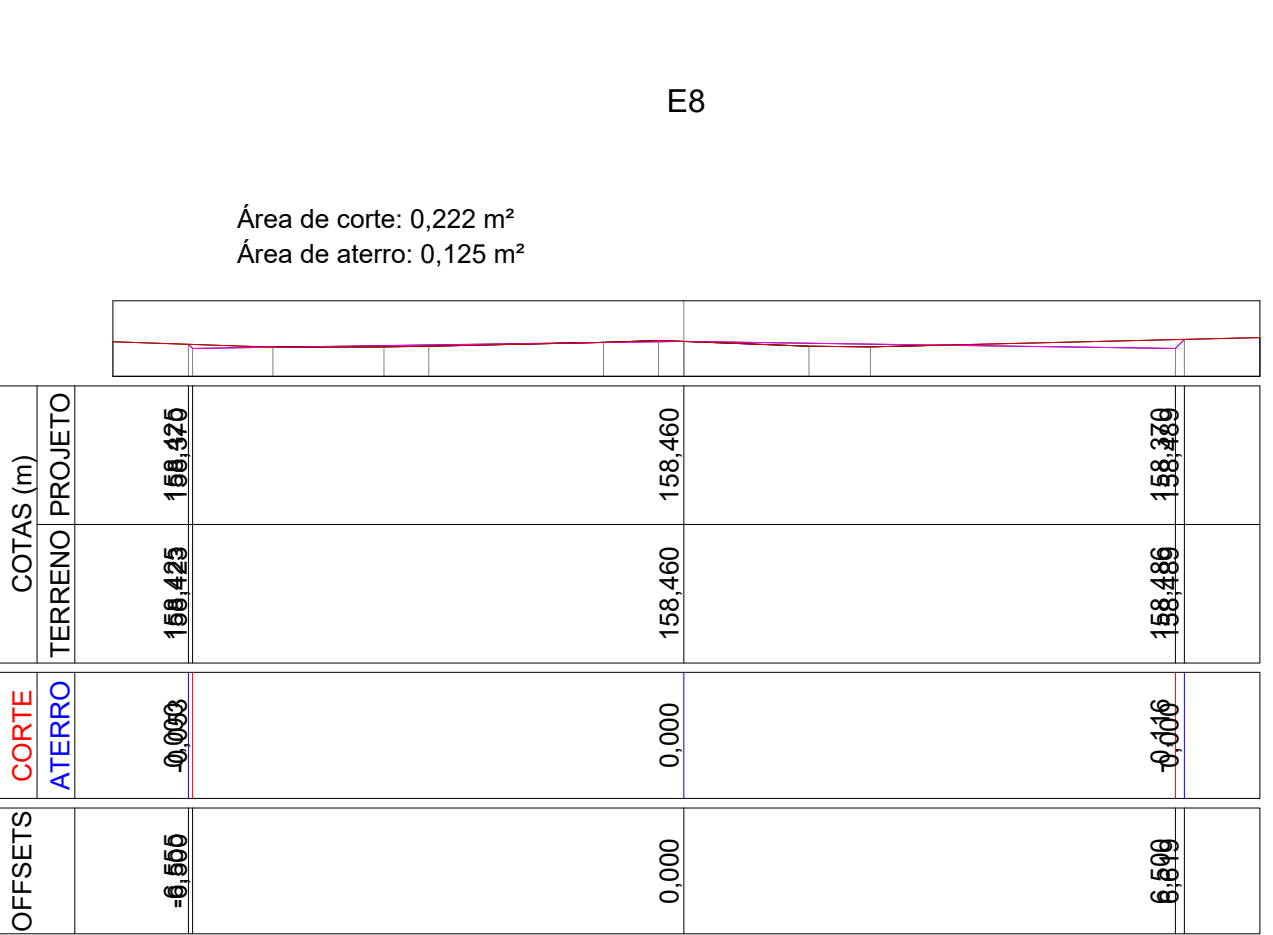
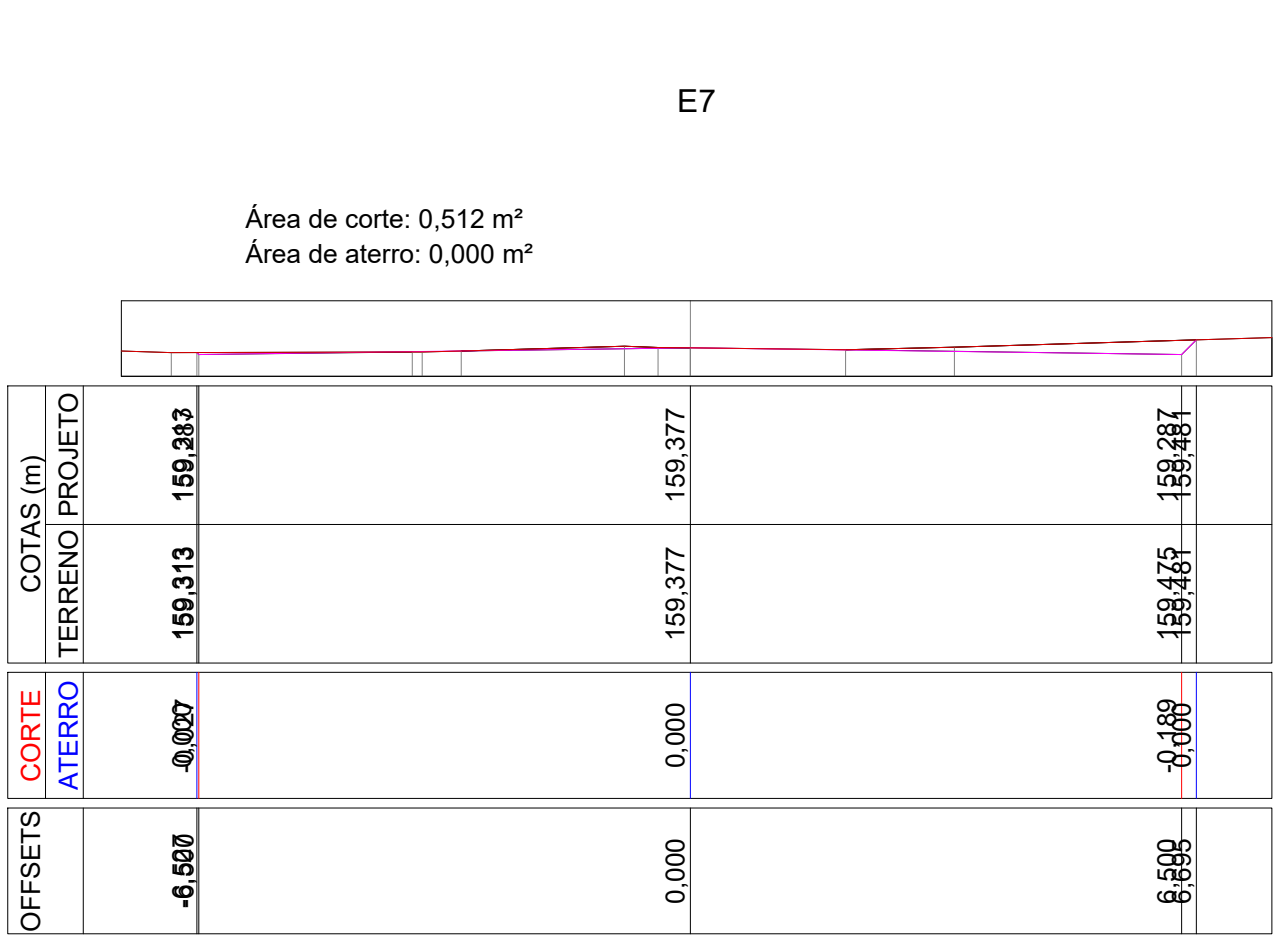
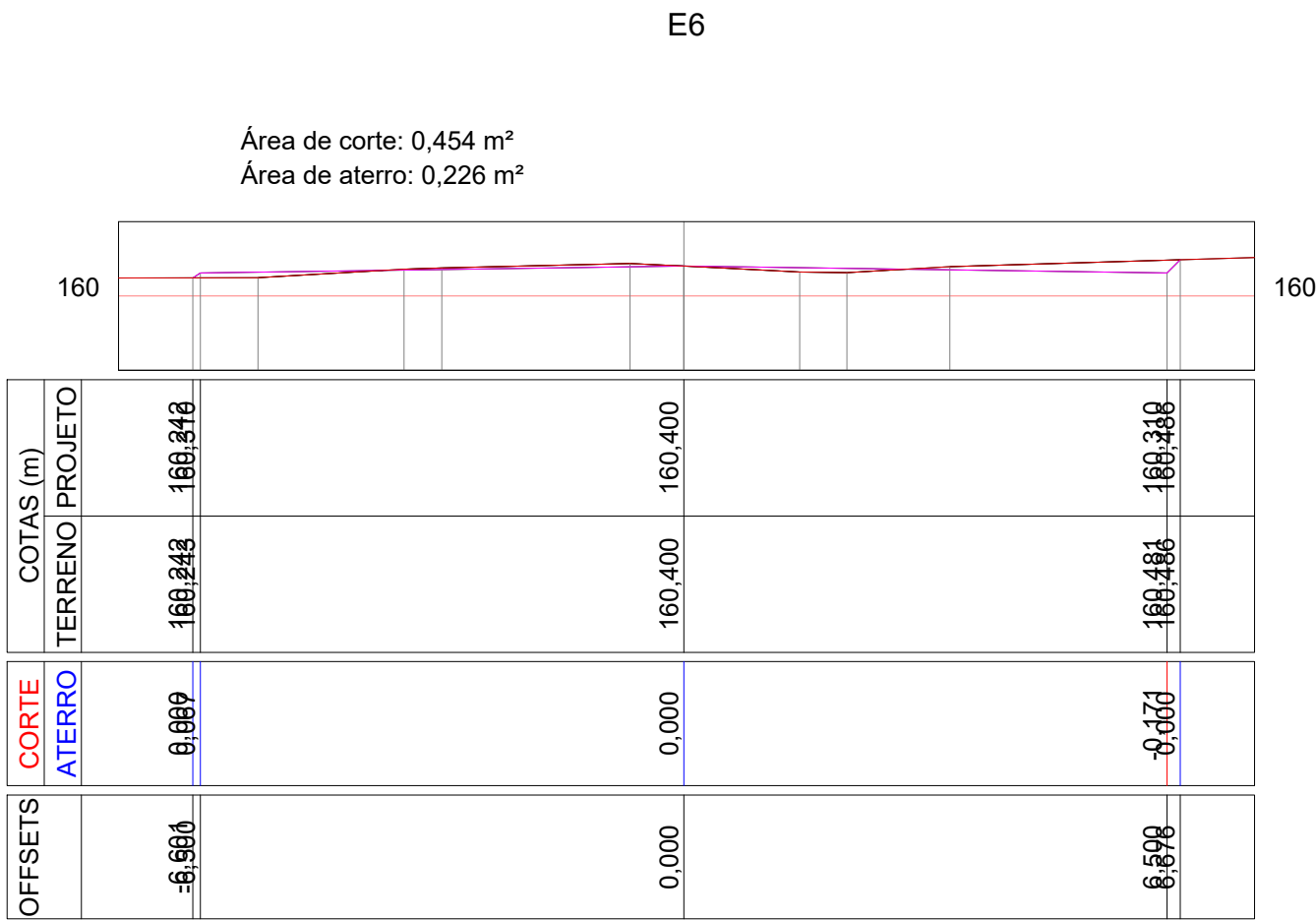
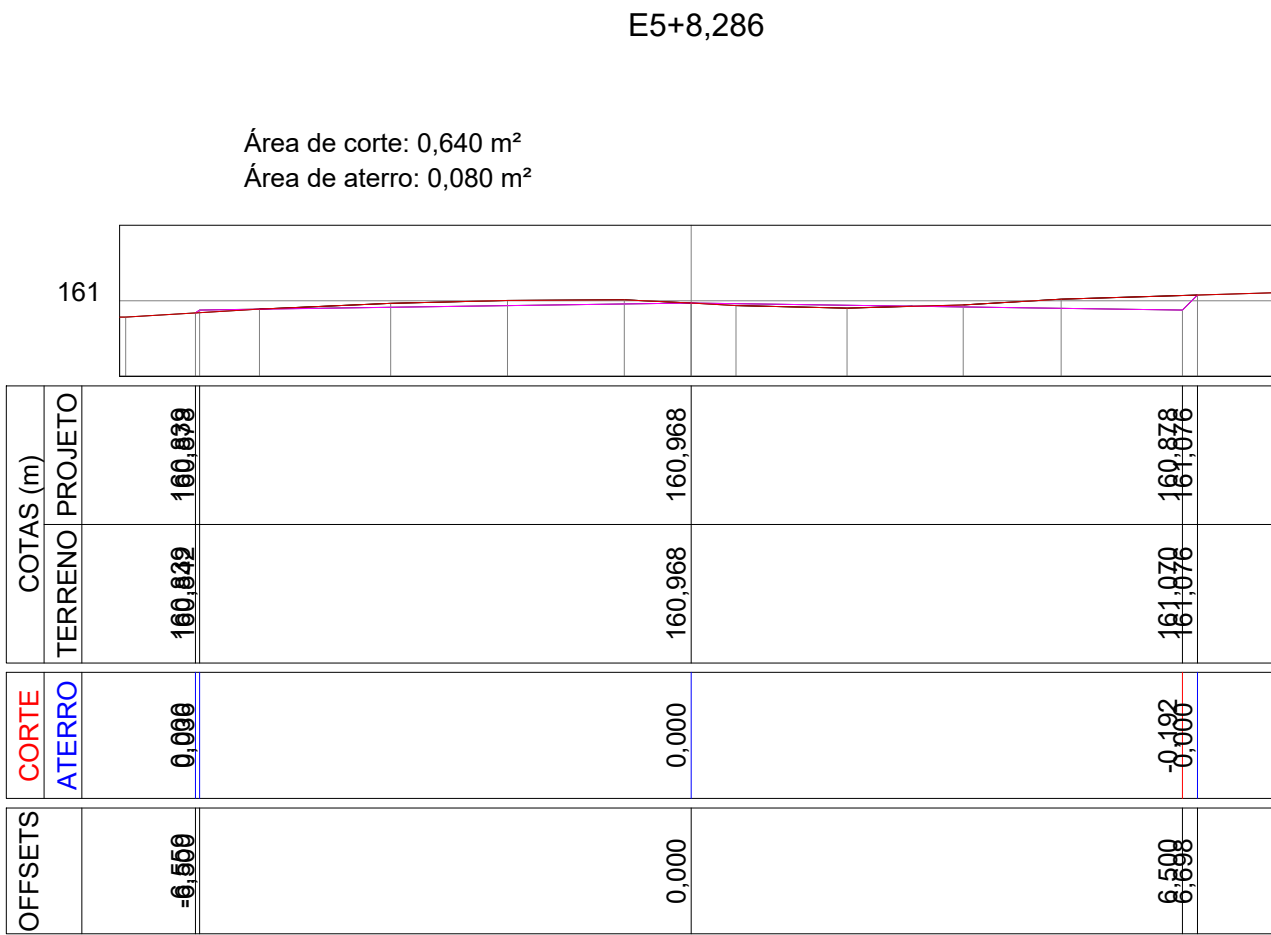
E4

E5



Trigo Quatro Mãos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRALINHOS - PI						
PROJETO:	DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO		BAIRRO:	CENTRO			
CONTRATO DE REPASSE Nº:	=	ART:	=				
DESENHO:	PROJETO GEOMETRICO: PERFIL LONGITUDINAL E SEÇÕES TRANSVERSAIS		ESCALA:	-			
PROJETISTA:	DADOS DE CAMPO:		DESENHO/CAD:				
	ARISTOMILDO		JANAIRY SOUSA				
DATA:	2025	REV:	00	FORMATO:	A1	PRANCHA Nº:	PG 05/07



Eng. Civil
CREA 190079219-2

CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRALINHOS - PI						
PROJETO:	DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SÃO RAIMUNDO		BAIRRO:	CENTRO			
CONTRATO DE REPASSE Nº:	=		ART:	=			
DESENHO:	PROJETO GEOMETRICO: PERFIL LONGITUDINAL E SEÇÕES TRANSVERSAIS		ESCALA:	1/100			
PROJETISTA:	DADOS DE CAMPO: ARISTOMILDO		DESENHO/CAD:	JANAIRY SOUSA			
DATA:	2025	REV:	00	FORMATO:	A1	PRANCHA Nº:	PG 06 / 07





DECLARAÇÃO DOS ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA

Abaixo a relação dos itens relevantes para a
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE CURRALINHOS/PI.

1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – NOS CASOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE MAIOR RELEVÂNCIA:

ITEM	UND	20% PROJETO
Aquisição de Cimento asfáltico CAP 50/70	t	7,52
Assentamento de guia(meio-fio), confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm	M	420,69

Teresina, 11 de novembro de 2025



Tiago Queiroz Madeira Campos
Matrícula: 0360267-2
Eng. Civil
CREA: 190079219-2



JUSTIFICATIVA QUANTO A EXIGÊNCIAS MÍNIMAS RELATIVAS ÀS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Abaixo a relação das exigências mínimas relativas às instalações e equipamentos mínimos necessários para a obra que possui como objeto o **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE CURRALINHOS/PI.**

EQUIPAMENTOS MÍNIMOS CONFORME NATUREZA DA OBRA E EXIGÊNCIAS MÍNIMAS RELATIVAS ÀS INSTALAÇÕES:

- Motoniveladora - 125 HP
- Placa vibratória
- Betoneira
- Caminhão basculante

Teresina, 11 de novembro de 2025

Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

Tiago Queiroz Madeira Campos
Matrícula: 0360267-2
Eng. Civil
CREA: 190079219-2



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí

CREA-PI

ART de Obra ou Serviço
1920250087897

1. Responsável Técnico

TIAGO QUEIROZ MADEIRA CAMPOS

Título profissional: **Engenheiro Civil**

Empresa Contratada: **SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO PIAUÍ**

RNP: **1900792192**

Registro: **14709**

Registro: **0000018517EMPI**

2. Dados do Contrato

Contratante: **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA/PI**

CPF/CNPJ: **06553531000198**

Logradouro: **AVENIDA PEDRO FREITAS, S/N**

Nº: **S/N**

Complemento: **CENTRO ADMINISTRATIVO DE TERESINA, BLOCO G, 1º**

Bairro: **SÃO PEDRO**

Cidade: **TERESINA**

UF: **PI**

CEP: **64018-900**

Contrato: **Sem número**

celebrado em **08/02/2024**

Vinculado à ART:

Valor: R\$ **6.550,00**

Tipo de Contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **DIVERSOS**

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro:

Cidade: **Curralinhos**

UF: **PI**

CEP: **64453-000**

Data de Início: **03/11/2025**

Previsão de Término: **30/11/2025**

Coordenadas Geográficas:

-5.615090, -42.83441

Finalidade: **INFRA-ESTRUTURA**

Código:

Proprietário: **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA/PI**

CPF/CNPJ: **06553531000198**

4. Atividade Técnica

ELABORAÇÃO

Quantidade

Unidade

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS

5.654,2400

metro quadrado

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS

5.654,2400

metro quadrado

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CURRALINHOS - PI COM ÁREA TOTAL DE 5.654,24 M²

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

CLUBE DE ENGENHARIA DO PIAUÍ - CEPI

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

TERESINA - PI

11 de Novembro de 2025

Local

Data

Handwritten signature of Tiago Queiroz Madeira Campos
Tiago Queiroz Madeira Campos
Eng. Civil
CREA 190079219-2

TIAGO QUEIROZ MADEIRA CAMPOS - CPF: 78394716334

Handwritten signature of Damião G. Marabuco
Damião G. Marabuco
Superintendente
Seinfra-PI

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA/PI - CPF/CNPJ:

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-PI.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pi.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.



www.crea-pi.org.br art@crea-pi.org.br
tel: (86)2107-9292



Valor ART: R\$ **103,03**

Registrada em **11/11/2025**

Valor Pago: R\$ **103,03**

Nosso Número: **8201764819**

Baixada em: